

## Forum sobre a situação das Mulheres



Fernanda Mateus  
ao «Avante!»

É indispensável  
um pensamento  
activo

Pág. 7

### EM FOCO

## Alqueva: o muito que falta fazer

É absolutamente necessário que o Govern-  
no aproveite o impulso do Alqueva para pro-  
ceder ao reordenamento fundiário do Alentejo.

■ Lino de Carvalho

Pág. 20

## Respostas do Governo são conquistas dos enfermeiros



Entrevista com  
Natália Filipe

Pág. 22 e 23

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Janeiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1312 • Director: José Casanova

# PCP propõe 4 receitas para a Saúde

Pág. 5



- Resolver o problema das listas de espera
- Separar medicina pública da privada
- Reduzir gastos com os medicamentos
- Aproveitar integralmente a capacidade do SNS

## Forum dos progressistas europeus

Apelo comum divulgado em Paris

Centrais

# POR UM NOVO RUMO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

## Gabinetes de Observação



O PCP apresentou novas propostas para a reforma do sistema nacional de saúde

## RESUMO

13  
Quarta-feira

As associações de defesa dos consumidores e os partidos de oposição criticam a proposta de aumento dos preços dos telefones apresentada pela Portugal Telecom ■ O Governo decide fechar todas as incineradoras de resíduos hospitalares ■ Uma abrupta desvalorização do real brasileiro provoca a queda das bolsas no mundo inteiro ■ Os EUA vetam a aplicação de novas sanções contra a Unita pelo Conselho de Segurança da ONU ■ O líder dos rebeldes da Serra Leoa afirma que decretará o cessar-fogo na condição de ser libertado e da Frente Revolucionária Unida ser reconhecida.

14  
Quinta-feira

Depois dos apelos de Jorge Sampaio, o Sindicato Independente dos Médicos suspende a greve self-service ■ A Assembleia da República realiza um debate de urgência sobre os lixos tóxicos ■ A Direcção-Geral das Contribuições e Impostos considera ilegal o perdão pela Cimpor da dívida de mais de seis milhões de contos da Soeicom, empresa de António Champalimaud ■ O Parlamento Europeu não aprova a moção de censura à Comissão Europeia ■ Inicia-se a retirada das tropas senegalesas da Guiné-Bissau ■ Nos EUA, Bill Clinton começa a ser julgado ■ O encenador Jerzy Grotowski morre em Itália.

15  
Sexta-feira

«O ambiente e a defesa do futuro» é o tema discutido em Coimbra, no âmbito do Portugal 2000 ■ Realiza-se a 1.ª Assembleia do PCP do sector de empresas de Vila Franca de Xira ■ Os pilotos da TAP anunciam uma greve para quinta e sexta-feira ■ A Inspeção-Geral das Obras Públicas conclui, em relatório, que não houve irregularidades na gestão do anterior conselho de administração da Junta Autónoma das Estradas ■ Os bancos espanhóis Santander e Central Hispano anunciam a sua fusão ■ O presidente colombiano solicita a mediação de Cuba no processo de paz com a guerrilha.

16  
Sábado

Tem lugar o encontro concelhio de eleitos da CDU nas autarquias de Setúbal ■ Os trabalhadores da Petrolal entregam um pré-aviso de greve, protestando contra a recusa da administração da empresa de discutir a tabela salarial para 1999

■ A OSCE encontra os corpos de 45 albaneses numa aldeia do Kosovo, presumivelmente mortos pelas forças sérvias ■ Na Serra Leoa, os rebeldes anunciam um cessar-fogo temporário que entrará em vigor na segunda-feira.

17  
Domingo

A Comissão Nacional contra o Trabalho Infantil revela, nos resultados preliminares de um inquérito, que existem mais de 33 mil casos de trabalho infantil em Portugal ■ António Capucho é demitido do cargo de secretário-geral do PSD ■ O Iraque mostra-se disposto a encetar novas formas de diálogo, considerando positivas as propostas apresentadas pela Rússia e pela França na ONU ■ O presidente russo, Boris Ieltsin, é internado de urgência.

18  
Segunda-feira

Carlos Carvalhas divulga quatro propostas para uma reforma do serviço nacional de saúde ■ A Procuradoria Geral da República considera ilegal a greve «self-service» dos médicos ■ A Câmara dos Lordes inicia as novas audiências sobre a imunidade de Augusto Pinochet ■ Os cinco principais países envolvidos no conflito da República Democrática do Congo chegam a acordo sobre um cessar-fogo ■ O governo jugoslavo convida o chefe da missão da OSCE no Kosovo a abandonar o país ■ A Unesco promove, em Paris, uma conferência internacional contra a pedofilia na internet.

19  
Terça-feira

PCP anuncia a apresentação de uma proposta de resolução contra a deslocalização de empresas ■ Delegações de Souselas e Maceira entregam na Assembleia da República 60 mil assinaturas contra a escolha destas cimenteiras para a co-incineração de resíduos perigosos ■ Por pressão do PSD, a comissão parlamentar de inquérito adia votação do relatório sobre a Torralta ■ Em Dublin, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, responsabiliza a UNITA pelo reacender da guerra em Angola ■ O chefe da delegação portuguesa do Grupo de Ligação Luso-Chinês (GLC) propõe adiamento da decisão sobre definição das condições de instalação de tropas chinesas ■ A China anuncia que apoia as propostas russas e francesas para solucionar a crise entre o Iraque e a ONU ■ 15 mil mineiros romenos, reunidos em Tirgu-Jiu, marcham até Bucareste, como forma de protesto contra encerramento das minas não rentáveis e pelo aumento de salários.

## «Transparências»

A poucas semanas da realização do congresso do PS, António Guterres foi reeleito secretário-geral do partido através da modalidade do escrutínio directo e universal. Guterres era candidato único e aos eleitores colocava-se a questão de votarem «sim» ou «não» - para além, naturalmente, de poderem recorrer ao voto branco ou nulo ou à abstenção.

Enfim, tudo como mandam as regras da etiqueta nesta matéria, apesar de se saber antecipadamente, ou talvez por isso, quem seria o vencedor e de o resultado final não ser susceptível de provocar minimamente qualquer expectativa.

Esta introdução, num partido, de normas e regras que regem a sociedade em geral e assim o transformam num pequeno estado dentro do Estado (coisa que, pelo menos à primeira vista, vai contra as pretensões dos que, no interior desse partido, protestam «contra a excessiva governamentalização do partido» e mais ainda contra os que defendem «uma maior partidarização do governo»), evidencia a vertente de «modernidade» da referida eleição, entendendo-se aqui a palavra «modernidade» à luz do dicionário da novilíngua que hoje sustenta o discurso da generalidade dos chefes de estado e de governo de quase todos os países do Mundo e de que o secretário-geral do PS é um exímio utilizador - arte na qual lhe pede meças o ex-ministro António Vitorino, como adiante se verá.

*O Governo pisca o olho direito, o partido pisca o olho esquerdo e é nesta pragmática divisão de tarefas que, dizem eles, está o «segredo da maioria absoluta»*

Exemplo disso é o título escolhido para encabeçar a «moção global» a apresentar ao congresso (e que, como também já é sabido, será aprovada *ipsis verbis* por esmagadora maioria), redigida por Vitorino e subscrita por Guterres: «A nossa via: uma relação de confiança com os eleitores.» Eis, sintetizada em escassa dezena de palavras e envolta num manto de iniludível odor ético, a proposta e a ausência dela, a afirmação e a negação, o tudo e o nada... Sobre o concreto conteúdo da anunciada «relação de confiança», é altamente esclarecedora a notícia, publicada n'«O Independente», a respeito da recente reunião do elenco governativo no Forte de S. Julião da Barra. A reunião, que durou dois dias, tinha o objectivo de balancear o passado e o presente governativos e de definir «iniciativas a lançar até às eleições». Segundo se diz, Guterres enfatizou a necessidade de «resistir às pressões da oposição» e um «outro membro do governo» fez questão de desenvolver a ideia nos termos seguintes: «o importante é resistir a isso e, como tudo se decide ao nível da carteira, a aposta é que as pessoas sintam que a sua vida está melhor», pelo que «este será, no fundo, o objectivo norteador da calendarização das medidas a tomar». Esta tese, formulada em linguagem tão terra-a-terra e tão transparente, é susceptível de captar sectores do eleitorado que vão desde os chefes dos grandes grupos económicos até aos carteiristas que operam, país fora, nos espaços propícios à boa concretização dos seus objectivos. Mas é a «via» de Guterres: ampla, repleta de modernidade, com salpicos de um certo perfume clintoniano, aberta a uma nobilíssima «relação de confiança com os eleitores».

O percurso previsto para a «moção global» é também curioso e digno de registo. Considerada como um «peque-

no manual dos princípios políticos defendidos pelo líder do PS» e como «base para as próximas eleições», decidiu-se conferir-lhe características de «fácil manuseamento» de modo a bem cumprir a função de «objecto de consulta essencial para os delegados» ao congresso que, assim, mais facilmente se aperceberão «das nuances do debate político que se adivinha entre a moção global de Guterres e a moção sectorial que um grupo de socialistas está a elaborar». Ou seja: estamos perante qualquer coisa que poderíamos denominar como «O Livro Rosa de Guterres»...

Haverá então outra moção mas, como acima se garantiu, a «via Guterres» será aprovada pela imensa maioria do congresso, quicá até pela totalidade dos congressistas. Com efeito, os subscritores da segunda moção tiveram já o cuidado de esclarecer que não se trata de uma «moção de oposição à de António Guterres» mas de uma forma de a «complementar». E revelando as suas preocupações desvendam o seu objectivo: «O PS precisa de cativar o eleitorado de esquerda. Foram também eles que deram a vitória a Guterres nas últimas eleições. Se o Governo pisca o olho ao eleitorado do centro, o partido deve ser mais abrangente»... Isto é: o Governo pisca o olho direito, o partido pisca o olho esquerdo e é nesta pragmática divisão de tarefas que, dizem eles, está o «segredo da maioria absoluta». Tudo indica que a «moda do pisca-pisca» - êxito retumbante da música pimba - tende a transformar-se em via complementar da via única de Guterres e poderá vir a substituir Vangelis enquanto refe-

rência musical dominante do partido nas próximas campanhas.

Esta «moção complementar» parece reduzir os seus objectivos concretos essencialmente à necessidade de «revitalizar o debate» no partido, que anda pelas vias da amargura. Assim, torna-se necessário e urgente e «importante mostrar ao partido que devemos manter-nos atentos e discutir as questões». É também por esta via que circulam as preocupações do deputado Manuel dos Santos, o qual manifesta públicas simpatias pelos artífices desta segunda moção, e considera que «sobretudo falta-lhes (às bases do PS) informação e debate ideológico» (...) «faltam sessões políticas, de esclarecimento» (...) «os nossos governantes vêm falar para salas de cem ou 200 pessoas, dizem meia dúzia de coisas e depois o diálogo não se estabelece. As bases do PS estão provisoriamente desarmadas ideologicamente». No entanto, pronunciando-se sobre as razões da «adesão de ex-PC's ao PS», Manuel dos Santos muda de via e despista-se nesta contradição: «É um processo natural. Toda essa gente encontra no PS um espaço de intervenção que não tem no PCP.»

Sabe-se, finalmente, certeza certa, que «o congresso terá como ponto alto a intervenção final do secretário-geral reeleito, António Guterres, permitindo com isso criar um final de grande apoteose». E com isto se fica a saber tudo o que no referido congresso vai acontecer, vai ser dito, vai ser decidido; e também as armas que Governo e partido, em estreita articulação, irão utilizar nas próximas campanhas eleitorais. Na novilíngua, chama-se a isto «transparência».

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soares Pereira Gomes, 3  
— 1600 — 196 Lisboa — Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440  
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social  
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Copa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 — 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Começar mal

Por ocasião do lançamento, no último fim-de-semana, da tentativa de mais uma experiência de agregação eleitoral na área da UDP, do PSR e da Política XXI, alguns dirigentes do PSR e da UDP produziram declarações relativas ao PCP que se arriscam a ficar como um indício de qual poderá ser o seu verdadeiro desígnio eleitoral e dos tristes métodos que se dispõem a usar para o atingir.

Com efeito, e só para citar algumas frases mais significativas, Alberto Matos (UDP) invocou as «ambiguidades» do PCP face ao PS e falou da «colagem do PCP ao Governo à espera de uns lugares». Luís Fazenda (UDP) referiu que o país não precisa de «uma oposição que num dia proteste e no dia seguinte esteja a tentar um negócio de poder», reclamando de seguida que «o PCP que se defina». E, para abreviar a lista, acrescenta-se que Heitor de Sousa, no Congresso do PSR, terá também acusado o PCP de ter uma posição de compromisso com a política de direita assim induzindo uma postura conformista e rotineira do movimento operário.

Deixando-nos de punhos de renda, é caso para dizer que os autores destas declarações,

proclamam querer «começar de novo», mas começam é mal.

Porque começam por deturpar, falsificar e amesquinhar a indiscutível realidade de que o PCP tem sido a grande força de oposição de esquerda ao Governo do PS, agindo em todos os planos da vida nacional com rigorosa autonomia política e estratégica e desempenhando um papel incontornável não apenas na defesa de interesses populares imediatos mas também na luta por valores, por uma política e por um projecto alternativo de esquerda.

Porque começam dando objectivamente continuidade à operação lançada pelo PSD, e especialmente acarinhada pelo «Expresso», para apresentar o PCP como «muleta do PS», precisamente para fazer esquecer que, nesta legislatura e nas matérias fundamentais e decisivas, os grandes aliados do PS têm sido o PSD e o PP.

Porque começam com o truque de, olhando o campo da esquerda, precisarem de decretar que é um deserto para melhor se apresentarem a si próprios como uma miragem do desejado oásis.

É isto que, para já, não deixamos passar em claro.

Quanto ao resto, cada um é livre de avaliar a contribuição que será dada para a dignificação dos partidos e da vida política se, como é anunciado, três partidos, propondo-se continuar a existir, derem vida a um outro partido só por causa da concorrência a eleições.

E, já agora, tendo decidido entre si, e só entre si, como aliás é seu pleno direito, a configuração e arranque deste projecto eleitoral, alguns dos seus promotores bem nos podiam poupar ao truque do «desafio ao PCP» que releva de um misto de paternalismo e arrogância que nós não usamos com eles.

E poupem-nos sobretudo do truque de, perante esta ou outras anotações críticas às suas deturpações caluniosas sobre a orientação do PCP, se virem apresentar depois como inocentes vítimas de uma suposta «agressividade» e «sectarismo» do PCP, ou exibir aquela conhecida sensibilidade de flor de estufa, sempre baseada no sagrado princípio de que uns podem dizer o que quiserem sobre os outros, mas os outros já nem sequer podem responder, ainda que em proporcionada atitude de legítima defesa.

■ Vítor Dias

## Aprender a nadar

Abre-se nestes dias a televisão, folheia-se os jornais e ficamos inundados por notícias do discurso de Clinton sobre o «estado da União» ou sobre o seu julgamento no Senado, com sórdidos pormenores das suas aventuras sexuais. Mas nem os jornais nem a TV nos informam devidamente sobre o perigoso alcance do pacote laboral, sobre o drama do trabalho infantil ou o avanço da tuberculose em Portugal, sobre o colaboracionismo do Governo português no recente ataque americano ao Iraque, sobre os porquês das crises bolsistas ou do desmantelamento da ONU.

Também assistimos, há poucas semanas, a extensas reportagens televisivas sobre os temporais e nevões nos Estados Unidos. Mas as intempéries que nesses mesmos dias assolaram o país, apenas breve referências mereceram nos noticiários.

As ondas de informação, que diariamente nos ocupam com pormenores tão importantes como a eleição do *speaker* da Câmara dos Representantes ou as eleições da Miss Mundo, envolvem-nos como uma vertigem que ronda à nossa volta, sem permitir o silêncio de um segundo, o sossego de um pensamento meditado, uma conversa calma ou mesmo um olhar atento para quem está no nosso lado: é o fascínio da informação.

Um camarada nosso, grande profissional de rádio e televisão, o Rui Pedro, infelizmente já falecido, dizia-me uma coisa que me deixava pensativamente boquiaberto: o seu encantamento diante da televisão era tal que ficava a ver e ouvir tudo, até à última nota do hino nacional.

Deu-me que pensar a confissão de Rui Pedro. Só muito depois compreendi o seu encantamento.

Mas este fascínio da imagem, da palavra e da informação tornou-se também uma armadilha. Na sua abundância, sufoca a formação

de uma opinião própria, esbate referências essenciais e coloniza as nossas próprias referências. Age como um rolo compressor espiritual, transformando o nosso pensamento em clone de uma mentalidade dominante «global», forçando-o a um percurso pré-determinado, deixando-o embalado para consumo como produto congelado. Incute e intui comportamentos comandados com laboratorial habilidade e precisão, de tal modo que chegam a ser adoptados como naturalmente próprios.

A extraordinária capacidade de aprendizagem do ser humano corre assim o risco de embater na onda informativa, de tal modo pesada que faz perder muitas vezes o sentido de análise crítica das mensagens. E essa análise corre o perigo de não poder efectuar-se correctamente, com uma informação que muitas vezes não fornece as referências essenciais.

Ficamos como aquele estudante apreciado por Dostoievski nos «Irmãos Karamazov». Conhecia todo o mapa das estrelas mas desconhecia por completo o seu próprio país.

A informação que hoje chega ao público – via TV, rádio, jornais, NET – apresenta-se como um superbanquete provocantemente tentador. Tem enormes vantagens e desvantagens para o conhecimento humano.

Vantagem segura é a do seu cada vez mais amplo e rápido evoluir. A perigosidade está no risco de asfixia do peixe afogado na própria água por não ter sabido aprender a tempo que a sua sobrevivência dependia da arte de nadar.

Tal como o peixe, também nós temos de aprender a nadar no mar da informação.

■ Aurélio Santos

## O EFEITO dominó

Um após outro, países economicamente importantes sucumbem à crise do sistema capitalista mundial. As crises financeiras que atingiram os «tigres asiáticos» em 1997 transformaram-se em 1998 em profundas crises económicas. O PIB da Indonésia caiu ao ritmo de 17% no terceiro trimestre do ano que findou, enquanto que na Tailândia a quebra era de 11%, na Malásia 9%, na Coreia do Sul e em Hong Kong 7% (*Financial Times*, 23.12.98). A segunda maior economia mundial, o Japão, viu o seu PIB contrair-se 3,2%. A martirizada Rússia, cuja economia havia já sido reduzida para metade do que fora na era soviética por uma década de restauração capitalista, após a derrocada do Verão passado viu o seu PIB encolher em mais cerca de 10% (*The Economist*, 16.1.99). Chegou agora a vez do colosso brasileiro. A desvalorização da moeda brasileira, o real, representou a derrota da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Não era por acaso que essa política havia sido baptizada de Plano Real. Mas nenhum país pode sustentar a hemorragia de dinheiro que o Brasil sofreu nos últimos meses. Dias houve em que saíram do país mais de mil milhões de dólares. Qualquer país soberano, numa tal situação, controlaria a saída de capitais. Mas a soberania (de países que não sejam o centro do Império) é tabu para a ortodoxia capitalista que governa o mundo de hoje. E o Brasil foi sangrando e endividando-se, pois o aumento das taxas de juro a curto prazo era a «arma» que o FMI permitia para procurar estancar a sangria. A derrocada tornou-se inevitável e vai ser paga a caro preço pelo povo brasileiro.

Michel Chossudovsky, Professor de Economia na Universidade de Ottawa, escrevia, com notável presciência, em Outubro passado: «Uma negociata financeira de muitos milhares de milhões de dólares está na forja no Brasil. A operação, patrocinada pelo FMI, é a reedição dos *raides* especulativos contra o Sudeste Asiático no ano passado, que levaram à confiscação de mais de 100 mil milhões de dólares de reservas em moedas fortes. (...) Os mesmos gestores de dinheiro de Wall Street que determinam a agenda macro-económica do Brasil são também grandes actores da especulação e estão bem treinados na arte da manipulação dos mercados. Trata-se duma forma moderna de bandidismo: desde Julho [até Outubro] de 1998, já saíram 30 mil milhões de dólares do Brasil. O espólio foi transferido para os cofres privados da banca Ocidental e para as contas em dólares no exterior da elite financeira brasileira. (...) Os especuladores sabiam que a moeda seria desvalorizada após as eleições presidenciais de Outubro. (...) Ao Banco Central cabia sustentar o real através da venda maciça de dólares nos mercados de câmbios. Por outras palavras, as reservas do Banco Central foram saqueadas. As reservas estão a ser privatizadas. (...) As negociatas financeiras patrocinadas pelo FMI (e já concretizadas na Rússia e no Sudeste Asiático) estão para se abater sobre as maiores economias da América Latina: Brasil, México, Argentina e Venezuela. O objectivo encoberto de Washington é deitar a mão aos bens produtivos e re-colonizar o continente.»

Uma diferença importante em relação às crises do ano passado reside no facto de ter sido entretanto criado pelo G7 e FMI um fundo de 90 mil milhões de dólares para «acudir a países em crise». Esse dinheiro serviu ao FMI para arranjar 41 mil milhões de dólares de «ajuda» ao Brasil. A «ajuda» veio antes da desvalorização do real, e não a evitou. Não se trata de dádivas, mas de empréstimos, a ser pagos com juros. Para receber tais «ajudas», o governo brasileiro comprometeu-se a vender a prata da casa (grandes privatizações) e a cortes orçamentais profundos. Mas em caso algum a «ajuda» ficará no Brasil. O novo fundo não se destina aos países em crise, mas sim aos seus grandes credores internacionais, no caso de o Brasil não pagar a sua dívida externa... O fundo é constituído com dinheiros públicos. Mas serve para garantir que quem tem bilhões e bilhões, quem está a semear insegurança, desemprego, crises e guerras, para aumentar cada vez mais os seus já astronómicos lucros (privados), não perca um tostão, haja o que houver. É o «espírito empresarial». A «eficiência», que não «esbanja dinheiros públicos». É um colossal embuste. É o capitalismo.

■ Jorge Cadima

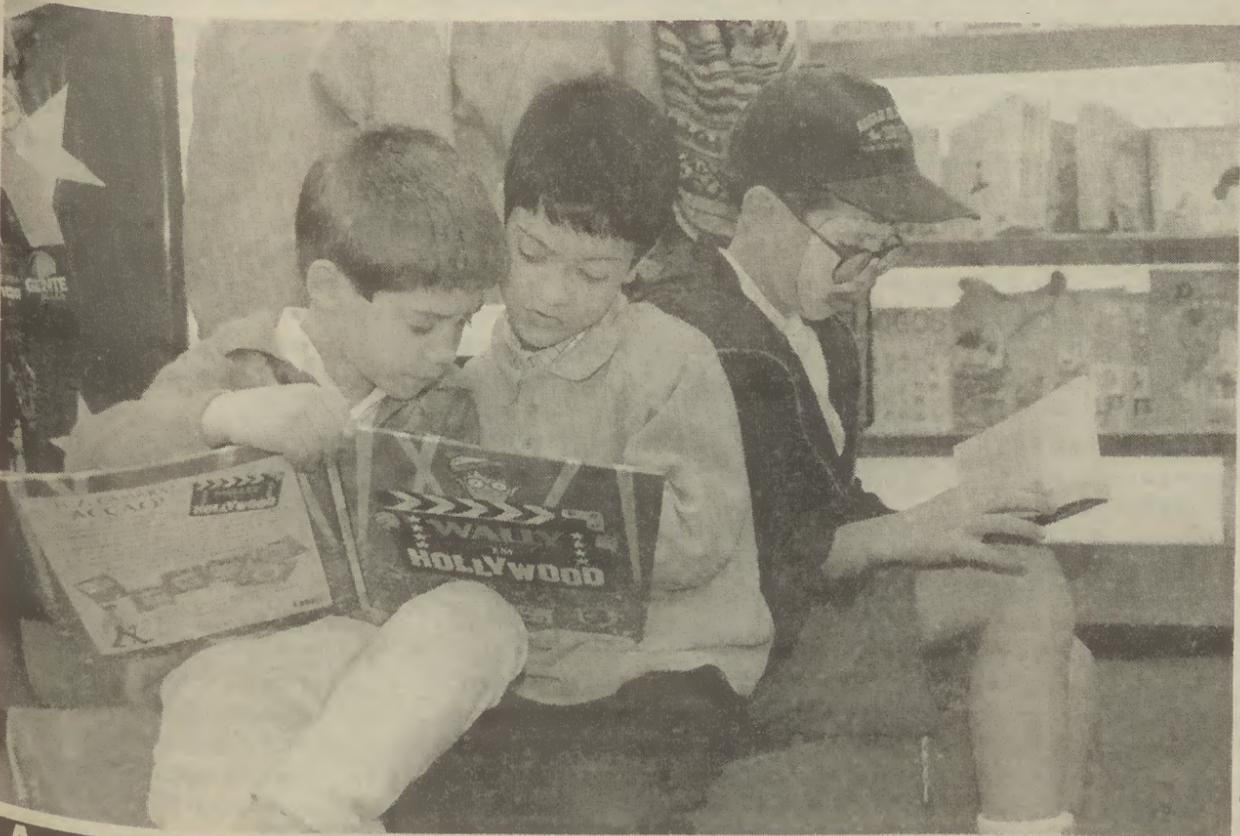


Foto: Jorge Caria

Aprender – é trabalho?

SEMANA

## Inquérito comprova trabalho infantil

Actualmente existem, pelo menos, 33 mil crianças a trabalhar em Portugal, numa configurada expressão da chamada exploração de mão-de-obra infantil. Esta conclusão consta dos resultados preliminares de um inquérito sobre trabalho infantil em Portugal, realizado em conjunto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Comissão Nacional contra o Trabalho Infantil. Estes resultados - preliminares e ainda não divulgados oficialmente - distribuem o total das 33 mil crianças por 11 mil com actividades na indústria e no comércio e 22 mil a trabalhar na agricultura, sabendo-se que a comissão conjunta que realizou este inquérito não esperava obter valores tão elevados nesta autêntica praga de exploração de crianças que envergonha o nosso país. Recorde-se que Portugal bate todos os recordes entre os países da União Europeia em matéria de exploração da mão-

-de-obra infantil. O ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, aproveitou a oportunidade para aparecer mais uma vez perante as câmaras de televisão, agora para anunciar que foi aprovado em Conse-

lho de Ministros um novo regime sancionatório das infracções da legislação laboral em matéria de trabalho infantil. A novidade consiste na consideração de crime por desobediência qualificada de toda a reincidência

na exploração da mão-de-obra infantil. Recorde-se, contudo, que as penalizações já legisladas sobre esta matéria não têm feito grande caminho nos tribunais e, muito menos, na aplicação de sanções ao patronato infractor.



## Nome de Alexandre Cabral atribuído a uma rua de Lisboa

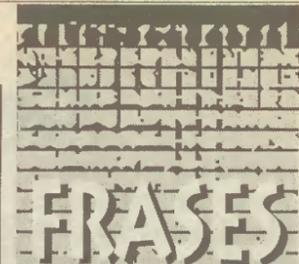
O nome do escritor e militante comunista Alexandre Cabral foi atribuído a uma rua de Lisboa, numa decisão tomada por unanimidade pela Câmara Municipal da capital em homenagem ao artista, falecido, aos 80 anos, em 1997. O acto oficial de desceramento da placa na rua que passou a ter o nome do escritor Alexandre Cabral ocorreu na passada sexta-feira, numa cerimónia presidida pela vereadora Rita Magrinho.



## Lords avaliam de novo extradição de Pinochet

Desta vez são sete os «Law Lords» que esta semana iniciaram a reapreciação do caso de extradição para Espanha do ditador chileno Augusto Pinochet, detido na Grã-Bretanha desde que o juiz espanhol requereu a sua extradição para julgamento sob as acusações de responsável por genocídios, raptos, desaparecimentos, assassinios e torturas de cidadãos espanhóis, na sequência do sangrento golpe fascista que encabeçou em 1973 para derrubar, pela força das armas, o governo democraticamente eleito do presidente Salvador Allende, igualmente assassinado pelo regime do ditador. Os «Low Lords» já se haviam pronunciado sobre este assunto em finais do ano passado, decidindo, numa votação de dois votos contra um, pela recusa da imunidade diplomática pretendida pela bateria de advogados pagos a peso de ouro para

representarem Pinochet, abrindo assim caminho à sua extradição para julgamento em Espanha. O recurso interposto pelos advogados do ditador, invocando que um dos três «Low Lords» da primeira decisão era «parcial» por ter ligações à Amnistia Internacional, foi deferido por esta instância máxima da magistratura britânica, que decidiu esta nova apreciação do caso, cujo desfecho deverá ser provavelmente conhecido na próxima semana.



“ Houve uma altura em que eu me achava com perfil para Presidente da República, mas hoje penso que a actividade de director do Expresso é mais interessante que a de Presidente da República ”

(José António Saraiva, director do Expresso, em entrevista ao Público, 17.1.99)

“ Durante muito tempo pensei que poderia voltar à profissão de arquitecto, que é a profissão que até hoje me apaixonou mais ”

(idem, ibidem)

“ Os sindicatos perderam o passo da história. Não fazem muito sentido hoje (...) Estou à esquerda de Balsemão no plano das pessoas, estou à direita dele no plano das instituições ”

(idem, ibidem)

“ Eu costumo definir-me como um comunicador, já que tanto posso estar a entrevistar uma pessoa como posso fazer uma reportagem na rua ou umas palhaçadas como actor. Eu gosto muito de explorar a minha polivalência. Há quem diga que eu tenho uma veia artística ”

(Rui Unas, «jovem radical», apresentador do programa da RTP «Sub 26», DNA, 16.1.99)

“ Foi bom começar a estudar porque eu estava-me a sentir atrofiada e assim fui obrigada a começar a ler novamente. Para além disso, o curso [Ciências da Comunicação] está ligado com a minha profissão o que é importante, mas sinceramente, já estou um bocadinho farta ”

(Bárbara Elias, manequim e apresentadora de modas na SIC, idem)

“ Miss Portugal passeia e faz compras em Sarajevo ”

(Título, Correio da Manhã/Domingo, 17.1.99)

“ Sou social-democrata desde 74 e nunca o escondi. Mas ninguém me viu em Tempos de Antena ”

(Margarida Marante, Notícias Magazine, 17.1.99)

“ Nunca fui a patroa de ninguém. Antes, os manequins sempre trabalharam para mim sem eu lhes pagar nada. Dou-me bem com os outros porque sou assim mesmo! ”

(Fátima Lopes, estilista e actual empresária de um «espaço moda» no Bairro Alto, em Lisboa, idem)

“ O Papa parou diante de nós e eu disse-lhe: “Sua Santidade, o meu filho está muito doente”. João Paulo II perguntou qual era a doença de Paulo [leucemia]. Recolheu-se em oração alguns minutos. Quando terminou, disse-me: “Ele está curado. Vão em paz e com o Senhor” ”

(António Feliciano, pai de Paulo, Correio da Manhã/Domingo, 17.1.99)

## Corrupção comprovada no Comité Olímpico

O Comité Olímpico Internacional (COI) reuniu provas suficientes para dar por concluída a investigação sobre actos de corrupção de vários dos seus membros na escolha de cidades para sedes olímpicas. Anita Defranz, membro do comité organizador dos Jogos de Inverno de Salt Lake City (SLOC) e do comité executivo do COI, informou que as alegações de suborno de responsáveis do Comité Olímpico Internacional poderão implicar 12 membros da instituição, embora não tivesse, para já, avançado com quaisquer nomes. Entretanto, Robert Graff, presidente do SLOC, tornou público que o painel de ética do



provemente implicados em actos de corrupção serão expulsos da organização. Ganham, assim, contornos mais nítidos as acusações de tráfico de influências no COI nos casos da atribuição de sedes olímpicas à cidade de Nagano, no Japão, para os passados Jogos Olímpicos de Inverno de 1998, e de Sidney, na Austrália, para os próximos Jogos Olímpicos de Verão em 2000. No caso dos boatos sobre Nagano, a agência japonesa Kyodo citou, esta semana, fontes garantindo que o comité olímpico local pagou 400 mil dólares à agência suíça de Goran Takacs, um consultor suíço cujo pai utilizou as suas influências no COI

Comité de Salt Lake City identificou oito membros do COI como estando implicados no escândalo de corrupção na escolha desta cidade norte-americana para sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2002. Sabe-se que o COI já enviou esta semana cartas a vários dos seus membros implicados nas investigações, exigindo explicações, enquanto o presidente do COI, Juan Antonio Samaranch, avisou já que os membros que estejam com-

para que a cidade de Nagano fosse escolhida, enquanto no caso de Sidney, na Austrália, a cidade escolhida para os Jogos Olímpicos de 2000, parece já estar na forja um inquérito após revelações do antigo ministro para os assuntos olímpicos de Nova Gales do Sul, Bruce Baird, afirmando que fora alvo de tentativa de corrupção por parte de membros do COI, que lhe terão oferecido apoio na escolha de Sidney a troco de dinheiro.

## Declaração de Carlos Carvalhas

# Acabar com as listas de espera nos hospitais

**A**ctualmente existem cerca de 85 mil doentes em listas de espera nos hospitais só em áreas clínicas consideradas prioritárias, afirmou Carlos Carvalhas na passada segunda-feira, com base em estimativas do PCP, cuja exactidão desafiou os serviços oficiais a confirmar.

Na conferência da imprensa, em que estiveram ainda presentes Paulo Fidalgo, membro da Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP, e Rui Rodrigues, do Gabinete de Imprensa do Partido, foi divulgado um documento que transcrevemos abaixo, o qual para além de uma breve análise às políticas da saúde do Governo PS, divulga quatro propostas consideradas fundamentais para uma profunda reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Neste sentido, o PCP já entregou um projecto na Assembleia da República sobre o problema das listas de espera, cujo agendamento estava previsto para hoje, quinta-feira, juntamente com um outro do PSD sobre a mesma matéria.

Contudo, interrogado pelos jornalistas, Carlos Carvalhas explicou as diferenças entre os dois projectos, sublinhando que o PCP, ao contrário do PSD sustenta que é possível resolver a questão das listas de espera através da mobilização dos meios técnicos e humanos existentes no SNS, recorrendo-se a meios externos «apenas em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada».

É preciso rentabilizar os meios do SNS, sublinhou Carlos Carvalhas, afirmando que existem equipamentos que estão encaixotados no

valor de milhões de contos. Para a reforma do Sistema Nacional de Saúde, é ainda urgente enfrentar os poderosos lobbies das multinacionais dos medicamentos,

desenvolvendo nomeadamente o mercado dos genéricos e mesmo distribuindo gratuitamente aos utentes aqueles medicamentos cuja comparticipação sai mais cara ao Estado do que a sua dispensa gratuita.

Carlos Carvalhas lembrou ainda que Portugal é o país da Comunidade Europeia onde o cidadão mais paga em cuidados de saúde e o Estado que menos gasta nesta área.



«Na área da saúde, para além das promessas e dos propósitos políticos, é fundamental a opinião dos próprios utentes. E o maior ou menor grau de satisfação em relação à resposta que os serviços proporcionam para os problemas e para as necessidades com que cada um os demanda.

É por isso que o PCP tem vindo a alertar repetidas vezes para a gravidade da situação existente: atrasos no atendimento de utentes; enormes listas de espera – que só nas áreas clínicas consideradas prioritárias ascendem a um total estimado de cerca de oitenta e cinco mil doentes –; problemas com a qualidade e com a humanização da prestação de cuidados de saúde em muitas unidades e serviços.

Por outro lado, a carestia dos medicamentos, e o crescente e cada vez mais incomportável recurso aos privados para a obtenção de cuidados de saúde e de meios complementares de diagnóstico, conduziram à pouco invejável situação dos portugueses serem na União Europeia os que mais pagam directamente para a saúde, para além do que desembolsam através dos impostos.

O PCP tem insistentemente reclamado do actual governo uma verdadeira inversão da política neoliberal, de mercantilização da saúde e de destruição do Serviço Nacional de Saúde, que foi conduzida pelos governos do PSD ao longo de uma década.

É verdade que nos últimos anos foram apresentadas orientações para alcançar ganhos em saúde para os portugueses e para reafirmar o «papel estratégico essencial

do sector prestador do Serviço Nacional de Saúde», que o PCP avaliou de forma positiva.

Mas apesar do dedicado empenho de muitos profissionais do sector e de melhorias pontuais, a situação no terreno e no seu conjunto não tem registado progressos.

Porque o Governo continua a ceder às pressões dos grandes interesses que disputam e absorvem o grosso dos recursos públicos disponibilizados para o sector: as multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, a área das convenções, os grandes grupos económicos empenhados na privatização da saúde. E porque, em vez de privilegiar os interesses dos utentes, tem deixado alastrar o autêntico cancro que é a promiscuidade entre o público e o privado no interior do Serviço Nacional de Saúde.

É um facto que está à vista de toda a gente, como ficou patente na chamada greve «self service» decretada pelo SIM, que existem fortes grupos de pressão de orientação neoliberal dentro do próprio PS e nos

partidos da direita, que procuram explorar as dificuldades e os compromissos contraditórios assumidos pelo Ministério da Saúde, por forma a manterem intocadas as práticas de parasitagem da saúde pública por interesses privados. E que esses grupos de pressão não abandonaram o seu propósito de destruição do Serviço Nacional de Saúde e da sua transformação num sistema mínimo de carácter assistencialista para a população pobre.

A campanha populista em torno dos problemas da saúde desencadeada pelo PSD e pelo PP, não constituiu apenas uma indecorosa tentativa dos partidos da direita alijarem responsabilidades em relação aos problemas do SNS provocados pelas políticas que levaram a cabo durante o período que tiveram responsabilidades governativas. Ela representa também uma operação que é dirigida contra o Serviço Nacional de Saúde e contra o direito à saúde que a sua existência visa assegurar.»

## Quatro propostas para uma saúde melhor

«O PCP tem apresentado propostas fundamentadas no domínio da política de saúde, cuja adopção já teria permitido há muito tempo travar a degradação do Serviço Nacional de Saúde, globalmente avaliada, e atingir uma efectiva melhoria da prestação de cuidados de saúde. E tem ligado essas propostas à indispensável concretização de uma profunda reforma democrática do SNS, cujas linhas fundamentais foram oportunamente apresentadas.

É neste quadro e com esta perspectiva que chamamos hoje a atenção do país e defendemos a urgente concretização das **quatro** seguintes propostas:

**1.ª - Implementação do Programa Especial para resolver o problema das listas de espera,** de acordo com o projecto de lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República. Este Programa prevê o recenseamento rigoroso e actualizado dos utentes em lista de espera; a avaliação da capacidade instalada do SNS em recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos e sua mobilização para a resolução sustentada das listas de espera; o recurso a meios externos ao SNS apenas em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada; e a atribuição de uma dotação orçamental adicional e própria.

**2.ª - Plano de separação do público e do privado,** com a adopção de um conjunto de medidas tais como: alteração do sistema que permite o desenvolvimento de medicina privada no interior dos estabelecimentos públicos, em simultâneo com a introdução de modalidades remuneratórias que permitam fixar no SNS técnicos de elevada competência; estabelecimento de um código de conduta que torne ilícito aos médicos do SNS o desvio de doentes para consultórios privados; gestão pública dos estabelecimentos públicos.

**3.ª - Programa de redução dos gastos com medicamentos,** prevendo nomeadamente que: a prescrição médica em todas as unidades do Serviço Nacional de Saúde seja feita pela substância activa; a implantação de um Formulário Nacional de Medicamentos; o desenvolvimento do mercado de genéricos e da função farmácia no âmbito do SNS; a dispensa gratuita aos utentes, após prescrição num estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde dos medicamentos cuja comparticipação pelo Estado seja mais dispendiosa do que a sua dispensa gratuita.

**4.ª - Plano de aproveitamento integral da capacidade do SNS,** de acordo com os princípios de que a prestação de cuidados de saúde assenta no aproveitamento integral da capacidade instalada na rede de serviços do SNS e de que o recurso a meios externos ao SNS só deve ter lugar em situações de insuficiência ou de esgotamento da capacidade instalada.

É nossa convicção profunda que a adopção destas medidas, inteiramente viáveis e cuja concretização poderia ser iniciada a curto prazo, representaria uma rápida inversão no panorama actualmente existente no Serviço Nacional de Saúde. E que ela criaria, ao mesmo tempo, condições muito favoráveis para as reformas de fundo que se impõem para a construção de um futuro com mais saúde para todos os portugueses.»

### Gabinetes de Observação



A reforma da saúde tem de garantir uma efectiva melhoria dos serviços prestados

## LISBOA

### Embaixador de Espanha despede-se

A seu pedido, o embaixador de Espanha em Portugal, Raúl Morodo, foi recebido, na quinta-feira passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, pelo Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a quem apresentou as suas despedidas. Também para apresentar despedidas, Raúl Morodo foi recebido, no mesmo dia, pelo camarada Álvaro Cunhal.

## VILA FRANCA DE XIRA

### FIMPER ameaça despedir

Depois de ter alertado para a ameaça de despedimento colectivo na empresa Fimper do Grupo Previdente, o Organismo de Direcção para o Sector de Empresas do PCP, em Vila Franca de Xira, vem de novo denunciar essa ameaça, agora reforçada pela intenção já manifestada pela administração da empresa de despedir mais 10 trabalhadores. «A concretizar-se mais esta arbitrariedade», acusam os comunistas, mais uma vez se confirma a «incapacidade» da administração em resolver os problemas da empresa, de uma forma que não seja à custa dos trabalhadores.

O PCP, solidário com os trabalhadores, apela, assim, à sua unidade e luta contra esta atitude de prepotência por parte do patronato com a cobertura do Governo.

## MARINHA GRANDE

### 18 de Janeiro comemorado

Na passagem de mais um aniversário do 18 de Janeiro de 1934, a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP levou a efeito, no passado dia 16, na Sala Abril do seu Centro de Trabalho, uma palestra seguida de debate sobre o tema, tendo tido como oradora Emília Margarida Marques, mestra em Antropologia. Em hora e meia de palestra, e perante cerca de meia centena de ouvintes, a convidada fez uma interessante explanação sobre o percurso do mutualismo e das associações de classe vidreiras marinhenses, entre a penúltima década do século XVIII e a segunda década deste século. A palestra inseriu-se no programa de iniciativas agendadas para o ano de 1999 pela organização local do PCP.

## FIGUEIRA DA FOZ

### Cumprir regras de segurança

A Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP está preocupada com a extensa lista de acidentes de trabalho que todos os anos ocorre em Portugal. Designadamente em relação ao acidente ocorrido na Vidreira do Mondego - uma explosão do forno que provocou dois mortos e seis feridos -, os comunistas, manifestando o seu pesar pelas vítimas desta tragédia, consideram que a mesma tem na sua origem o «incumprimento das regras de segurança motivado por pressões e ritmos de trabalho que tendem a secundarizá-las».

Na opinião da concelhia do PCP, o inquérito ao acidente já anunciado deve também servir para colocar a todos os que trabalham na Vidreira do Mondego, «independentemente das suas responsabilidades e funções», a necessidade de cumprir e fazer cumprir todas as normas de higiene e segurança no trabalho que, por terem sido violadas, transformaram em «catástrofe» uma operação de rotina.

## PALMELA

### Concelhia reúne

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Palmela, reunida no sábado passado, elegeu os seus organismos executivos e discutiu a situação social do concelho.

Manifestando-se preocupada com algumas empresas do concelho, a Concelhia de Palmela solidariza-se designadamente com a luta dos trabalhadores da Unicervi, Agaerre e OLM e promete intervir no sentido de se encontrarem soluções para os graves problemas que aí se vivem.

Por fim, relativamente à V Assembleia de Organização Regional de Setúbal, que se realizará a 20 de Fevereiro, o PCP irá trabalhar, em Palmela, no sentido de dar o seu melhor contributo para este «momento alto da vida do Partido no distrito».

## BAIRRADA

### Más condições de trabalho

Também a Coordenadora Inter-Concelhia da Bairrada está preocupada com alguns sectores de actividade tradicionais destes concelhos e com as suas consequências no tecido económico e social da região.

É o caso da indústria das «duas rodas» que, na ânsia de lucros fáceis, não se modernizou e é confrontada, agora, com dificuldades de escoamento dos seus produtos devido à invasão do mercado por bicicletas estrangeiras.

Outro motivo de preocupação reside nas más condições de trabalho e de segurança, particularmente nas indústrias da Construção Civil e Cerâmica, onde se verifica elevado número de sinistros, nos baixos salários e no não cumprimento de outros direitos e no clima de repressão existente.

## Tarifas telefónicas

### Um aumento «inaceitável»

Mais uma «inaceitável penalização dos orçamentos familiares», diz o Gabinete de Imprensa do PCP, a propósito do aumento das tarifas telefónicas anunciado pela Portugal Telecom para 1999. Em nota, comunicação social (que a seguir se transcreve), o PCP tece os seguintes comentários:

«1. A proposta de tarifário para 1999, feita pela Portugal Telecom em consonância com a política do Governo, é mais uma inaceitável penalização dos orçamentos familiares.

O aumento de 8,2 por cento das chamadas locais, um valor três vezes maior que a inflação esperada, o aumento da assinatura mensal de 4,5 por cento, cerca do dobro da inflação esperada, a manutenção da taxa de activação e o adiamento para o segundo semestre da necessária introdução da tarifação ao segundo que devia já estar aplicada mostra que esta proposta, a concretizar-se, em vez de corrigir as injustiças existentes irá agravá-las ainda mais.

O PCP denuncia vigorosamente a propaganda enganosa que está mais uma vez a ser feita sobre a redução média das tarifas das chamadas telefónicas em 4 por cento, a partir da ideia da redução das tarifas das chamadas internacionais entre 20 e 50 por cento das chamadas nacionais em 12 por cento e do não aumento das chamadas regionais, quando se sabe que estas reduções irão beneficiar as empresas com um elevado fluxo de telecomunicações internacionais, enquanto os utentes residenciais em cuja factura telefónica pesam sobretudo as chamadas locais e a assinatura mensal não só não vão beneficiar com estas reduções como iriam ser fortemente atingidas pelo aumento das chamadas locais e da assinatura mensal.

2. Esta proposta é tanto mais inaceitável quanto as tarifas tele-

fónicas são em Portugal as mais elevadas da União Europeia tendo em conta o poder de compra e a Portugal Telecom teve lucros superiores a 150 milhões de contos nos últimos e prevê para 1998 cerca de 80 milhões de contos.

O governo prossegue assim uma política de transformação da Portugal Telecom numa espécie de aspirador financeiro dos orçamentos familiares para engrossar os lucros dos grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam a empresa no seguimento da privatização de 75 por cento do seu capital.

Justifica-se que os utentes paguem tarifas correspondentes ao serviço público que lhes é prestado, mas é inaceitável que sejam obrigados a pagar as muitas de-

nas de milhões de contos de lucro da PT, a especulação bolsista ou os investimentos no Brasil.

3. Na opinião do PCP impõe-se a correcção das profundas injustiças dos preços dos telefones e nesse sentido reafirma que o sistema tarifário para 1999 deve assentar nas seguintes ideias: o não aumento da assinatura mensal e das chamadas, em particular das chamadas locais as mais penalizadas dos últimos anos; a eliminação da taxa de activação; a aplicação desde já da facturação ao segundo; a correcção dos elevados valores das taxas de interconexão entre redes e a incorporação na assinatura mensal do direito a um pacote de 50 impulsos ou do correspondente tempo de conversação no quadro da aplicação da tarifação ao segundo.

O PCP, dado o escandaloso conteúdo da proposta sobre o tarifário telefónico, integrado na política do Governo para o sector, vai propor a chamada da secretária de Estado das Comunicações à Assembleia da República para dar explicações.

O PCP considera que esta proposta não pode ser concretizada e alerta os utentes para a importância da sua intervenção e protesto.»

## Madeira

Para o PCP/Madeira, a Portugal Telecom, «mais eficaz do que um perigoso criminoso de pistola em punho e ar de poucos amigos», «limpa a carteira» aos portugueses», com os anunciados aumentos de 8,2 por cento nas chamadas locais e de algumas outras taxas.

Ou seja, à custa do «cidadão comum, aquele que pouco ganha e muito paga», a Telecom gera «fortunas fabulosas» que, depois, «estoura» em «mais um negócio além-mar, como aconteceu no Brasil». E o «dinheiro de todos nós» vai, assim, alimentando «os planos megalómanos de fusões, joint-ventures, monopólios e outras coisas que tais, fruto de delírios economicistas de meia dúzia de empresários, que se julgam donos e senhores das telecomunicações do nosso país».

## Aveiro

### Pôr cobro à sinistralidade

A morte de quatro trabalhadores, recentemente ocorrida nos graves acidentes de trabalho dos Estaleiros de S. Jacinto e na fábrica corticeira Edmundo Alves Ferreira, vieram, uma vez mais, pôr a nu a situação caótica e a manifesta falta de condições de segurança que campeiam em vários sectores laborais.

Para a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, a quem cabe a denúncia, é «particularmente grave» o que se passa no sector corticeiro onde, «com incrível frequência», se têm registado acidentes trágicos, sem que da parte das entidades responsáveis, sobretudo dos governos, se empreendam «as medidas preventivas e fiscaliza-

doras que se impõem, tendo em conta os aspectos particulares e o alto risco que comportam determinadas fases de laboração da cortiça».

Associando-se, assim, às denúncias do Movimento Sindical e das Organizações Representativas dos Trabalhadores, sobre o não cumprimento da legislação em vigor na área da segurança e prevenção dos acidentes de trabalho, o PCP expressa publicamente condolências e solidariedade às famílias das vítimas e, consciente da urgência de pôr cobro a esta sinistralidade, está a preparar um conjunto de acções e iniciativas de âmbito político e parlamentar.

## CAMARADA FALECIDOS

### António Ferreira dos Santos Silveira da Cunha

Faleceu, no dia 12 de Janeiro, com 75 anos de idade, o camarada António Ferreira Santos Silveira Cunha, operário reformado. Estava actualmente organizado na freguesia do Seixal.

### Jerónimo Ferrer Rato

Faleceu recentemente, com 94 anos de idade, o camarada Jerónimo Ferrer Rato, o «Ti Jerónimo», de Idanha-a-Nova. Desenvolveu grande actividade política e social desde o 25 de Abril, tendo dinamizado a luta para que não encerrasse o Hospital de Idanha. Foi também o principal impulsor da luta do MAPRU para uma melhor previdência rural, sendo graças ao seu empenhamento que se recuperaram as terras envolventes da capela da Senhora do Almostão, que os agrários haviam roubado no tempo do fascismo. No seu funeral incorporaram-se muitas centenas de pessoas, entre as quais representantes da DORCB do PCP e da Comissão Concelhia de Idanha-a-Nova.

### Joaquim Manuel Charneco

Após prolongada doença, faleceu recentemente, em Estômbar, concelho de Lagoa, Algarve, o camarada Joaquim Manuel Charneco, de 69 anos de idade, motorista. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, foi vogal da Comissão Administrativa e vereador da Câmara Municipal de Lagoa, eleito nas listas da APU, e membro da Assembleia de Freguesia de Estômbar.

### Leonídio Pereira

Faleceu no dia 12 de Dezembro, com 63 anos de idade, o camarada Leonídio Pereira. Foi dirigente do Núcleo da Marinha Grande da Associação Portuguesa de Deficien-

### Humberto Soeiro

Na notícia divulgada no último «Avante!» sobre a morte do camarada Humberto Soeiro foi indicada, por lapso, a cidade de Portalegre como local do seu nascimento quando, na verdade, o camarada nasceu em Montalegre, tendo desenvolvido grande parte da sua actividade profissional na cidade de Braga.

### Lurdes Carvalho

A Comissão Central de Controlo do Comité Central do PCP enviou ao camarada Carlos Humberto, membro desta Comissão, uma mensagem de pesar pelo falecimento da sua companheira Lurdes Carvalho, mensagem que não veio referida, quando da notícia da sua morte, por não ter chegado em tempo útil à Redacção do nosso jornal.

tes. Foi membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, sendo delegado sindical na empresa Aníbal H. Abrantes até à data da sua morte. Colaborador regular das iniciativas do Partido, era um difusor empenhado do «Avante!», tendo sido escolhido para se deslocar ao estrangeiro em contactos com órgãos oficiais de partidos irmãos.

### Manuel Henrique Ferreira Nogueira

Com 65 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Manuel Henrique Ferreira Nogueira (Picalheta), natural do Couço, onde residia. Pedreiro de profissão, trabalhava na Câmara Municipal de Coruche e era membro do Partido desde 1975. Centenas de camaradas e amigos integraram-se no seu funeral, prestando-lhe a última homenagem.

### Maria Augusta Fragoço Silvestre

Vítima de doença súbita, faleceu recentemente, com 80 anos de idade, a camarada Maria Augusta Fragoço Silvestre. Militava na freguesia de S. Sebastião, Setúbal, onde distribuía o «Avante!» e recebia a quotização de muitos camaradas.

### Silvarina Maria Ferreira

Faleceu, no dia 5 de Janeiro, com 60 anos de idade, a camarada Silvarina Maria Ferreira, operária agrícola. Muito estimada pela população do Couço, onde residia, esteve na primeira linha da luta pelo avanço da Reforma Agrária e pela sua defesa. Foi uma grande activista do Partido, tendo desempenhado diversas tarefas na organização do Couço.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

**Texto:**  
Margarida Folque  
**Foto:**  
Sérgio Morais

## Forum sobre a situação das Mulheres

Fernanda Mateus ao «Avante!»

# É indispensável

# um «pensamento activo»

As alterações socioeconómicas registadas em Portugal e no Mundo, ao longo deste século, repercutiram-se de modo profundo na situação das mulheres. Apesar dos avanços registados, elas continuam, contudo, a ser discriminadas.

A necessidade de conhecer a realidade e os problemas das mulheres portuguesas hoje levou a Organização das Mulheres Comunistas a promover um Forum sobre «A situação das Mulheres no limiar do século XXI», que se realizará no próximo sábado, no Forum Picoas, com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

A propósito desta iniciativa, o «Avante!» ouviu Fernanda Mateus, membro da Comissão Política e responsável pelo trabalho de Mulheres.

**O Forum vai fazer o balanço da luta das mulheres ao longo do século?**

Vivemos num contexto nacional e internacional em que, apesar do reconhecimento formal dos direitos das mulheres como direitos humanos básicos, persistem grandes discriminações em relação às mulheres. Este Forum pretende conhecer e aprofundar a situação e os problemas que se colocam às mulheres portuguesas no momento actual.

Ou seja, analisar as importantes mudanças qualitativas que se verificaram ao longo destes 25 anos de democracia, não só a nível da legislação como dos hábitos, das consciências e da própria sociedade e, simultaneamente, abordar as razões e os fenómenos que determinam a persistência de discriminações não só em relação às mulheres mais velhas como às mais jovens.

**Pensas que também as mulheres mais novas sentem discriminações?**

Dou um exemplo concreto. É inquestionável que as mulheres hoje constituem a maioria nas universidades e entram no mercado de trabalho com maior formação. A verdade, porém, é que, apesar da sua maior escolarização e formação, quando ingressam no mercado de trabalho, continuam a ser discriminadas.

A questão, pois, é saber se esta maior formação e escolarização significou melhores oportunidades no acesso ao emprego e no tratamento para as raparigas.

**Resumindo: um Forum para fazer o ponto da situação?**

Sim. Para abordar este salto qualitativo na participação das mulheres - veja-se o nível da sua presença na literatura, nas artes plásticas, no teatro, no cinema - mas, igualmente, analisar os dados concretos que apontam para a persistência de um grande défice na sua participação. Défice que é patente quer nos centros de decisão política, como hoje

tanto se discute, quer nas colectividades, nos sindicatos ou noutras expressões organizativas.

O Forum vai, assim, propor três temas de reflexão - a situação da mulher no trabalho, a participação das mulheres, direitos políticos e sociais e as mentalidades -, procurando contribuir para um maior conhecimento da realidade e, a partir desse conhecimento, para uma intervenção mais eficaz na alteração dos aspectos negativos que subsistem.

**Que têm também que ver com as mentalidades...**

Relativamente à alteração das mentalidades, vamos procurar reflectir sobre a sua importância para a igualdade de direitos e pôr à consideração dos participantes a necessidade de cada um se questionar sobre a sua própria postura no dia-a-dia.

É que mesmo nós, os que temos um pensamento e valores que apontam para a igualdade de direitos e participação das mulheres, assumimos muitas vezes atitudes que se distanciam dessa nossa maneira de pensar, acabando por veicular e perpetuar situações de discriminação e até de minimização do papel das mulheres na sociedade.

Também não podemos, nem iremos, subestimar a necessidade de mudanças objectivas das condições de vida e de trabalho das cidadãs. Mas essas mudanças têm de ser acompanhadas de um «pensamento mais activo», que questione o modo como concretizamos, na prática, os nossos valores.

**Na realização deste Forum pesou o resultado do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez?**

Este Forum seria realizado mesmo que o resultado tivesse sido diferente. Há inúmeras matérias que exigem uma reflexão e uma tomada de decisão. O resultado do referendo coloca, contudo, com muito mais acuidade, pertinência e até preocupação

alguns fenómenos que continuam a marcar a sociedade portuguesa, levando a que, mais uma vez, se tivesse perdido a oportunidade de resolver um problema que afecta cruelmente as mulheres.

Só um nítido atraso das mentalidades justifica que mulheres e homens se tivessem demitido de assumir uma postura solidária e activa relativamente a um problema que, embora não tocando a todos, toca muitas mulheres.

**O Forum é apenas dirigido ao Partido?**

É prioritariamente dirigido ao Partido, porque consideramos que as questões relativas ao combate das discriminações e à luta pela igualdade de direitos das mulheres e pela sua crescente participação, impõem a intervenção directa de todos os comunistas nas várias componentes da vida partidária e social.

Entendemos, contudo, que este objectivo não é contraditório com o de trazer ao Forum pessoas e organizações que, não tendo nenhuma relação directa com o PCP, têm uma motivação grande para a abordagem e para a reflexão destes assuntos e podem trazer uma mais-valia para a reflexão.

Por isso, convidámos, fora do Partido, um conjunto muito vasto de individualidades e de organizações sociais e femininas. Também ao nível das intervenções, consideramos positivo que apareçam não só as opiniões do Partido e a reflexão dos comunistas mas também a dos que no Forum queiram dar a sua participação.

**Com objectivos tão ambiciosos, é difícil chegar a conclusões...?**

De facto, este Forum não vai ter carácter conclusivo. A nossa preocupação é apenas a de reflectir sobre aspectos da realidade das mulheres, mas o que ali se disser influenciará, certamente, os participantes. O PCP, por seu lado, não deixará de ter em conta a reflexão que ali for feita, aproveitando-a para aprofundar e fortalecer a sua intervenção junto das mulheres.

**Como decorreu o trabalho preparatório?**

Não tivemos condições para fazer um trabalho preparatório que se projectasse no Forum. Mas procurámos, na medida do possível, ganhar diferentes pessoas, comunistas e não comunistas, a produzir reflexões mais ou menos trabalhadas de forma a torná-lo não um ponto de chegada mas um ponto de partida para o novo impulso que consideramos que tem que ser dado no Partido, como, de resto, na sociedade portuguesa, relativamente a estas questões.

Pedimos a várias organizações que nos dessem um pouco o eco sobre a evolução da participação das mulheres aos vários níveis dos centros de decisão, designadamente a um conjunto de associações de estudantes, que nos responderam positivamente.

**Encontraram, portanto, receptividade?**

Obtivemos dados interessantes. Por exemplo, em relação a uma amostragem - ínfima, é certo - de cerca de 20 associações de estudantes, verificámos, que apesar de estarmos longe da paridade entre rapazes e raparigas, a percentagem feminina nas suas direcções anda na ordem dos 40% - em 306 membros existem 151 mulheres.

Também na Associação Portuguesa de Deficientes, a participação das mulheres ao nível dos órgãos dirigentes, anda na ordem dos 34%, o que é positivo, se tivermos em conta as percentagens que se verificam noutras áreas.

Já relativamente à situação das mulheres na Federação das Colectividades, um estudo sobre 30 colectividades indica que as mulheres correspondem a 7,8% dos membros das direcções, 1,2% dos membros do Conselho Fiscal e 1,9% dos membros das Assembleias Gerais. O que reve-



la um défice de participação de mulheres bastante grande, ainda que a Federação das Colectividades dê exemplo de três colectividades, não incluídas neste estudo, onde as direcções são inteiramente constituídas por mulheres. Mas são casos isolados.

Por último, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de-nos conta que 76% das pessoas que contactaram ou recorreram aos serviços desta associação, em 1997, eram mulheres, predominantemente de um estrato socioeconómico médio-baixo e na faixa etária dos 26 aos 45 anos; da dificuldade em continuar o apoio psicológico às vítimas encaminhadas para um centro de acolhimento; da falta de centros de acolhimento que respondam às situações limite.

**Que continuidade vai ser dada ao Forum?**

Aproveito para dizer que este Forum teve um apoio financeiro

substantial do Conselho Consultivo das ONGs da CIDM e que no projecto de candidatura que apresentámos, e foi contemplado, está integrada a edição de uma brochura que contenha não só as diferentes intervenções proferidas no Forum como todos os elementos estatísticos que permitam um maior conhecimento da realidade das mulheres.

Portanto, imediatamente após a realização do Forum, enviaremos todos os esforços para que a brochura esteja pronta quando das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, funcionando como elemento de ajuda e de reflexão sobre esta temática.

Dentro do Partido, o Forum irá certamente permitir um melhor conhecimento desta problemática e potenciar as nossas possibilidades para intervir junto das mulheres, com reflexos já na actividade de 1999.

## Autonomia das escolas

# Problemas do novo regime

Alguns problemas concretos de aplicação, ao nível das autarquias, do novo regime de autonomia e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e respectivos agrupamentos motivaram uma tomada de posição da Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP.

Carlos Sá, da Junta de Freguesia de Cedofeita, Ilda Figueiredo, vereadora, e Jorge Sarabando, eleito na Assembleia Municipal, presentes da conferência de imprensa, deram conta de algumas das questões que, nesta primeira fase, se têm colocado, remetendo os presentes para a apreciação crítica que o Partido divulgou, quando da apresentação da proposta de lei do Governo.

Assim, até este momento, as autarquias e as escolas desconhecem as verbas que serão disponibilizadas para o incremento da lei. Entretanto, as escolas tiveram de fazer o regulamento interno que define um conjunto de órgãos, a eleição, representa-

ção e funcionamento, de acordo com normas do Ministério, que puseram à aprovação de uma assembleia em que participaram professores, não docentes, pais, alunos, autarquias e outras instituições.

Na Área Metropolitana do Porto, onde há muitas escolas, é, porém, impossível a participação das Câmaras Municipais, pelo que a representação autárquica nas assembleias de escola, foi delegada nas juntas de freguesia tendo, pelo menos no caso de Ramalde, a «descentralização» ido até à Assembleia de Freguesia.

Carlos Sá deu o exemplo da freguesia de Cedofeita onde, no mesmo dia e à mesma hora, chegaram a estar marcadas várias reuniões para apreciar e votar regulamentos com mais de 60 artigos e mais de 60 páginas, ocupando quase completamente o trabalho autárquico. Evidentes foram também os problemas que no futuro se colocarão relativamente ao problema financeiro e de recursos humanos que, a não haver alteração na lei, represen-

tarão encargos incomportáveis para as autarquias.

Ilda Figueiredo, por sua vez, explicou a defesa dos conselhos locais de educação - três ou quatro na cidade do Porto -, onde o Ministério deveria estar representado e assumir as responsabilidades financeiras.

Jorge Sarabando lembrou que esta lei poderá ser um jogo de enganos, criando expectativas quanto à existência de mais meios financeiros. Por outro lado, o espírito empresarial pre-valectente nesta lei pode levar a que as escolas em meios sociais mais favoráveis consigam captar mais recursos que as que se inserem em meios sociais carenciados, gerando-se, a partir daí, desigualdades terríveis em termos de acesso à educação.

Este foi, sobretudo, mais um alerta dos eleitos do PCP, baseado na experiência autárquica desta primeira fase, sendo que, em Maio, está prevista a eleição das assembleias de escola, a quem competirá aprovar o orçamento e o plano de actividades da escola ou agrupamentos de escola.

## TRABALHADORES

## Alentejo

A visita de Guterres propiciou ao Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP a ocasião para entregar ao primeiro-ministro um documento sobre a situação laboral nas obras de Alqueva, nomeadamente em relação às condições de trabalho e de higiene e segurança e ao cumprimento do contrato colectivo de trabalho.

Os sindicatos informaram o chefe do Governo da grave situação social e laboral que afecta a região, e expressaram preocupações quanto a problemas vividos em algumas empresas, como a Lactogal, em Avis, a Robinson e a Fino's, em Portalegre, a Borealis, em Sines, a Siemens, em Évora, e as minas de Aljustrel, onde estão em risco centenas de postos de trabalho e onde são violados direitos e regalias. A estrutura regional da CGTP manifestou igualmente a sua disponibilidade para contribuir para o sucesso do Plano Regional de Emprego para o Alentejo e para a criação de condições objectivas e efectivas que levem à criação de riqueza e emprego.

## Casas de pessoal

No Encontro Nacional de Centros de Cultura e Desporto, Serviços Sociais, Casas de Pessoal e outras instituições de carácter social, realizado dia 15 em Coimbra por iniciativa do STAL, participaram cerca de 300 dirigentes destas instituições (mais de metade dos presentes), bem como sindicalistas, autarcas e representantes do Governo. Foi decidido criar uma comissão conjunta para, de acordo com a resolução aprovada por unanimidade e aclamação, avançar com reivindicações junto do Governo e contactar a Associação Nacional de Municípios. A salvaguarda das participações das autarquias locais para os CCDs e demais instituições de carácter social está a ser posta em causa pelo Tribunal de Contas. Para resolver este problema, que põe em perigo a estabilidade financeira das instituições e o serviço social que prestam aos trabalhadores, o encontro decidiu ainda intensificar a angariação de apoios para um abaixo-assinado que já está a circular junto do pessoal das autarquias, avançando para uma petição a dirigir à Assembleia da República, e dinamizar a tomada de posição dos CCDs junto do ministro da tutela. A comissão deverá perspectivar a realização de um segundo encontro, com o objectivo de fazer o balanço das medidas preconizadas em Coimbra.

## FSTIEP/CGTP-IN comenta declarações do presidente

## «Já estamos a pagar a privatização da EDP»

«Só fomos surpreendidos pela rapidez com que os acontecimentos nos vieram dar razão», afirma a federação, num comunicado que está a distribuir nas empresas do Grupo e onde recorda que, em devido tempo, alertou para os perigos da privatização.

O presidente do Conselho de Administração da EDP anunciou, em entrevista saída na edição de 11 de Janeiro do «Público», que vão ser tomadas várias medidas de redução dos custos nas empresas do Grupo EDP, como resposta à decisão de baixar as tarifas em 1999, tomada pela entidade reguladora do sector eléctrico. No fundamental, recorda-se no comunicado da FSTIEP, Mário Cristina de Sousa pretende «diminuir, ainda mais drasticamente do que estava previsto, as despe-

sas com pessoal (30 por cento, em vez de 17 por cento, no período até 2002), liquidando mais de 2500 postos de trabalho, para além dos 1600 que foram extintos em 1998»; e «reduzir o investimento corrente, em mais 10 a 12 milhões de contos, nos próximos quatro anos (para além dos 18 por cento já previstos e prometidos na segunda fase da privatização)».

## A energia ou a Bolsa

Estas são medidas que «poderiam aplicar-se em qualquer outra empresa que tenha por objectivo principal aumentar os lucros e o valor das acções na Bolsa - apesar de o objectivo principal da EDP, como nós a vemos e como o País dela necessita, se centrar na prestação de um serviço público de fornecimento de energia eléctrica, com níveis de qualidade capazes de contribuir para o desenvolvimento nacional e o bem-estar dos portugueses».

Para a FSTIEP, «os esclarecimentos que o presidente deu em Portugal e disse que iria dar à Irlanda, ao Reino Unido e aos EUA, destinam-se a levantar o moral aos accionistas e não têm que ver com as reais necessidades da empresa, dos consumidores ou do País». E nota que, «mesmo para os accionistas, parece não haver o cuidado de ressaltar que a descida das acções na Bolsa de Lisboa não se prendeu apenas com a decisão de descida das tarifas em 1999».

As declarações do presidente da EDP, frisa a federação sindical, «vêm confirmar que, como sempre dissemos, a privatização de uma grande fatia da empresa que detém o sector eléctrico nacional iria acarretar graves custos para os trabalhadores, para os consumidores e para o País. Só fomos surpreendidos pela rapidez com que o próprio presidente veio provar a nossa razão».

A FSTIEP aponta um conjunto de «consequências directas óbvias» das medidas que Cristina de Sousa diz pretender pôr em prática:

- «vai intensificar-se a pressão para conter os salários e atacar os direitos dos trabalhadores e para que mais pessoas abandonem a empresa»;

- «vai aumentar a distância entre a empresa e os consumidores», já que os maiores cortes de pessoal, segundo o responsável máximo da Electricidade de Portugal, devem ocorrer no sector da distribuição;

- «vai piorar a qualidade do serviço», uma vez que «a diminuição do investimento corrente aumenta a possibilidade de ocorrência de avarias, enquanto a redução de pessoal prejudica a operacionalidade dos piquetes».

## Responsabilidades

Em todo este processo, a estrutura da CGTP nas Indústrias Eléctricas imputa ao presidente da EDP «as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupa». E reafirma que, «como temos feito questão de realçar, a responsabilidade política das opções tomadas para a EDP (incluindo a nomeação da administração) cabe ao Governo, ao primeiro-ministro e ao partido que lhe dá suporte parlamentar e que já mostrou, em matéria de privatização a todo o custo, ser capaz de ir ainda mais longe do que foram os governos do PSD, para cuja derrota contribuimos e de quem não guardamos saudades».

## Pressões e abusos na Cimpor

Representantes sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores da Cimpor decidiram concentrar-se ontem junto à sede na empresa, para exigir a negociação «efectiva» do contrato colectivo e para denunciar publicamente a situação social e laboral que se vive na empresa.

Na nota conjunta que distribuíram à comunicação social, a CT da Cimpor e a federação da CGTP no sector falam de «pressão e chantagem da empresa junto dos trabalhadores, individualmente, para alterarem categorias profissionais com perda de direitos», e denunciam a «utilização abusiva de trabalho temporário», através de empreiteiros, «em substituição de postos de trabalho efectivos».

Estes problemas já tinham sido levantados pela federação sindical da Cerâmica, Cimento e Vidro, num comunicado que divulgou aos trabalhadores no

final do ano. «A Cimpor privatizada começa agora a mostrar o seu verdadeiro rosto», comentava a federação, em nome das estruturas da CGTP com representação na empresa. No documento recordava-se que, nas negociações do Acordo de Empresa, a 22 de Dezembro, a administração apresentou uma proposta «global e final», o que levou os sindicatos a pedir a passagem à fase de conciliação.

Como a administração chegou a acordo com as estruturas minoritárias da UGT, passou a pressionar os trabalhadores para que assinassem, individualmente, declarações de adesão. A federação da CGTP contesta a validade jurídica destas declarações e reafirma que os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho só podem ser alterados por quem os subscreveu e só caducam quando os subscretores os substituem por outros.



## CGTP recebe PCP

Uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalhas, foi recebida no dia 14 na sede da CGTP-IN. O secretário-geral do Partido, acompanhado por Jerónimo de Sousa e Octávio Teixeira, reuniu com uma delegação que integrava o coordenador da central, Manuel Carvalho da Silva, e quatro membros da Comissão Executiva da Inter: Arménio Carlos, Maria do Carmo Tavares, Manuel Lopes e Jerónimo Rodrigues.

## Amorim

A falta de resposta da administração da holding do Grupo Amorim às propostas dos trabalhadores vai contra o compromisso assumido na reunião de 11 de Dezembro e demonstra má-fé na negociação do caderno reivindicativo. A União dos Sindicatos de Aveiro denunciou a situação e anunciou que os trabalhadores das empresas corticeiras do grupo decidiram deslocar-se anteontem às instalações da holding «para exigir uma resposta séria da administração».

## Campinhos

Em vez de reduzir o horário para as 40 horas exigidas por lei, o patrão do restaurante-churrasqueira Campinhos, em Santo Tirso, impõe mais de 68 horas semanais, obrigando os trabalhadores a fazerem jornadas de 10 a 14 horas, e não paga este trabalho como extraordinário - revelou o Sindicato da Hotelaria do Norte. Num comunicado que anteontem enviou à imprensa, o sindicato acusa a empresa de violar a contratação colectiva do sector, ao dar apenas um dia de folga, que a partir deste mês deixou de ser certo, e de não cumprir a tabela salarial nem pagar feriados. Há ainda trabalhadores que não gozaram férias referentes a 1998, e que são ameaçados com cortes salariais quando reclamam este direito. O sindicato relata ainda que «o patrão, numa atitude inqualificável, insultou e ameaçou fisicamente» um dirigente sindical que há dias abordou a empresa para pagar os créditos a um trabalhador que «se encheu» e rescindiu o contrato.

## Professores

O ensino português no estrangeiro pode voltar a ser afectado por uma nova greve e outras formas de luta, depois de o Ministério da Educação ter voltado a insistir na aplicação de um subsídio de residência que se traduz numa efectiva redução do poder de compra. Segundo a Federação Nacional dos Professores, o ME defrauda assim as expectativas depositadas no novo período de negociações com os sindicatos, aberto depois da greve de dois dias (três dias em Espanha) realizada com forte adesão em Dezembro.

A par do protesto contra o facto de o ME ter praticamente ignorado as propostas consensuais apresentadas pela Fenprof, a FNE e os sindicatos nelas filiados, a federação deu novos passos para resolver o conflito, sugerindo que sejam aplicada até ao final do ano passado as tabelas em vigor até Agosto (e cuja actualização não foi negociada), evitando assim as perdas provocadas pelo subsídio.

## «Expresso» zero

Por unanimidade, os trabalhadores do jornal «Expresso» recusaram segunda-feira uma proposta da administração que previa um «aumento zero» para os que se encontram no quadro da empresa, com a contrapartida de que os «avencados» entrariam para o quadro.

Um elemento da Comissão de Trabalhadores disse à agência Lusa que a proposta da administração da «Sojornal» (empresa proprietária do «Expresso») previa ainda que os 52 «avencados» (37 dos quais jornalistas) ficassem a receber por ano o mesmo que actualmente, mas dividido por 14 meses, quando agora recebem o ordenado doze meses por ano. Propunha também a administração que os trabalhadores que recebem à hora ficassem como «avencados». O plenário decidiu igualmente por unanimidade pedir um aumento de cinco por cento para 1999 e a integração nos quadros, no espaço de um ano, dos «avencados», bem como a regularização da situação dos que recebem à hora ou à peça. O mesmo elemento da CT salientou que a própria administração reconhece que 1998 «foi o segundo melhor ano de sempre do «Expresso» em termos de resultados».

## Falsos verdes

A greve na TVI foi uma das formas de luta encaradas dia 13, num plenário de trabalhadores convocados pelo Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual. Segundo uma nota do STT/CGTP, há cerca de três dezenas de funcionários que estão há anos a trabalhar a recibo verde, uma «falsa situação» que deveria corresponder a contratos de trabalho.

O sindicato endereçou «vários pedidos de reunião» às sucessivas administrações, mas no último ano não obteve qualquer resposta. De imediato, os trabalhadores esperam conseguir uma abertura para o diálogo, de forma a poderem discutir com a empresa os recibos verdes e outros problemas laborais, enunciados numa carta que foi enviada à administração na passada sexta-feira.

## Previdente

O despedimento colectivo de dez trabalhadores da Fimper foi condenado pela comissão sindical dos Metalúrgicos naquela empresa do Grupo Previdente. Num comunicado que divulgou segunda-feira, a comissão sindical recusa frontalmente «que sejam os trabalhadores os sacrificados para resolver os problemas da empresa», pois não têm «a mínima responsabilidade pelo desastroso caminho percorrido»; esta é remetida para «os responsáveis da empresa ao longo dos anos». A comissão sindical afirma que as estruturas dos trabalhadores das outras empresas do grupo expressaram solidariedade à luta contra o despedimento na Fimper.

# Metalúrgicos já chegaram aos 10 contos de aumentos

Em mais de 50 empresas do distrito está a ser discutida a actualização dos salários e outras reivindicações para este ano, informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Num comunicado aos trabalhadores, a direcção do sindicato informa que as propostas apresentadas ao patronato chegam aos 15 mil escudos para cada trabalhador, revelando que «em diversas empresas já se verificaram aumentos dos 7 aos 10 contos», enquanto «noutras, apesar de haver contrapropostas salariais de 5 e 6 contos, os trabalhadores estão em luta por melhores salários e pela redução do horário».

O sindicato salienta que actualmente «é fácil ver que recebemos muitos menos euros» e «trabalhamos mais horas» do que noutros países da UE. Para a estrutura lis-

boeta dos metalúrgicos, «este é o momento certo para exigirmos aumentos salariais em condições», por cinco razões: «estamos no início do ano», «já houve aumentos de preços de bens essenciais», «os lucros continuaram a aumentar em 98», «a produtividade cresceu e há mais riqueza no País para distribuir» e «é ano de eleições e vão começar as promessas eleitorais».

«Ou os patrões respondem rapidamente às nossas propostas, ou vamos nós à procura dos aumentos através da luta», previne o sindicato. Citando os casos do sector automóvel e da metalurgia e metalomecânica, os Metalúrgicos de Lisboa afirmam que «o patronato



O patronato «está a pedir um abanão» e os trabalhadores preparam-se para o oferecer (foto de arquivo)

anda a provocar e está a pedir um abanão».

No comunicado informa-se ainda que em «dezenas de empresas» já foi aprovado o pré-aviso de greve para o momento em que for

agendado na AR o projecto sobre tempo parcial. O sindicato está a promover um abaixo-assinado contra esta e demais peças do pacote laboral, que será entregue em São Bento no dia 4 de Fevereiro.

## Vidreiros assinalam 18 de Janeiro

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira reclamou segunda-feira a declaração da profissão de vidreiro como profissão de «desgaste rápido», de forma a permitir a reforma «por inteiro» aos 55 anos.

A exigência foi feita por Durval Gaspar, na Marinha Grande, nas comemorações dos 65 anos da revolta armada de 18 de Janeiro.

«Esta é uma profissão onde se começava a trabalhar aos 10 anos até há algumas décadas», disse o dirigente do STIV/CGTP, citado pela Lusa, salientando que «actualmente, mesmo com os aprendizes a começar aos 16 anos, quando chegam aos 56 já têm 40 anos de ofício».

«Por outro lado, os vidreiros à boca do forno estão sujeitos a altas temperaturas, trabalham com composições químicas e sofrem o desgaste dos turnos», acrescentou, adiantando existir da parte do Governo «alguma abertura para discutir esta questão».

As comemorações, cujo programa incluiu romagens aos cemitérios da Marinha Grande e a deposição de flores no Monumento ao Vidreiro, ficaram ainda marcadas pela exigência da redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais no sector, «dada a penosidade do trabalho» e porque «há mais de um século que os vidreiros não vêem o seu horário de trabalho reduzido».

## CGTP marca jornada nacional

A necessidade de revalorizar o salário mínimo nacional e «o assalto do sector privado ao Serviço Nacional de Saúde» são algumas das questões que preocupam a CGTP e que estiveram em foco na reunião desta semana da sua Comissão Executiva.

Em conferência de imprensa realizada segunda-feira, após a reunião, Ulisses Garrido criticou o valor aprovado para o SMN, que considerou «extremamente baixo». Para aquele membro da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, refere a Agência Lusa, o crescimento do número de pessoas que recebem o SMN e o Rendimento Mínimo Garantido é «grave», pois indicia que «as situações de exclusão social afectam quem vive dos rendimentos do trabalho».

Frisando que «não é possível ter uma inflação para consumo interno e outra para consumo externo», Ulisses Garrido afirmou que o governo «não está a cumprir a promessa de aproximar os salários portugueses da média europeia».

A par da questão salarial e do alerta para os elevados números do trabalho infantil - os resultados preliminares do inquérito desenvolvido em conjunto pela Organização Internacional do Trabalho e pela Comissão Nacional do Trabalho Infantil apontam para mais de 33 mil casos de exploração de mão-de-obra infantil -, as questões relativas às políticas de Saúde estão igualmente na ordem do dia para a CGTP, que afirmou ser «inadiável a tomada de decisões políticas fortes contra a ofensiva do sector privado sobre o SNS». «O serviço público é alvo de ganância e de interesses lucrativos por parte de entidades transnacionais», que não se compadecem apenas «com medidas burocráticas», salientou o sindicalista.

As negociações entre o governo e os profissionais de saúde «em geral» foram também abordadas na reunião da comissão executiva da central sindical, que considerou «estarem reunidas condições para satisfazer várias das reivindicações absolutamente razoáveis» destes profissionais.

A Executiva afirmou a necessidade de cumprir a actual legislação sobre higiene e segurança no trabalho, «com fiscalização e apuramento de responsabilidades» em casos de acidentes laborais. Face

ao recente despacho assinado pelo secretário de Estado das Relações Laborais relativamente à legalização de empresas de Higiene e Segurança no trabalho, Ulisses Garrido afirmou que, se deste documento «resulta uma situação imoral, é óbvio que deve ser corrigido».

A CGTP tem programada uma jornada nacional de luta para a primeira semana de Fevereiro, que irá decorrer em vários pontos do país, em dias diferentes. Uma acção pública em Lisboa está agendada para quinta-feira, dia 4 de Fevereiro.

## Porto

Os sindicatos do Porto decidiram levar a cabo uma acção no dia 3 de Fevereiro, «para exigir e lutar pela melhoria da situação social, das condições e qualidade de vida dos trabalhadores». A USP/CGTP, segundo uma nota do seu departamento de informação emitida após o plenário de sindicatos do distrito, que teve lugar quarta-feira da semana passada, vai solicitar reuniões aos partidos políticos e aos deputados eleitos pelo círculo do Porto.

A estrutura distrital da CGTP quer manifestar as suas preocupações e protestos relativamente ao problema das pausas nos horários de trabalho (há patrões que continuam a não cumprir a lei) e à «lamentável desautorização» a propósito feita à AR pelo ministro do Trabalho. Quer ainda abordar os temas da legislação laboral e da Segurança Social.

Para a União dos Sindicatos do Porto, «a luta dos trabalhadores tem sido determinante para sustentar o pacote laboral», mas continua a ser necessário «manter o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores para eventuais ilusórios recuos governamentais, político-partidários e patronais, determinados pelo calendário eleitoral». A insistência na defesa e melhoria do sistema de Segurança Social é justificada por «eventuais pactos que pretendam transformar um direito constitucional de cidadãos dignos numa acção de beneficência ou caridade».

## Acidente

Há dois anos, na OGMA, ocorreu um acidente de trabalho cujas consequências ainda estão por reparar. Um grupo de trabalhadoras das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico decidiu exigir a divulgação das causas do acidente que as vitimou há dois anos e reclamar o estatuto de sinistradas do trabalho.

Jorge Lopes, dirigente do Sitava e membro da Comissão de Higiene e Segurança das OGMA, disse antontem à Agência Lusa que ainda ninguém sabe ao certo o que causou o acidente de 10 de Janeiro de 1997, na sequência do qual 13 trabalhadoras de um dos refeitórios das OGMA receberam tratamento hospitalar, depois de se terem sentido mal devido, alegadamente, à libertação de gases dos esgotos. Estas trabalhadoras passaram a sofrer de problemas respiratórios e de fadiga constante, o que as obriga a ficar em casa de vez em quando, mas a administração das OGMA recusa-se a considerá-las como sinistradas do trabalho e penaliza-as nas respectivas progressões de carreiras pelo absentismo, garantiu o sindicalista.

A 19 de Março de 1998 aconteceu um acidente idêntico no refeitório das OGMA, tendo três trabalhadoras mostrado sintomas idênticos. O refeitório em causa foi encerrado, mas as causas dos sinistros continuam por apurar e as suas vítimas não sabem ao certo de que doença sofrem.

## Atrasados

A Martins & Rebelo não paga salários há cinco meses, depois de ter vindo a atrasar os pagamentos durante os últimos quatro anos. Segundo o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, a empresa de lacticínios deixou de pagar ao dia 30 desde Janeiro de 1995. O CESP/CGTP afirma, numa nota à comunicação social, que «de um grande património pouco resta, pois desde 1990 a administração foi desbaratando, sistematicamente, os bens da empresa, sem fazer praticamente nenhuns investimentos».

A partir de Agosto de 1996, a situação agravou-se, com a venda da unidade fabril de Avis, assim como das marcas «Primor» e «Castelões». Apesar dos negócios de milhões de contos, não houve quaisquer contrapartidas para os trabalhadores, deixando a administração aumentar o atraso nos pagamentos ao pessoal.

## Baixa

A direcção do CESP iniciou segunda-feira uma quinzena de esclarecimento na zona da baixa lisboeta, procurando dinamizar a acção reivindicativa nas principais empresas, reforçar a estrutura sindical e alertar os trabalhadores para os perigos do pacote laboral e para a necessidade de defender a Segurança Social.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Cidade de Viseu



O Grupo Parlamentar do PCP congratulou-se com o Reajustamento da Área Administrativa

da Cidade de Viseu previsto em diplomas do Governo e do PSD discutidos na passada semana.

O deputado comunista Pimenta Dias considerou que esta medida é inteiramente justificada face ao «apreciável desenvolvimento urbano e socioeconómico» conhecido pela cidade de Viseu nas últimas décadas e recordou ter sido o PCP o autor de uma proposta em sede de Orçamento do Estado afectando uma verba para a realização de estudos com vista à instalação de uma Universidade pública na cidade.

Embora reconhecendo que a elevação à categoria de cidade não resolve as assimetrias entre o litoral e o interior nem os entraves que este enfrenta ao seu desenvolvimento, Pimenta Dias realçou no entanto que esta promoção administrativa que agora abrange várias freguesias não deixa de ser uma «afirmação de cidadania das respectivas populações».

## Caso Torralta



Estava prevista para esta semana, depois de ter sido adiada a pedido do PS, a reunião da Comissão de

Inquérito às relações entre grupos económicos e o Governo para análise e votação do relatório sobre o caso Torralta/SONAE. Da autoria do deputado comunista António Filipe, o relatório contém sérias críticas ao Executivo socialista em dois pontos fundamentais: a venda de créditos do Estado à SONAE e a concessão de jogo em Tróia. De acordo com o documento, a que já fizemos referência na última edição, o Estado terá sido seriamente prejudicado com esta operação conduzida pelo Governo, nomeadamente com a alienação por apenas um milhão de contos dos créditos da Direcção Geral do Tesouro e da Segurança sobre a Torralta, avaliados em 29,5 milhões de contos. Criticada no relatório assinado por António Filipe é igualmente a atribuição da Zona de Concessão de Jogo de Tróia à empresa Imoarea, do Grupo Sonae, atribuição essa que em sua opinião traduz «um benefício para a empresa concessionária» sem paralelo com qualquer concessão já existente.

## «Bug» informático



Por sugestão do deputado do PCP António Filipe, a questão do «bug» informático

do ano 2000 vai ser discutida no Parlamento. A decisão foi tomada na última reunião da

## Prevenção primária contra a droga

## Projecto do PCP define estratégia global

A Assembleia da República apreciou, faz hoje oito dias, um projecto de lei do PCP em que se definem os princípios da política de prevenção primária da toxicod dependência e no qual se adoptam simultaneamente medidas para as situações de risco.

Travejado em dois pontos fundamentais - a prevenção primária e as situações de risco -, o diploma aponta no primeiro caso as obrigações do Governo neste domínio, o envolvimento das escolas, as acções dirigidas à juventude, a sensibilização da comunicação social, a realização de campanhas publicitárias.

Como assinalou no debate o deputado comunista António Filipe, o diploma valoriza ainda as acções regionais, municipais e locais de prevenção primária, a prevenção em meio laboral, a rede de intervenores em primeiros socorros a toxicod dependentes e os cursos de formação a realizar.

Quanto à intervenção em situações de risco, o projecto preconiza de forma inovadora a definição do que são as medidas de intervenção a levar a cabo por parte do Governo, bem como a criação de um dis-

positivo nacional de centros de apoio.

Não esquecidas no articulado do diploma são, por último, as acções a levar a cabo pelo Executivo em matéria de reinserção social e laboral dos toxicod dependentes.

Com esta iniciativa legislativa, que deverá hoje ser submetida à votação, a bancada comunista pretende unificar a legislação portuguesa em termos de prevenção primária da toxicod dependência, uma vez que, como foi sublinhado por António Filipe, as medidas já existentes aparecem desgarradas, avultando a necessidade de englobar toda a política nesta área num único diploma.

Para António Filipe não é, aliás, concebível uma política de combate à droga que não passe pela estreita articulação entre as entidades que se relacionam com o fenómeno. «Não é hoje possível - sublinhou -



Falta uma política coerente de prevenção primária da toxicod dependência

conceber uma política que pretenda ter alguma eficácia na prevenção da toxicod dependência, se não se encontrar forma de coordenar a prevenção primária, designadamente ao nível das escolas, das comunidades locais ou dos locais de trabalho, com a prevenção secundária, que deve passar por uma rede eficaz de atendimento e comunidades terapêuticas e por uma

cada vez mais forte articulação com o Serviço Nacional de Saúde, com a acção das polícias e do sistema judiciário, com a problemática do meio prisional, com a política de reinserção social e laboral.»

Um diagnóstico que é, pode dizer-se, largamente corroborado pela Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga, que recentemente apresentou um relatório bastante crítico sobre a situação actual nesta matéria. António Filipe fez questão de o assinalar, lembrando como nesse documento é reconhecida a necessidade de «pôr em prática uma política de prevenção das

toxicod dependências assente em bases substancialmente diferentes das actuais». Como desde há muito vem defendendo o Grupo comunista e este projecto de lei vem agora materializar ao definir os princípios gerais a que deve obedecer a política de prevenção primária de toxicod dependência, sem perder de vista que a prevenção mais eficaz - foi ainda António Filipe a frisá-lo - «está para além das políticas convencionalmente chamadas de combate à droga», traduzindo-se em «políticas que combatam as causas sociais mais profundas da toxicod dependência».

## Apoio às vítimas de stress pós-traumático

Recolheu o apoio unânime dos partidos com assento parlamentar o projecto de lei que define formas de apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra. Da iniciativa do PSD, o diploma preconiza que sejam considerados deficientes das Forças Armadas, além dos casos actualmente já contemplados, as vítimas de stress pós-traumático de guerra que sejam portadores de perturbação psicológica crónica dele decorrente. A Rede Nacional a criar terá como tarefa a identificação dos casos e permanente prestação de serviços de apoio médico, psicológico e social.

Trata-se, no fim de contas, de reconhecer que há cidadãos portugueses a sofrer com esta patologia, em resultado da guerra colonial que atingiu de modo dramático a vida de milhares de portugueses, como assinalou o deputado comunista Bernardino Soares.

A resolução deste problema é, aliás, para a bancada do PCP, não apenas uma questão de solidariedade - «de solidariedade para com a geração que directamente sofreu a guerra colonial», frisou Bernardino Soares -, como também uma questão de justiça, reconhecendo o «direito ao tratamento e ao apoio» a todos os que sofrem de determinada doença.

Dá a importância que o PCP atribui ao trabalho e à luta das Associações que intervêm nesta área, quer reivindicando o reconhecimento legal do stress pós-traumático e o direito ao respectivo tratamento, quer intervindo directamente no apoio aos cidadãos afectados pelo problema.

Importa agora, em sede de especialidade, aperfeiçoar o conteúdo do diploma, auscultando, para o efeito, as entidades intervenientes nesta área. É que, como disse Bernardino Soares, a «proposta do PSD não é a mais feliz», carecendo de correcções por forma a evitar que se criem «entorses graves na resolução desta questão».

Também o deputado Marques Júnior (PS) afirmou estar identificado com as preocupações do diploma, embora não concorde com a forma como este foi feito. Para aquele capitão de Abril, a actual legislação já contempla as situações decorrentes do stress traumático. «O essencial (do projecto) já está contemplado e o que inova, inova mal», adiantou.

Carlos Encarnação mostrou-se entretanto aberto quanto à possibilidade de serem feitas correcções ao diploma apresentado pela sua bancada. O projecto «não é palavra final», disse.



Milhares de portugueses sofrem ainda hoje as consequências da guerra colonial

## Repor a justiça aos professores aposentados

A grave situação de injustiça que atinge a maioria dos professores aposentados está finalmente em vias de ser corrigida. Depois de a questão ter sido objecto de um primeiro debate em 1997 por ocasião de uma petição da iniciativa da Fenprof subscrita por mais de seis mil cidadãos, a que seguiram várias diligências da bancada comunista (uma das quais materializada em projecto de lei visando pôr fim à disparidade e à progressiva degradação das aposentações, que viria a ser rejeitado pela PS), o Parlamento aprovou na passada semana, com a abstenção do Grupo socialista, um projecto de lei do PP que pode ser «o início do fim das desigualdades e das ilegalidades» que atingem os professores aposentados.

A questão reside agora, como salientou no debate a deputada comunista Luísa Mesquita, em saber se o PS, PSD e PP estão dispostos para viabilizarem em sede de especialidade algumas propostas que a sua bancada considera indispensáveis para melhorar o conteúdo do diploma.

Para Luísa Mesquita importa, concretamente, que o diploma deixe claro que não se pretende casuisticamente resolver uma situação actual, mas sim impedir definitivamente que no futuro possam vir a ocorrer de novo disparidades entre os professores aposentados e os vencimentos dos professores no activo.

A parlamentar do PCP entende ainda que o factor tempo previsto para o faseamento da actualização deve ser alterado, porquanto, assinalou, ao optar-se sem qualquer carácter de excepção por cinco anos remete-se, na melhor das hipóteses, para daqui a seis anos a indexação das pensões de docentes que já têm hoje 70 ou 80 anos.

# Em causa dívidas do Ministério da Saúde

## Bombeiros em risco de paralisar

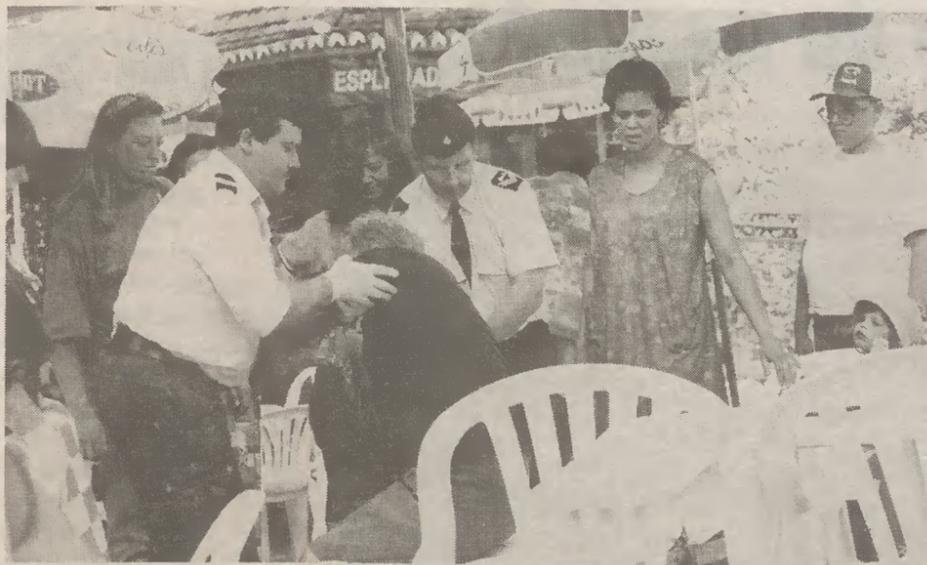
A dívida das estruturas do Ministério da Saúde aos Bombeiros pelo transporte de doentes em ambulâncias atinge já uma cifra na ordem do milhão e meio de contos. O assunto voltou a estar em foco no Parlamento por iniciativa do deputado comunista Rodeia Machado, que alertou para o facto desta situação configurar um quadro «insustentável» que está a gerar a «asfixia económica» das associações de bombeiros voluntários e poderá levar à sua paralisação por falta de verbas.

«Os bombeiros são obrigados a dever dinheiro a fornecedores de combustível e todo o tipo de material, porque não têm fundos para fazer face aos pagamentos», denunciou o parlamentar do PCP, que imputou ao Ministério da Saúde a responsabilidade por esta situação, provocada por um acordo tido como gravoso e que ainda por cima não é respeitado em termos dos prazos para liquidação das facturas.

Com efeito, as Administrações Regionais de Saúde e hos-

pitais não estão a cumprir os prazos assumidos para liquidação das dívidas, existindo casos em que a regularização está a ser feita ao fim de seis meses e mais, para além dos 90 dias acordados, como é o caso do Hospital de Vila Franca de Xira.

Em intervenção proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta, Rodeia Machado considerou mesmo que a não ocorrer a revisão do



As dívidas do Ministério da Saúde aos Bombeiros Voluntários ascendeu a cerca de um milhão e meio de contos

acordo e com os atrasos nos pagamentos «bem se pode dizer que são os Bombeiros que estão a financiar por via indirecta o Serviço Nacional de Saúde».

Entre os exemplos citados

Rodeia Machado, que afirmou não se calar enquanto a situação não for resolvida, está a dívida dos hospitais da área da Federação de Lisboa das Associações de Bombeiros cujo montante

ronda os 100 mil contos, sendo igualmente significativa a dívida na área da Federação de Beja a 14 Associações de Bombeiros Voluntário num valor aproximado de 50 mil contos.

comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, após proposta do deputado comunista no sentido de ser realizado um encontro sobre o tema, ouvindo o ministro da Ciência, Mariano Gago. Falta agora encontrar uma data e o formato em que a discussão será realizada. O chamado «bug» informático do ano 2000, recorde-se, está a constituir uma séria dor de cabeça para a generalidade das instituições e empresas que operam com serviços informáticos, receando-se que o primeiro dia do próximo ano se transforme num caos, dado que muitos computadores não estão preparados para uma data em que os dois últimos dígitos são zeros.

### Greve self-service



Os partidos da oposição aprovaram um voto de protesto face à «total incapacidade» revelada

pelo Governo no tratamento da greve self-service dos médicos. Aprovado no próprio dia em que o Presidente da República interveio apelando à resolução do problema, de que viria a resultar a suspensão da greve, o voto apenas contou com os votos contra da bancada socialista. Manuel dos Santos manifestou mesmo a sua solidariedade com o Governo afirmando estarem em curso «acções para resolver os problemas desta área, como as listas de espera nos hospitais». João Amaral, na ocasião, em nome da bancada comunista, salvaguardando embora o inquestionável direito à greve, condenou «com clareza» o que chamou de «passividade do Governo nesta situação, com danos irreparáveis para os utentes».

### Financiamento partidos



Os diplomas do Governo, PCP e PSD relativos ao financiamento dos partidos e campanhas eleitorais

foram aprovados na generalidade na Assembleia da República. A proposta de lei do Governo e os projectos de lei do PCP e PSD serão agora analisados na especialidade pela comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, onde deverá ser criado um grupo de trabalho para elaborar a versão final do diploma. A proposta do Governo foi aprovada com o voto favorável do PS, abstenções do PP e PCP e voto contra do PSD. O projecto do PCP foi votado favoravelmente por todas as bancadas, excepto pela do PS, que se absteve. Idêntica votação teve o diploma do PSD.

## Homenagem a Lino Lima

### Uma vida de luta pela liberdade

O camarada Lino Lima, que foi deputado pelo PCP à Assembleia da República entre 1976 e 1984, onde se destacou na qualidade de deputado não apenas pelas suas brilhantes intervenções como também por ser «um Homem de Condições e um Homem de Carácter», foi alvo de uma sentida homenagem da Assembleia da República, que aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo seu falecimento ocorrido no passado dia 6 de Janeiro.

Enaltecido no texto é o seu percurso de «corajoso e lúcido combatente pela liberdade e pela democracia» que o levou a envolver-se em todos os grandes movimentos e lutas contra a ditadura fascista, com um grau de empenhamento em defesa dos mesmos valores que prosseguiu com igual intensidade depois do 25 de Abril.



Recordada no voto foi ainda a forma como as actividades terroristas do Verão de 1975 o atingiram duramente. «O seu escritório de advogado em Famalicão foi incendiado. Perderam-se assim anos e anos de trabalho, de fichas, de memórias, de estudos, de livros. Lino Lima teve de sair de Famalicão com uma dor de que nunca se curou», lê-se no voto aprovado pelos deputados, que

registra ainda a homenagem que a Câmara Municipal de Famalicão entendeu prestar-lhe há dois anos ao editar um livro de «Discursos e Debates na Assembleia da República».

Como refere o voto, foi a «reparação possível» por esse acto de terror, uma vez que - foi João Amaral a lembrá-lo ao falar em nome da bancada comunista - «naquelas labaredas ardeu uma vida de trabalho» e ainda hoje continuam «impunes os terroristas que atearam o fogo, como impunes estão os mandantes que organizaram as acções terroristas».

Sublinhando a sua «coerência de ideias», que manteve até ao fim da vida, e que reconhece ser «o maior elogio que se deve a um cidadão», o voto de pesar afirma ainda que recordar Lino Lima implica obrigatoriamente recordar a sua mulher Júlia, «amiga e companheira de sempre», com quem partilhou «alegrias e tristezas».

## Recenseamento eleitoral

### Corrigir exigências absurdas

A Assembleia da República aprovou (com a abstenção do PS e PSD) um projecto de lei do PCP relativo às exigências de identificação colocadas aos cidadãos estrangeiros para efeitos de inscrição no recenseamento eleitoral. Discutido juntamente com uma proposta de lei do Governo sobre idêntica matéria, embora esta de âmbito mais abrangente, igualmente aprovada, o diploma da bancada comunista visa corrigir o que António Filipe considerou de «exigência absurda» na Lei vigente.

Em causa está, concretamente, a exigência de que o período mínimo de residência seja comprovado através do bilhete de identidade de cidadão estrangeiro ou da autorização de residência, a que obrigatoriamente tem de juntar-se um documento emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Introduzida na lei de recenseamento eleitoral e na lei eleitoral para os órgãos das autarquias locais, uma tal exigência, no entender do Grupo comunista, tem-se revelado plenamente injustificada como, por outro lado, tem sido um factor adicional de dificuldade no recenseamento de cidadãos não nacionais e, consequentemente, inibidor da sua apresentação como candidatos.

Como explicou António Filipe, a referência ao bilhete de identidade de cidadão estrangeiro deixou

de fazer sentido face ao D.L. 244/98 que determina que o título de residência substitui, para todos os efeitos legais, o bilhete de identidade de cidadão estrangeiro. Também o documento do SEF, em sua opinião, configura uma «exigência absurda», na medida em que através da autorização de residência - um documento idóneo passado pelo Estado português - é possível na generalidade dos casos comprovar o período mínimo de residência legal em Portugal.

Quanto à proposta de lei governamental, na perspectiva da bancada do PCP, não dá resposta a todos os problemas suscitados pela necessidade de garantir uma lei do recenseamento eleitoral que, «sem alterar os princípios em que assenta», encontre «formas de os garantir com maior celeridade e eficácia».

É o caso, por exemplo, do recenseamento provisório dos cidadãos com 17 anos, ou ainda, noutro plano, a introdução de disposições na lei do recenseamento que lhe são alheias, como sucede com a exigência que torna obrigatória a exibição do cartão de eleitor para renovar o bilhete de identidade, uma exigência que do ponto de vista de António Filipe não faz qualquer sentido.

## Aumento das tarifas telefónicas



O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a realização, com carácter de urgência, de uma reunião da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Equipamento, para análise do anunciado aumento das tarifas de comunicações telefónicas.

Como observa o Grupo comunista na carta em que requer a realização da reunião, a concretizar-se a intenção de agravar o custo das tarifas, este encarecimento irá sobrecarregar as chamadas locais, ou seja, o essencial da despesa telefónica dos clientes residenciais.

Para além da secretária de Estado da Habitação e Comunicação, a bancada comunista quer ver convocado para a reunião o Instituto de Comunicações de Portugal.

## Descentralização em debate Não cometer os erros do passado

«Impõe-se descentralizar, mas é necessário perceber bem o quê e para quem.» Esta foi uma das ideias que esteve presente no colóquio realizado segunda-feira, na Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. No centro do debate estavam precisamente as atribuições e competências do Poder Local. Entre os presentes, que encheram a Sala do Senado, contavam-se eleitos locais da CDU e do PS, técnicos das autarquias e outros especialistas interessados nesta matéria.

A reter das ideias-força que percorreram o debate está a de que a experiência anterior, como salientou Daniel Branco em conversa com o «Avante!», vai no sentido do «Governo procurar descentralizar crises, passando o ónus para cima do Poder Local». Assim sendo, fez notar, importa ter presente essa situação «para que não voltem a ser cometidos os mesmos erros do passado».

Outra das conclusões a realçar do colóquio prende-se com a necessidade de construir um «relacionamento diferente entre todos os interessados» -

Governo Assembleia da República, Associação Nacional de Municípios, Associação Nacional de Freguesias e comunidade científica -, no sentido de se analisarem todas as experiências já havidas e de se partir para a construção de uma administração pública crescentemente capaz de dar respostas positivas aos problemas das populações.

No decorrer dos trabalhos, dirigidos pelo deputado João

Amaral, entrevistaram Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, eleita pela CDU; José Conde Rodrigues, presidente da Câmara do Cartaxo, eleito pelo PS; António Pereira, presidente da Junta de Freguesia de Marvila.

Abordando a mesma temática mas numa perspectiva mais jurídica e institucional, entrevistaram também o Prof. Dr. João Caupers, Professor na Faculdade de Direito de Lisboa, o Prof. Dr. José Reis, Presidente da CCR Centro, e o Prof. Dr. Luís Sá.



Atribuições e competências do Poder Local em colóquio promovido pelo PCP

## Estação no Barreiro Comporta sérios riscos

A instalação de uma Estação de Tratamento de Resíduos no Barreiro, mais exactamente na Quimiparque, praticamente no interior de um aglomerado urbano com elevada densidade populacional, é um «detonador de grande risco». O alerta foi dado pelo deputado comunista Joaquim Matias no decorrer do debate de urgência suscitado na passada semana pelo PSD a propósito das decisões do Governo sobre a co-incineração de resíduos industriais.

Joaquim Matias acusou concretamente Elisa Ferreira de se

esquecer que nos países europeus que adoptaram a co-incineração ter sido levado em linha de conta uma adequada localização das estações de tratamento, ou seja, respeitada a opção de escolher locais afastados de aglomerados populacionais e junto a nós viários escolhidos de acordo com os percursos de transporte dos resíduos.

Exactamente o contrário do que se verificou no processo que conduziu à escolha do Barreiro, segundo o parlamentar do PCP,

que afirmou ter sido totalmente ignorada nos estudos efectuados a questão dos transportes.

Joaquim Matias garantiu ainda ser falso que a Quimiparque seja um parque industrial, como o Governo afirma, dado que a sua reconversão tem sido feita no sentido de parque empresarial, integrado no tecido urbano, facto testemunhado, aliás, pelas empresas nele instaladas, 60 por cento das quais são de serviços, incluindo um centro comercial com cinemas. Lembra também a proposta de localização de um estabelecimento de ensino superior, com o aval do próprio ministro da Educação, que já visitou o local.

Joaquim Matias reiterou durante o debate a ideia de que a decisão do Governo em todo este processo foi «incorrecta, extemporânea, mal fundamentada e muito pouco esclarecida» e defendeu a adopção de uma política correcta neste domínio, a qual, em sua opinião, passa por um «Plano Nacional de Resíduos Industriais assente numa estratégia de prevenção e integrado no ordenamento do território, o que implica a participação das autarquias locais».



O PCP entende que a decisão do Governo sobre o processo de co-incineração é incorrecta

## JCP prepara 6.º Congresso



Reuniu este fim-de-semana, em Lisboa, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, iniciando uma nova fase de preparação do 6.º Congresso, que terá lugar nos dias 27 e 28 de Março, em Almada.

Após uma fase de divulgação nas organizações, de discussão sobre o quadro preparatório e da acção e afirmação da JCP em *Luta pelo futuro*, inicia-se agora a discussão proposta pela Direcção Nacional (DN), a eleição dos delegados e a grande divulgação e afirmação pública do 6.º Congresso da JCP.

As contradições do mundo em que vivemos, nomeadamente os objectivos de dominação planetária do imperialismo e o seu reflexo nos jovens, nomeadamente nos portugueses, obrigam a uma resposta: a construção de uma sociedade nova. Esta luta trava-se em diversas frentes, nomeadamente na juventude, afirmando o nosso projecto e reivindicando a melhoria das condições de vida. Só com uma organização forte e activa, só com uma direcção conhecedora da realidade juvenil e dinâmica é que conseguiremos prosseguir e reforçar a luta.

É seguindo esta linha que se desenvolve o projecto de resolução: *JCP - Organização revolucionária para a juventude*.

Uma política de esquerda para a juventude portuguesa é o outro projecto de resolução que a DN da JCP apresenta. Neste, demonstra-se que só teremos uma verdadeira política ao serviço dos jovens se a política global for também positiva, estando, portanto, ao serviço dos trabalhadores e da população em geral. A JCP apresenta ainda neste projecto o seu contributo para uma política de esquerda, destacando naturalmente áreas

como a educação, o emprego e a participação e o movimento juvenil.

Procurando aprofundar propostas na perspectiva da vida e dos direitos da juventude, questões como o

ambiente, a cultura e o património, o desporto, a solidariedade e a paz, a toxicodpendência, o alcoolismo juvenil, a habitação, a defesa nacional, o racismo e a imigração, a sexualidade e a maternidade e a paternidade, a igualdade e os direitos dos jovens portadores de deficiências, são também abordadas numa perspectiva juvenil neste projecto de resolução.

Para além destas questões, a DN da JCP apontou a realização do 6.º Congresso como um momento em que, a par do grande debate, a dinâmica, a alegria, o convívio, a criatividade e a espontaneidade dos jovens estejam presentes. Neste sentido, entre outras iniciativas, foi lançado um concurso nacional de murais e um outro de literatura, encontrando-se neste momento em preparação algumas surpresas para os dias do Congresso.

Em Setembro, a quando da marcação do 6.º Congresso da JCP, a DN entendeu que a sua preparação também se desenvolvia através da dinamização da luta. Assim, na sua reunião deste fim-de-semana, a DN analisou a intervenção dos jovens comunistas, no desenvolvimento da luta nas escolas em defesa de um ensino de qualidade, público e gratuito, pela garantia do direito a um emprego com direitos para os jovens e, a par das questões da qualidade ambiental, pelo direito da juventude a uma sexualidade sem medos e saudável.

## Emprego com direitos e educação sexual

«Educação sexual já, sem medos!» e «JCP em luta por um emprego com direitos» são duas iniciativas em que a JCP se encontra neste momento envolvida, num ano particularmente exigente no que respeita a iniciativas e espaços de intervenção, na perspectiva do VI Congresso da JCP.

Neste quadro de intervenção e de debate de ideias, a Direcção Distrital do Porto da JCP, reunida no passado dia 9 para definir as linhas de intervenção do distrito, considerou como áreas prioritárias: os jovens trabalhadores e a sua intervenção; o racismo; a toxicodpendência; a exigência de uma sexualidade esclarecida; a discussão do sentido actual de um sistema de Defesa Nacional; o associativismo e o papel da juventude; o ambiente e a possibilidade de recuperação de recursos naturais e sociais; os jovens e a solidariedade; a actualidade do ideal comunista.

Uma dinâmica de debates que os jovens comunistas do Porto consideram que «não deve constituir um ciclo finito e que se deve prolongar depois do congresso».

A JCP do Porto dá particular realce a uma campanha distrital de esclarecimento nas empresas sob o lema «JCP em luta por um emprego com direitos», junto dos trabalhadores, «contra o desemprego, a precariedade laboral, contra o trabalho a tempo parcial que desregula as relações laborais, que altera conceitos criando o salário parcial, o 13.º mês parcial, o subsídio de férias parcial e o subsídio parcial de desemprego».

Os jovens comunistas defendem «um emprego digno que assegure todos os direitos do trabalhador» como condição «para o seu desenvolvimento pessoal e, consequentemente,

para o desenvolvimento do país, na construção de uma sociedade mais justa».

25 anos após Abril, a JCP reafirma o seu empenhamento numa «democracia plena e construída pelos seus cidadãos» e, nesta perspectiva, pretende criar «um amplo movimento de intervenção política, política de esquerda visível, coerente e consequente e que faça frente ao bloco da direita política combatendo, quer a expressão de esquerda invisível (que é, na prática, uma direita com supostas preocupações sociais) do Partido Socialista quer a expressão de uma direita assumidamente conservadora e reaccionária da autodenominada alternativa democrática (PSD/PP)».

### JCP/Algarve

«O futuro conquista-se, à esquerda», é o lema do Encontro Regional que a JCP Algarve vai realizar no próximo sábado, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho de Faro do PCP, e que servirá também de ponto de partida na região para a preparação do VI Congresso da JCP.

Dia 18, segunda-feira, os jovens comunistas algarvios lançaram, junto das escolas do ensino secundário, a campanha de informação e reivindicação sobre Educação Sexual.

Nas próximas semanas, apoiada por bancas à porta das escolas, a JCP fará uma larga distribuição de diverso material. Ao mesmo tempo serão recolhidas assinaturas para um abaixo-assinado exigindo do governo a regulamentação da Lei 3/84, que consagra a Educação Sexual e o Planeamento Familiar nas escolas.

# Co-incineração Mobilização popular contra decisões do Governo

Milhares de estudantes manifestaram-se quinta-feira passada, no Barreiro, contra a instalação de uma estação de tratamento de lixos tóxicos. Em Coimbra, um abaixo-assinado contra a incineração de resíduos industriais na região juntou mais de 53 mil assinaturas. A luta contra as decisões do Governo sobre co-incineração mantém-se bem viva.

Mais de 53 mil pessoas, num universo de 47 mil famílias residentes no concelho de Coimbra, subscreveram a petição, lançada pelo «Diário de Coimbra», a requerer a revogação da escolha da cimenteira de Souselas para incineração de resíduos industriais perigosos. Em Leiria, a petição lançada pelo jornal do mesmo grupo editorial, o «Diário de Leiria», recolheu mais de 11 mil assinaturas.

Ambas as petições foram entregues ao presidente da Assembleia da República e surgem como uma inequívoca tomada de posição das populações locais. Nos termos

da Lei 6/93, a subscrição de uma petição por mais de quatro mil pessoas determina que o assunto em causa seja apreciado em plenário pelo Parlamento.

Também em Coimbra, a co-incineração vai estar em debate, dia 30, num fórum que reúne cientistas e cidadãos, sob a presidência do reitor da Universidade.

Esta uma das iniciativas que foi aprofundada numa reunião realizada na noite de segunda-feira, envolvendo nomeadamente a associação cívica Pro-Urbe, a Junta de Freguesia e a Associação de Defesa do Ambiente de Souselas (ADAS), a

União dos Sindicatos de Coimbra e o Sindicato dos Professores da Região Centro.

Além da constituição de uma comissão-sombra para acompanhar o trabalho a desenvolver pela comissão científica que o governo decidiu entretanto criar, os participantes no encontro consideraram outras formas de protesto, nomeadamente manifestações de rua.

Ainda no quadro do protesto popular contra a utilização da Cimenteira de Souselas para a incineração de lixos, cerca de 50 representantes de Maceira deslocaram-se a semana passada à Assembleia da República, para assistir ao debate de urgência sobre co-incineração. O grupo trouxe consigo um ramo de pinheiro negro, para mostrar, nas palavras de João Ferreira, porta-voz do Movimento Maceira Saudável, «como o ambiente à volta da cimenteira de Maceira está poluído».



Mais uma vez, o Barreiro demonstrou, em peso, que não está disposto a admitir a instalação de um equipamento que, além de trazer uma brutal desqualificação ambiental, vai pôr em perigo tudo e todos

## Estação de resíduos perigosos Um «Não!» aos milhares nas ruas do Barreiro

Milhares de jovens estudantes do Barreiro encheram, mais uma vez, as ruas da cidade num protesto enérgico contra a instalação da estação de tratamento dos resíduos perigosos em plena malha urbana. O presidente da Câmara, Pedro Canário, associou-se à manifestação, no que foi acompanhado não apenas por eleitos de todos os partidos com representação autárquica local, mas também por numerosos barreirenses que, também mais uma vez, juntaram voz à dos jovens do seu concelho. O resultado foi uma manifestação poderosa e de iniludível sentido: o Barreiro, em peso, não está disposto a admitir a instalação de um equipamento que, além de trazer uma brutal desqualificação ambiental, vai pôr em perigo tudo e todos.

A manifestação foi promovida pelo B.A.R. - Barreiro-Anti-Resí-

duos -, organização juvenil criada pelos jovens do Concelho com o objectivo específico de lutar contra a instalação da estação de tratamento de resíduos perigosos em plena malha urbana da cidade e demonstrou, de novo, uma impressionante capacidade de mobilização, levando em massa a população estudantil de todas as escolas secundárias do Barreiro para mais esta acção de luta.

Os jovens desfilaram pelas ruas da cidade ostentando máscaras anti-poliuição e empunhando faixas de protesto contra a estação, confluindo depois nos portões da Quimiparque (o parque empresarial da cidade onde o Governo quer implantar, de raiz, a estação de tratamento de resíduos), tendo por objectivo plantar um sobreiro no interior do parque como acto de sensibilização. Os administradores da Quimiparque recusaram a entrada dos jovens nas instalações alegando «razões de

segurança», o que levou o presidente da Câmara, Pedro Canário, a tomar a palavra para dizer, certo: «Ficamos a saber que a Quimiparque não tem condições de segurança para deixar entrar as pessoas, logo também não as tem para instalar uma estação de pré-tratamento de resíduos perigosos. Se não é seguro para as pessoas, muito menos o é para porem cá a estação!»

A informação de que o Ministério da Administração Interna teria colocado de «reserva» na Baixa da Banheira, nas imediações da Quimiparque, uma força de polícia de intervenção, indignou ao rubro os manifestantes, tendo sido Pedro Canário quem resolveu o impasse, propondo que o sobreiro - que baptizou de «Elísio», em «homenagem» à ministra Elisa Ferreira - fosse plantado no Parque Catarina Eufémia, o mais central da cidade, onde «se manterá enquanto houver a ameaça da estação de tratamento» e como um símbolo de «vergonha para quem governa o país». Mas o presidente da Câmara do Barreiro não deixou passar o episódio em branco, considerando tal prevenção policial uma provocação e um insulto, advertindo, entretanto, as autoridades do país que não contassem com um eterno civismo da população do Barreiro se persistirem na intenção de instalar a estação na Quimiparque. Sublinhando que «estações deste tipo não se constroem a centenas de metros do centro da cidade, principalmente quando já existe um risco industrial elevado e com o qual temos de lidar».

Pedro Canário anunciou, igualmente, os termos imediatos em que vai prosseguir a luta contra a instalação da estação de pré-tratamento dos resíduos: para já, vai seguir uma queixa formal para a Comissão Europeia e correr novo abaixo-assinado entre a população que, recorde-se, já manifestou claramente o seu protesto num anterior documento deste género, que recolheu 40 mil assinaturas, nem mais nem menos do que metade da população total do Concelho do Barreiro. Entretanto, a Câmara Municipal continua à espera de ser recebida pela ministra do Ambiente e o Primeiro-Ministro, a quem solicitou audiências.

## Comunistas de Leiria tomam posição

A Comissão Concelhia de Leiria do PCP manifesta a sua total solidariedade com a população de Maceira, congratula-se com as iniciativas cívicas e institucionais em curso e apela a uma participação activa de todos os cidadãos do concelho, na luta contra a incineração de resíduos perigosos.

Em comunicado de imprensa, os comunistas de Leiria denunciam a decisão do governo como «um favor aos grandes grupos económicos ligados ao sector cimenteiro» e «a ausência de estratégia do governo em matéria ambiental e o facto

de se pretender co-incinerar uma gama grande de resíduos que a tecnologia contemporânea permite reciclar».

«É uma decisão tanto mais grave quanto não teve em consideração as posições da Comissão Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentado e opiniões expressas por inúmeras entidades ligadas ao sector que preconizavam, ainda que temporariamente, o adiamento da decisão para correcção de erros e melhor fundamentação», sublinha o comunicado da Comissão Concelhia de Leiria.

## Fenprof em luta

# Por um primeiro ciclo de qualidade

Dirigentes e delegados sindicais da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) concentraram-se, dia 15, frente ao Ministério da Educação, para exigir medidas que dignifiquem o primeiro ciclo de ensino - «o início do percurso escolar de qualquer cidadão», como salientou João Baldaia, dirigente sindical.

No quadro do protesto contra a falta de condições e de definição de competências em relação às escolas do 1.º ciclo, foi montada uma exposição, frente ao Ministério, com fotografias de escolas isoladas e sem qualidade e dados concretos sobre as suas reais condições.

Na mesma ocasião foi entregue um documento com as várias situações em que importa intervir e as soluções preconizadas pela FENPROF, nomeadamente o financiamento das esco-

las deste ciclo de ensino, o apoio aos estabelecimentos isolados ou desfavorecidos, a falta de pessoal de acção educativa, de higiene e segurança, a situação dos edifícios escolares e a gestão das escolas.

A título simbólico, foram ainda entregues no gabinete de Marçal Grilo centenas de postais assinados que apelam à criação das condições necessárias para o funcionamento adequado das escolas do 1.º ciclo.

Para Helena Gonçalves, coordenadora nacional do 1.º ciclo do ensino básico da FENPROF, é particularmente importante clarificar as competências do Ministério da Educação e das autarquias em relação a estes estabelecimentos de ensino e ver «a realidade do 1.º ciclo discutida e respostas concretas aos problemas existentes».

Os dirigentes sindicais saíram insatisfeitos do contacto com o chefe de gabinete do ministro da Educação, que salientou as medidas que têm vindo a ser tomadas no quadro do programa Alfa, que pressupõe, entre outras acções, um investimento igual do ME e das autarquias nesta área.

Em causa está, nas palavras de Helena Gonçalves, que «se há problemas como financiamento das autarquias para a área da educação, o programa está logo à partida um pouco comprometido».

Neste quadro, a luta da FENPROF por uma escola pública de qualidade continua. Na próxima segunda-feira a Federação promove uma visita guiada por escolas do 1.º ciclo do ensino básico de Viseu para mostrar que «há escolas que têm as mesmas condições de há 25 anos».

«Há casos em que se no lugar das escolas, onde os nossos filhos estão diariamente, fosse instalado um centro comercial, não lhe seria dado o alvará pelas razões mais elementares: falta de um mínimo de condições», afirmou Francisco Almeida, dirigente distrital do Sindicato dos Professores da Região Centro.

## Escola inclusiva

A necessidade de apetrechar a escola de meios humanos e materiais para permitir dar uma resposta aos alunos com necessidades educativas especiais, é uma das recomendações de um projecto de parecer provado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação.

Segundo Paulo Rodrigues, representante do PCP no Conselho Nacional de Educação (CNE), é necessário proceder a uma reflexão profunda da escola regular enquanto espaço para receber também crianças com necessidades educativas especiais.

No projecto do CNE é recomendada a criação de um ambiente favorável a inclusão (sem barreiras arquitectónicas, com recursos educativos) e um reforço na formação inicial dos professores.

O projecto faz ainda referência à «necessidade de o governo, a par das recomendações por uma escola inclusiva, tomar decisões nesse sentido no plano do orçamento, afectando verbas que melhorem efectivamente as condições das escolas regulares para atenderem a estas necessidades especiais».

## Alemanha acaba com energia nuclear...

O Governo alemão decidiu encerrar as 19 centrais nucleares do país até 2019 e proibir o envio de resíduos nucleares para reprocessamento no estrangeiro. A decisão, anunciada na semana passada, foi aplaudida pela Greenpeace. «Os anos de protestos contra o tratamento perigoso e poluente dos resíduos alemães no estrangeiro foram compensados», afirmou a associação ambientalista, propondo que o fecho das centrais seja antecipado para 2005 e que os mais antigos reactores sejam imediatamente encerrados por razões de segurança. A decisão do executivo alemão provocou algumas tensões com as empresas estrangeiras que tratavam os resíduos alemães. O ministro do Ambiente confirmou a intenção de reaver os lixos nucleares, mas não aceita a possibilidade de pagamento de indemnizações às empresas pelo fim dos contratos de tratamento. «A BNFL tem contratos sólidos, pelo que os alemães não podem retirar-se sem pagar indemnizações», afirmou por seu lado o porta-voz de uma das empresas.

## ... e França procura energias alternativas

O ministro da Educação e Investigação francês anunciou a aceleração da procura de fontes de energia alternativas à nuclear. «Primeiro a França acelerará - e isso depende de mim - as pesquisas para produzir uma energia nuclear mais limpa. E, em segundo lugar, para encontrar outras fontes de energia, sem ser nuclear», afirmou Claude Allegre na semana passada. «Não há modificação na política energética da França, mas temos de ter em conta o facto de que os resíduos nucleares são um problema e, por isso, temos de avançar para um nuclear mais limpo», acrescentou. Cerca de 75 por cento da energia eléctrica em França é produzida em centrais nucleares.

## Problemas no Ulster

A Assembleia do Ulster reuniu esta semana para debater a constituição do novo executivo, que deverá começar a funcionar em 10 de Março, data fixada pelo governo britânico para a transferência de

# Brasil Desvalorização do real num país em crise

A desvalorização do real foi a primeira medida anunciada pelo novo presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Lopes, para tentar fazer face à profunda crise em que o país está mergulhado; começou por ser de cerca de 10 por cento, já vai em mais de 20 por cento. Há um ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso considerava que, a efectivar-se, uma desvalorização da moeda representaria um desastre para o país.

«O nosso grande objectivo é que a economia brasileira regresse ao crescimento, conservando os benefícios do Plano Real, como a estabilidade», disse Francisco Lopes, garantindo que «não haverá ruptura» na política monetária do país, numa tentativa para acalmar o pânico gerado nos mercados após a demissão do seu antecessor, Gustavo Franco. Também o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, veio a publi-

co garantir que o Brasil respeitará todos os seus compromissos, «tanto externos como internos», para tranquilizar os mercados financeiros e a comunidade internacional.

A demissão de Franco e o anúncio de uma aceleração no processo de desvalorização do real face ao dólar «não significam» - assegurou o Presidente brasileiro - «alterações de rumo» nem violações de quaisquer acordos.

«As medidas anunciadas» - disse - «representam modificações técnicas, que não nos impedem de reafirmar os nossos compromissos.»

A crise na bolsa brasileira e, por arrastamento, nas bolsas de todo o mundo, foi desencadeada pela decisão de Itamar Franco, governador de Minas Gerais e ex-presidente da República, de declarar uma moratória de noventa dias no pagamento da dívida do seu estado ao governo central, e agravou-se a semana passada com a fuga de mais de 1100 milhões de dólares de investidores estrangeiros. Dias depois, foi a vez do Rio Grande do Sul anunciar a suspensão do pagamento da dívida estadual aos cofres públicos federais.

O governo de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, adoptou uma estratégia diferente da do governo de Minas Gerais, conse-



O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, considerava há um ano que a desvalorização do real seria um desastre para o país

guindo autorização do Supremo Tribunal para fazer o depósito judicial de 31,26 milhões de reais relativos à parcela da dívida que vence no fim-de-semana, impedindo desta forma o governo federal de efectuar represálias financeiras imediatas sobre o Rio Grande do Sul, à semelhança do que fez com Minas Gerais, dando tempo aos governantes «gaúchos» para prepararem uma acção judicial destinada a renegociar os termos do acordo de pagamento da dívida do estado ao tesouro nacional, no montante de mais de oito mil milhões de reais.

## Crise alastra

A estratégia do Rio Grande do Sul poderá vir a ser seguida por vários outros governos estaduais que afirmam não ter condições financeiras para honrar o pagamento de dívidas anteriormente negociadas com Brasília, incluindo estados governados por aliados do governo federal.

A desconfiança dos investidores quanto à possibilidade de o Brasil cumprir as metas a que se comprometeu com o Fundo Monetário Internacional para aceder a uma ajuda de 41 500 milhões de dólares foi ainda agravada com as dificuldades de

Henrique Cardoso em convencer o Congresso a aprovar o seu programa de reforma fiscal.

A reforma fiscal e a flexibilização do regime cambial agora anunciadas facilitarão, de acordo com Henrique Cardoso, a redução de todos os tipos de juros, que constitui a grande reivindicação de empresários e trabalhadores. Isto permitirá - disse - «reafirmar os nossos compromissos e demonstrar que temos condições para cumprir esses compromissos».

«Espero» - acrescentou - «que os organismos multilaterais, os bancos internacionais e os governos dos países que nos apoiaram entendam a necessidade de ampliar os créditos aos países como o Brasil e compreendam que tudo o que estamos a fazer se destina a melhorar a nossa situação financeira.»

As palavras de Henrique Cardoso não venceram a desconfiança generalizada dos investidores, o que está a provocar uma acelerada sangria das reservas do país. Só desde o início deste mês volatilizaram-se do Brasil cerca de cinco mil milhões de dólares, e os títulos de dívida externa do Brasil estão em desvalorização contínua desde há uma semana.

(Ver páginas 24 e 25.)

## NATO acusa Belgrado de alegado massacre

A tensão voltou a subir na Jugoslávia após o alegado massacre de Racak, na sexta-feira passada, em que foram mortas 45 pessoas de origem albanesa. Ao mesmo tempo que exigiam um inquérito para apurar responsabilidades, os principais responsáveis da NATO e da OSCE apontaram de imediato o dedo acusador a Belgrado.

O presidente jugoslavo Slobodan Milosevic recusou segunda-feira receber a missão militar da NATO que pretendia ir a Belgrado adverti-lo uma vez mais das consequências de um agravamento da situação no Kosovo, e declarou o chefe da missão da OSCE, o norte-americano William Walker, «persona non grata», intimando-o a sair do país num prazo de 48 horas. Também a procuradora do Tribunal Penal Internacional, Louise Arbour, foi impedida de entrar no Kosovo.

A reacção das autoridades jugoslavas surge na sequência das acusações a Belgrado pela responsabilidade do alegado massacre. Javier Solana, secretário-geral da NATO, num documento divulgado sábado em Bruxelas, fez saber que a NATO «não tolerará um regresso aos combates e à política de represália no Kosovo», deixando em aberto a possibilidade de uma operação militar contra Belgrado, em represália do alegado massacre, embora não haja qualquer mandato da ONU nesse sentido, a Jugoslávia seja um país que não faz parte da Aliança Atlântica e estejam por apurar quais os verdadeiros responsáveis das 45 mortes.

## Contradições

É curioso assinalar que William Walker tenha vindo prontamente a público garantir que as vítimas de Racak eram «civis albaneses», quando o próprio UCK admitiu em comunicado que parte das vítimas eram combatentes da sua organização. As contradições em torno desta questão não se ficam por aqui: segundo as autoridades de Belgrado, William Walker está a «mentir» ao atribuir o alegado massacre de Racak às forças de segurança sérvias, e insistem que as vítimas eram combatentes da UCK mortos em combate e que a maioria usava uniformes. Belgrado, sem fornecer quaisquer provas, acusa Walker de procurar enganar a opinião pública mundial e de ter encenado o alegado massacre «em plena colaboração com os seus protegidos da UCK terrorista», pelo que considera que o chefe da OSCE deixou de ter credibilidade para exercer o seu cargo e deve ser substituído.

Recorda-se que os corpos das vítimas - mortas com uma bala na nuca, segundo Walker - foram encontradas juntas e alinhadas, o que é no mínimo estranho, tanto mais que se sabia que uma missão da OSCE para o Kosovo se ia deslocar ao local e estava informada pelas autoridades sérvias de que decorria na zona uma operação policial.

Entretanto, passou praticamente despercebida a denúncia feita por José Díaz, porta-voz do alto comissariado da ONU para os direitos humanos,

segundo o qual os independentistas albaneses de Kosovo capturaram 282 pessoas, em 1998, das quais 136 nada se sabe.

De acordo com informações do alto comissariado em Belgrado, até ao dia 7 de Dezembro tinham sido «sequestrados por albaneses do Kosovo» 282 civis e polícias. De 136 destas 282 pessoas continua a não haver notícias e, quanto às restantes, algumas foram libertadas, outras mortas (em número não determinado) ou conseguiram fugir. A comunidade internacional, incluindo a NATO e a OSCE, não reagiu a estas informações.

## Serra Leoa Cessar-fogo incerto

A situação na Serra Leoa continua instável, após o início do conflito há duas semanas. Mais de 2 mil pessoas morreram na sequência dos confrontos entre as forças da Cedeao (Comunidade de Estados da África Ocidental) e os rebeldes da Frente Revolucionária Unida. Sucederam-se os relatos de fome entre a população civil e o número de cadáveres aumenta de dia para dia.

As agências humanitárias das Nações Unidas - Programa Alimentar Mundial, Unicef e Alto Comissariado para os Refugiados - apelaram na semana passada ao cessar-fogo, considerando-o o «primeiro passo para o início do fim desta guerra ridícula».

A porta-voz do PAM revelou que a população civil está fechada em casa sem alimentos, água e medicamentos. «Não sobreviverá por muito mais tempo» nestas condições, afirmou Christiane Berthiaume, citada pela agência Lusa.

A hipótese de cessar-fogo foi aceite pelo líder dos rebeldes, Foday Sankoh, numa reunião com o presidente da Libéria e os ministros dos Negócios Estrangeiros do Togo e da Costa do Marfim. Para

a sua concretização, a Frente Revolucionária Unida exigia a libertação de Sankoh, preso há várias semanas e condenado à morte por traição, e o reconhecimento político do movimento.

«As nossas posições serão mantidas. Nenhum ataque pode ser feito contra as nossas posições e não permitiremos sequer que um helicóptero sobrevoe as posições que mantemos», afirmou o porta-voz dos rebeldes, Eldred Collins, que acrescentou que o cessar-fogo é apenas temporário e que entra em vigor durante esta semana.

O presidente da Serra Leoa, por seu lado, recusa esta reivindicação, argumentando que para libertar o líder rebelde precisaria da aprovação parlamentar e que Sankoh nunca poderia sair do país.

O conflito da Serra Leoa está a criar tensões entre os membros da Cedeao: os países com forças na Serra Leoa (Nigéria, Gana e República da Guiné) já pediram a quem não tem tropas no terreno para não «interferir». A Costa do Marfim, a Libéria e o Burkina Faso não apoiam o presidente serra-leonês, simpatizando com os rebeldes.

## Venezuela

# Hugo Chávez prepara reformas

O presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez, visita os EUA no próximo dia 27 de Janeiro, onde será recebido pelo conselheiro para os Assuntos de Segurança Nacional da Casa Branca, Samuel Berger. Segundo informações da Lusa, citando o porta-voz presidencial, David Leavy, o presidente Bill Clinton participará parcialmente na reunião. A visita culmina um périplo por diversas capitais e visa abrir caminho para as reformas que Chávez se propõe levar a cabo na Venezuela.

A Venezuela depende do petróleo, que representa mais de 70 por cento das exportações do país, sendo os Estados Unidos o seu maior cliente, pelo que as boas relações entre os dois países, sobretudo numa altura em que os preços do crude estão a baixar, é de importância crucial.

Hugo Chávez só assume a presidência no dia 2 de Fevereiro, mas começou já a preparar o terreno no exterior, numa tentativa de garantir confiança aos investidores estrangeiros e aplanar as dificuldades que o esperam a nível interno.

Num périplo pela Europa, Chávez reuniu-se com investidores espanhóis, franceses, italianos e alemães.

Em Espanha, as suas atenções estiveram voltadas para o grupo Santander e o presidente do Banco Bilbao Vizcaya. O Grupo Santander investe na Venezuela desde Dezembro de 1996, quando comprou, por 350 milhões de dólares, 98 por cento do capital do Banco de Venezuela, enquanto o Banco Bilbao Vizcaya é proprietário de 51 por cento (no valor de 400 milhões de dólares) de outra grande instituição financeira, o Banco Provincial.

Com a empresa espanhola Repsol o tema de debate foi a abertura da PDVZA (Petróleos de Venezuela).

A nível institucional, o governo espanhol concordou em assinar com a Venezuela um novo programa financeiro num total de 800 milhões de dólares para reconversão da dívida venezuelana.

### Renegociar a dívida

Em França, Chávez encontrou-se com o presidente Jacques Chirac, que lhe prometeu ajuda, nomeadamente para a renegociação da dívida externa venezuelana com o Clube de Paris. O chefe de Estado francês comprometeu-se ainda a enviar à Venezuela um «perito financeiro de alto nível», para «estudar as modalidades da conclusão de um acordo bilateral de promoção e protecção dos investimentos e estabelecer uma avaliação da situação financeira venezuelana».

Na Alemanha, Hugo Chávez manteve também contactos com

o seu homólogo alemão e vários empresários. Ao falar no Grémio Industrial e Comercial alemão, em Bona, o próximo presidente da Venezuela apelou a «novas regras no mercado internacional» para se poder ultrapassar as crises financeiras com êxito. Reportando-se à situação da Venezuela, Chavez disse que Caracas «iria pagar todas as suas dívidas até ao último tostão», mas sublinhou a necessidade de uma reestruturação da dívida do país. «Precisamos de uma reestruturação da nossa dívida e de novos prazos», disse, sublinhando que «nesta altura despendemos 40 por cento do nosso orçamento para pagar apenas os juros».

Em Itália, Chávez reuniu-se com industriais e responsáveis governamentais, a fim de concretizar o financiamento de um projecto para tratamento de água em Barquisimeto, Venezuela.

### Governar em minoria

No sábado, o presidente eleito venezuelano chegou a Havana, numa missão de «bons officios» onde se encontrou com os presidentes cubano, Fidel Castro, e colombiano, Andres Pastrana, tendo em vista o desenvolvimento do processo de paz na Colômbia.

A intensa actividade diplomática de Hugo Chávez poderá ajudar a reforçar a sua posição a nível interno, já que apesar do impressionante triunfo eleitoral vai presidir a um governo minoritário, e terá de criar alianças



Para Hugo Chávez, «não há projecto nacional possível» sem limitar «os poderes de Estado podres»

com sectores da comunidade económica, as Forças Armadas e alguns políticos tradicionais, a fim de manter a paz interna venezuelana.

O Pólo Patriótico, de Chávez, só controla os governos de oito dos 23 estados venezuelanos, tem apenas 73 dos 209 assentos da Câmara de Deputados e 19 dos 58 lugares do Senado.

O partido propõe-se convocar uma Assembleia Constitu-

inte que consagre na lei fundamental do país as promessas eleitorais do presidente eleito - que passam pela resolução de problemas como a falta de dinheiro nas universidades, o fim do congelamento dos salários que dura há cerca de um ano, e o pagamento de uma elevada dívida de salários em atraso -, mas é de prever uma forte oposição do Congresso dominado pela oposição.

## Alemanha

# PDS em congresso

O PDS (Partido do Socialismo Democrático) realizou o seu 6.º congresso no fim-de-semana passado em Berlim. A presidência do partido continua a cargo de Lothar Bisky, reeleito com mais de 89 por cento dos votos, mas a direcção do PDS foi substancialmente rejuvenescida com a entrada de militantes mais novos do que os que cessaram funções. À frente da bancada parlamentar continua Gregor Gysi, o mesmo sucedendo com a vice-presidência, ocupada por Petra Blass.

No seu discurso de encerramento, Lothar Bisky sublinhou a necessidade de aprofundar o diálogo no seio do partido, cuja imagem importa melhorar. «A imagem do PDS está fortemente degradada devido a uma série de erros que todos cometemos. Por isso devemos ter a humildade de discutir abertamente, de maneira a que no futuro possam ser evitadas situações semelhantes», disse Bisky.

O PCP esteve representado no Congresso do PDS por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado.

«A luta persistente e corajosa do PDS pelos interesses vitais do povo trabalhador, pelo pleno e livre exercício da cidadania de todos os homens e mulheres de toda a Alemanha, pela democracia, o progresso social, a defesa do ambiente e a igualdade de direitos real entre mulheres e homens, contra o racismo e a xenofobia, pela paz e cooperação em pé de igualdade e respeito da soberania nacional entre a Alemanha e os restantes países da Europa e do mundo granjearam justo prestígio ao vosso partido, reflectido nos importantes êxitos eleitorais obtidos nas recentes eleições regionais e nacionais», afirma o Comité Central do PCP numa saudação ao congresso.

«Neste limiar do século XXI existem razões para sérias preocupações. Vivemos temos de instabilidade e incerteza. A política militarista e intervencionista do imperialismo, e em particular as ambições hegemónicas dos EUA no plano mundial, encerra grandes perigos, bem postos em evidência pela recente acção agressiva unilateral que, com a Grã-Bretanha e contra a ONU, empreenderam no Iraque», refere o PCP.

«Simultaneamente, a crise económica e financeira mundial alastra e, desacreditando ainda mais o neoliberalismo, evidencia as contradições insanáveis do próprio capitalismo e a sua incapacidade para dar solução aos problemas da humanidade. Porém, a multifacetada e generalizada resistência e luta dos trabalhadores e dos povos demonstra que o imperialismo e o grande capital não têm as mãos livres e que os grandes ideais socialistas não morreram, antes se confirmam e reganham força e perspectivas como futuro da humanidade», lê-se na saudação.

«Tudo isto reclama o reforço e a ampliação da cooperação internacionalista entre os trabalhadores e os povos, todas as forças comunistas, de esquerda e progressistas na Europa e no mundo. Tudo isto reclama a solidariedade para com os povos oprimidos e vítimas da hostilidade do imperialismo como no caso de Cuba, Palestina e Timor-Leste», acrescentam os comunistas portugueses.

poderes. O ministro principal do Ulster, David Trimble (unionista), declarou que o seu partido quer partilhar o poder com os católicos, mas apenas com aqueles que usem «exclusivamente meios pacíficos» para atingir os seus objectivos. Segundo Trimble, esta condição, contida no acordo de paz de Abril do ano passado, significa que o Exército Republicano da Irlanda (IRA) deve começar a desarmar-se antes de o seu braço político, o Sinn Fein, assumir funções no governo. O presidente do Sinn Fein, Gerry Adams, contrapõe que o acordo não menciona explicitamente o desarmamento do IRA como uma condição para que os seus membros possam ocupar qualquer um dos 10 lugares do gabinete.

Até ao momento, apenas a Força Voluntária lealista do Ulster, LVF, entregou, em Dezembro, parte do seu arsenal à comissão internacional encarregada de fiscalizar a destruição de todas as armas. O IRA, que há 18 meses respeita a trégua que unilateralmente declarou, fez saber que não entregará o seu armamento enquanto as forças britânicas permanecerem no Ulster.

## Mineiros romenos em marcha para Bucareste

Mais de 10.000 mineiros do Vale de Jiu, no centro da Roménia, em greve há duas semanas, iniciaram segunda-feira uma marcha em direcção à capital, Bucareste, apesar da proibição do governo e das barragens das forças da ordem. Cerca de 5000 polícias e membros das tropas especiais foram mobilizados para vários pontos da região, com o objectivo expresso de impedir o avanço dos grevistas.

A marcha, de quase 300 quilómetros, foi decidida após o malogro das negociações com o governo, que pretende encerrar as minas não produtivas.

«As autoridades podem erguer barragens mas não podem privar-nos das pernas. Se for preciso, iremos a Bucareste a pé», declarou o líder dos grevistas, Miron Cozma, pouco antes da partida. Duas anteriores marchas dos mineiros a Bucareste, em 1990 e 1991, saldaram-se em vários mortos e dezenas de feridos, e levaram à queda do governo social-democrata de Petre Roman.

O actual primeiro-ministro romeno, Radu Vasile, declarou-se entretanto disposto a negociar com os mineiros.

## Irão

# Regime implicado na morte de opositores

No Irão, as perseguições aos intelectuais da oposição continuam e o número de assassinatos no meio cultural não pára de aumentar. Como refere o partido Tudeh do Irão num comunicado, o envolvimento directo do governo foi já provado. Todas as vítimas eram conhecidos escritores e grandes figuras culturais que criticavam publicamente o regime.

Inicialmente, as autoridades recusaram qualquer envolvimento nos crimes argumentando que os seus autores eram «guiados e apoiados pelo estrangeiro». Contudo, «é muito claro que os assassinatos foram coordenados dentro do regime e nas estruturas dos serviços secretos», afirma o Tudeh. Em Maio de 1998, o comandante do Corpo da Guarda ameaçou «cortar as goelas» e «cortar a língua» a quem se atrevesse a criticar o governo. A ameaça foi repetida em Outubro por um deputado.

A 6 de Janeiro o regime admitiu que cinco oficiais do Ministério dos Serviços Secretos eram responsáveis por alguns crimes contra intelectuais, mas declarou que os seus actos decorreram das suas iniciativas privadas sem qualquer autorização do Estado. No dia seguinte, numa iniciativa sem precedentes, o ministro dos Serviços Secretos apresentou demissão, entretanto aceite.

«A recente onda de assassinatos visa claramente espalhar medo entre as figuras da oposição» e «reaver o controlo através do terror», afirma o partido Tudeh. «Mas acreditamos que o movimento popular pela liberdade e pela justiça social já atingiu um tal ponto e desenvolve-se com uma tal rapidez que as acções do governo não o conseguirão derrubar», acrescenta.

As principais reivindicações do Tudeh passam pelo fim dos assassinatos, por uma declaração do governo que garanta a liberdade de expressão, pela publicação dos nomes dos membros das forças de segurança devido ao seu envolvimento das mortes, pela publicação de informação factual sobre as investigações do governo sobre o envolvimento do Ministério dos Serviços Secretos, e pela garantia de realização de julgamentos públicos dos detidos. Outra exigência consiste na entrada no país de representantes da Amnistia Internacional e da Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

O Tudeh apela ainda a todas as forças progressistas para levantar as suas vozes em protesto contra a situação interna no Irão e pede aos governos ocidentais que deixem de fechar os olhos aos crimes praticados pelo regime e apoiem a luta pelos direitos humanos, a democracia e a justiça.

Progressistas europeus reunidos em Paris

# Por uma Europa Social

■ Daniel do Rosário

Paris foi o local escolhido para a apresentação, na semana passada, do Apelo Comum «Por um novo rumo da construção europeia», subscrito por treze partidos progressistas de 10 países da União Europeia, Chipre e Suíça.

Com as eleições europeias de Junho no horizonte, esta iniciativa foi o culminar de um trajeto iniciado entre estas organizações em Berlim, no ano de 1996, e que teve pelo meio realizações assinaláveis, como foram os casos dos comícios de Paris e de Lisboa, em 1997.

Como lembrou o secretário-geral do PCP, Robert Hue, na sua intervenção inicial, o apelo, que qualificou de «inédito», constituiu «um avanço qualitativo importante, pois permitiu definir eixos de convergência fortes» entre os diferentes partidos.

Como referiu Carlos Carvalhas, a chegada a este documento «mostra que há muitas linhas em comum que permitem aprofundar o trabalho» que se pode traduzir numa «convergência e complementaridade de intervenções e lutas, com respeito pelas diferenças, mas colocando em destaque tudo o que há de comum».



Os representantes dos diferentes partidos enfatizaram a importância e significado político deste documento que, «apesar de não ser um programa comum», como disse Fausto Bertinotti, da Refundação Comunista de Itália, tem objectivos comuns maiores que as semelhanças que existem entre os social-democratas. «Não fazemos um programa comum para o não cumprir», acrescentou o secretário-geral



do PCP. Como sintetizou Robert Hue, «o que faz a força e a credibilidade desta iniciativa é que ela não vem de cima, ela é a expressão de um movimento profundo que atravessa cada um dos nossos países e se manifesta através das mudanças sociais e das evoluções políticas».

Omnipresente nesta discussão (além de fisicamente presente com um stand) esteve o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL) que, no Parlamento Europeu, reúne a maioria dos partidos presentes em Paris. No dizer do espanhol Alonso Puerta, presidente do grupo, «nós somos a expressão da unidade da esquerda alternativa bem como das diferenças entre os partidos. Somos uma experiência que antecipa novas experiências e novos caminhos». Uma experiência que, ao que tudo indica, terá continuidade a seguir às eleições.

## Conferência de imprensa gigante

A forma escolhida pelos organizadores para a apresentação da iniciativa foi uma espécie de megaconferência de imprensa acompa-



## Apelo Comum

# Por um novo rumo da construção europeia

afirmação de um empreendimento de transformação profunda da actual construção europeia.

É neste espírito que, para além das diferenças de situações que caracterizam os nossos respectivos países e da diversidade de abordagens existente entre os nossos partidos, formulamos grandes objectivos comuns pelos quais desejamos agir, no seio da União Europeia para a maior parte de nós, ou fora deste quadro para alguns. A reorientação progressista da construção europeia é uma perspectiva que diz respeito a todo o continente.

Juntos, queremos trabalhar por uma Europa social e ecológica, uma Europa democrática, uma Europa solidária e de paz.

Uma Europa social e ecológica deve atribuir uma verdadeira prioridade ao emprego, à formação para todos e para todas, e a um crescimento não produtivista, visando sistematicamente a igualdade entre os homens e as mulheres, e respeitando o modo de vida e dos equilíbrios naturais. O que implica mudanças da política económica e monetária, tais como a renegociação do Pacto de Estabilidade, para chegar a uma política de crescimento e de emprego, em ruptura com os dogmas neoliberais e respeitando a exigência de coesão económica e social; a revisão da missão do Banco Central Europeu; uma tributação comum dos movimentos de capitais (do tipo taxa Tobin); a cooperação entre os serviços públicos e o seu reforço, ao invés da actual tendência para as privatizações; medidas favorecedoras da redução sensível do tempo de trabalho, sem redução do salário e com a criação de empregos estáveis; a harmonização das normas sociais por cima; a escolha de um crescimento duradouro baseado na promoção e não na diminuição das despesas públicas, salariais e sociais, assim como uma modificação dos critérios de utilização dos fundos europeus de ajuda às regiões de acordo com estas novas prioridades. Desde logo, a experiência da crise financeira mundial confirma espectacularmente a necessidade de utilizar o dinheiro de outro modo, restando a especulação financeira e reforçando mais os recursos humanos e o desenvolvimento sustentável.



nhada por uma minifeira onde os diferentes partidos, distribuídos por stands, apresentaram os seus materiais e acolheram e discutiram com as centenas de visitantes que acorreram ao local. Se alguém pretendesse, num curto espaço de tempo, ter pelo menos uma ideia do que é que a esquerda anda a fazer na Europa, uma passagem pela sala Equinox era a solução ideal.

O recinto, um enorme pavilhão, estava dividido em duas partes: de um lado um auditório, do outro o espaço de exposição onde marcaram presença, além dos anfitriões e do PCP, vários subscritores do Apelo. Um mosaico de línguas, experiências, percursos e realidades políticas. Após a conferência de imprensa inicial realizada no auditório, durante a qual Robert Hue fez a apresentação do Apelo e alguns participantes foram interpelados por jornalistas, as delegações distribuíram-se pelas respectivas bancas. Durante as cerca de duas horas seguintes o centro da actividade deslocou-se para este lado da sala. Nas diferentes bancas o

ambiente era deveras descontraído, com os acepipes nacionais com que as diferentes delegações receberam os visitantes a ajudarem à informalidade das conversas e satisfação de curiosidades acerca dos diferentes partidos (enquanto com o outro olho se ia acompanhando a actividade no auditório). Entretanto, no auditório, os responsáveis de cada partido eram entrevistados individualmente, numa conversa assistida por algumas dezenas de pessoas e projectada em dois ecrãs gigantes e retransmitida em todo o recinto por um circuito interno de televisão.

O stand do PCP cotou-se como um dos principais e mais animado ponto de afluência. Não só pelo interesse suscitado junto de vários participantes na iniciativa, mas também pela significativa presença de camaradas portugueses residentes em Paris (para já não mencionar a generosa distribuição de vinho do Porto acompanhado de passas, amêndoas e dos inevitáveis e infalíveis tremoços).

Uma Europa democrática constitui um objectivo central do nosso projecto europeu. Ela deve nomeadamente traduzir-se numa aproximação sistemática dos centros de decisão das cidadãs e dos cidadãos, incluindo no seu local de trabalho. Isto põe a questão da necessária reconquista da intervenção política e pública na economia - ao nível dos governos e dos parlamentos - face aos poderes exorbitantes do Banco Central Europeu. Mais geralmente, os assalariados e os cidadãos devem ter, segundo nós, um lugar qualitativamente novo no processo de elaboração e aplicação das decisões comunitárias: a conquista de novos direitos quanto à informação, à concertação, à intervenção, à avaliação e ao controlo está, a nosso ver, na ordem do dia. No mesmo espírito, o modo de escrutínio proporcional nas eleições europeias parece-nos ser o mais justo, porque o mais próximo das cidadãs e dos cidadãos.

Uma Europa solidária e de paz deve inscrever-se numa perspectiva de entrelaçada e não de concorrência, de cooperação e não de «guerra económica», de desarmamento e não de militarização do continente. Assim, no seio da União, os intercâmbios humanos ganham em ser largamente estimulados neste sentido, e o racismo, a xenofobia, o nacionalismo, como todas as formas de intolerância, firmemente combatidos. Consideramos preocupante, a este respeito, o «espírito de Schengen». Pronunciamos-nos por uma revisão profunda deste acordo, assim como por um reforço das legislações anti-racistas. Além disso, não é aceitável que as desigualdades de desenvolvimento entre regiões, nomeadamente no Sul da Europa, se aprofundem em vez de diminuírem.

Uma Europa de solidariedade e de paz deve igualmente traduzir-se nas relações da União com os seus parceiros externos. Queremos que o alargamento aos países da Europa central e oriental, bem como a Chipre, se concretize, o que pressupõe romper com a abordagem neoliberal, que a este respeito é actualmente a da União Europeia, e respeitar a vontade livremente expressa dos povos respectivos. Para além disso, é a organização de todo o continente que se coloca: con-

sideramos que o fim da guerra fria reclama a superação da OTAN em benefício duma renovação da O.S.C.E., como organização regional das Nações Unidas. De qualquer forma, pronunciamos-nos pelo respeito da tradição de neutralidade e de não-alinhamento de certos países europeus. Além disso, as relações Europa-Sul constituem um dado maior para a evolução das relações internacionais: apelamos vivamente para uma melhoria qualitativa da Convenção de Lomé (África, Caraíbas, Pacífico) e do processo de Barcelona de cooperação euro-mediterrânea. E pronunciamos-nos pela anulação da dívida dos países em desenvolvimento.

Pronunciamos-nos igualmente a favor duma revisão qualitativa da concepção hoje perfilhada nas instâncias comunitárias em matéria de relações económicas internacionais (Organização Mundial do Comércio, Acordo Multilateral sobre os Investimentos, Novo Mercado Transatlântico). Enfim, advogamos um empenhamento ofensivo da União e dos seus Estados-membros na aplicação efectiva das orientações aprovadas pela comunidade internacional nas Cimeiras do Rio e de Kyoto (meio ambiente, desenvolvimento), de Copenhague (desenvolvimento social), de Pequim (promoção da mulher) e em outras conferências da ONU.

Uma tal reorientação progressista da construção europeia parece-nos responder à expectativa da maioria dos nossos concidadãos assim como à esperança de numerosos povos no mundo. Contribuindo para tais mudanças, queremos trabalhar concretamente para a emergência de um mundo de paz.

O presente apelo constitui um novo prolongamento das experiências positivas de trabalho em comum em diferentes instâncias, que têm todas enriquecido a actividade e o prestígio do grupo da «Esquerda Unitária Europeia - Esquerda Verde Nórdica» no Parlamento Europeu. Anima-nos a vontade de prosseguir e alargar ainda mais esta cooperação após as eleições de Junho próximo. A nossa ambição é clara: conjugar os nossos esforços para contribuir para enraizar a Europa à esquerda.

■ Zillah Branco

# O ano da desesperança

O Presidente reeleito abriu o seu novo mandato com uma frase requeitada: "O Brasil não é um país pobre mas sim injusto." Já havíamos ouvido esta simpática afirmação há quatro anos da boca do mesmo actor. Também não é nenhuma descoberta científica para quem conhece as riquezas naturais que Pero Vaz de Caminha, mesmo de longe, registou na sua famosa Carta. "Está na cara", como aqui se diz. Provavelmente já no século XVI esta característica, de rico e injusto, se implantava na sociedade brasileira em primeiro lugar contra os índios de quem herdamos as riquezas, depois contra os africanos vindos como escravos, a seguir contra os trabalhadores em geral e todos os que permaneceram sob o tação de uma elite que se renova no poder até hoje, quando vamos festejar (sem razão que justifique) os 500 anos de injustiça e de espoliação das riquezas naturais.

Estamos, portanto, de acordo com a afirmação, mas estamos fartos de ouvir sempre o mesmo *blá-blá* demagógico sem que sejam tomadas medidas para que a justiça seja uma realidade fazendo com que a pobreza deixe de ser a parte que cabe ao povo brasileiro.

O novo ministro do Turismo entende que a pobreza pode ser transformada em riqueza já que vê um "certo lirismo" (sic) nas figuras miseráveis que povoam as nossas cidades, o que será "de interesse para os turistas que nos visitam". Esperávamos que esta aberração fosse imediatamente demitida, mas passou incólume no julgamento do Presidente, talvez por ter acrescentado que "está adorando ser ministro". Nem vale a pena protestar pela vergonha de termos um ministro como esta peça já que ele apenas revela o que o Governo pensa da maioria da população. Faz parte da ancestral injustiça.

Nos primeiros 15 dias do Novo Ano, o Brasil já sofreu uma sangria de 3 bilhões de dólares pelo mercado cambial e o Banco Central gastou 6 bilhões para segurar a cotação do dólar na Bolsa de Mercadorias & Futuros. Os tão festejados 40 bilhões oferecidos pelo FMI (chamado dinheiro yó-yó porque sempre volta aos cofres imperiais) já deve ter ido para o ralo várias vezes, pois desde Outubro de 98 já saíram mais de 40 bilhões de dólares pelos câmbios comercial e flutuante. Mas o Presidente da República afirma que o país vai bem. Claro, com tantos milhões de brasileiros mantendo a imagem lírica que encanta os turistas...

## Calote, inadimplência, pobreza

O Governador Itamar Franco, de Minas Gerais, ex-Presidente do Brasil, declarou não haver recursos para pagar as dívidas. Por isso foi chamado de *caloteiro*. A população que compra à prestação no comércio, quando perde o emprego deixa de pagar a dívida é chamada *inadimplente*. O ex-deputado milionário Sérgio Naita construiu um prédio com areia da praia no Rio de Janeiro que caiu matando vários moradores e deixando desamparadas dezenas de famílias, passou o final de 98 tomando champagne em Miami entre amigos depois de sair da prisão e ter os seus bens desbloqueados pela Justiça, é chamado de *esperto*. O Presidente da República não pagou a dívida social que vem prometendo desde a primeira vez que foi eleito em 1994 e é chamado *estadista*. De que vale os vocábulos se a realidade para o pobre é sempre injusta?

Vivemos numa versão literária desenhada por cima da realidade como se fosse um teatro. Os discursos da elite são confusos, falsos e mentirosos. A população que tem os pés na lama da realidade serve como pano de fundo e imagem lírica para as imagens que o Governo vende para os amigalhões do FMI ou os turistas distraídos.

Enquanto o noticiário se divide entre o jogo das bolsas e o aumento da criminalidade, o património nacional vai mudando de mãos, as empresas privatizadas (electricidade, telefone, etc.) não cumprem os contratos, a globalização só existe de fora para dentro pois tropeça nas barreiras proteccionistas dos mercados ricos, os especuladores inventam novas formas de corromper e roubar os cidadãos, o Governo multiplica as leis de trânsito e de fiscalização financeira que só atingem a arraia miúda funcionando como uma permanente ameaça que alimenta o medo do cidadão comum, a Justiça fecha os olhos aos erros da elite e é implacável diante dos crimes dos desprotegidos, os parlamenta-

res ouvem um "pistoleiro de aluguel" que acusa um novo deputado de Alagoas de ter sido o mandante do assassinato da que foi eleita com maior número de votos, os governantes estudam uma maneira de ir buscar nos bolsos dos reformados os recursos que precisam para aumentar os seus próprios salários e cobrir os buracos abertos por gestões catastróficas. Será que dá para que o cidadão comum, com um salário mínimo de 100 dólares, ficar mais preocupado do que já estava? Os bilhões voam todos os dias por cima da cabeça do povo brasileiro que deles nem conhece a cor. A crise é mundial? Então temos companhia!

O Governador de Minas Gerais diz não ter dinheiro para pagar as dívidas e que não vai privatizar a empresa estatal de electricidade para resolver temporariamente o problema. Os demais governadores dizem que vão pagar as respectivas dívidas mas, como não têm dinheiro, vão negociar. O Presidente da República diz que o Brasil vai honrar os seus compromissos mas todos sabem que além de já terem depenado o património nacional perdem bilhões de dólares por todas as frestas abertas pelo sistema capitalista e alargadas pela globalização. As dívidas são impagáveis como há tantos anos disse e demonstrou Fidel Castro. O endividamento brasileiro é uma bola de neve que já começa a incomodar os credores como ocorreu com o caso da Rússia. Não se trata de falta de honra dos devedores mas sim de dinheiro para continuar a alimentar os sanguessugas imperialistas. Enquanto os governantes parecem honrados perante os credores desonram-se em relação ao povo que é espoliado. País rico, mas hipotecado. Daí a injustiça centenária.

## Responsáveis pela marginalidade

Nesta farsa de país rico e democrático, o desespero e o ódio são o produto natural da injustiça crónica e do cinismo dos que dispõem do poder a seu favor. Ninguém concorda com o crime e as formas de agressão social como recurso de sobrevivência, mas é necessário apontar os responsáveis pelo aumento da marginalidade e da criminalidade. São os mesmos que gozam do direito da impunidade por serem membros da elite mandante.

A filosofia de vida que serve de exemplo no país é negativa. É uma traição à Pátria. Sem habitação, sem emprego, sem comida, sem escola, sem qualquer tipo de protecção social, e com os exemplos de amoralismo e falta de ética que aparecem como o padrão de comportamento nacional e internacional, o que poderão fazer os pobres de um país rico? Como formar o carácter de uma juventude que recebe a educação no avesso?

Os jovens que sequestraram o empresário Abílio Diniz fizeram mais de 40 dias de greve de fome para que, depois de nove anos de prisão, o governo assinasse os devidos papéis de expulsão dos estrangeiros e amenizasse a prisão do brasileiro. Não se trata de defender o terrorismo e os sequestros, mas cabe perguntar quem foi responsável pela formação de uma juventude que, desorientada, tenta corrigir os erros de uma sociedade inaceitável. Alguns jornalistas falam nos "órfãos de ideologia" que aprenderam a fazer a revolução nos anos 60 e 70 mas perderam o rumo na década de 80. Os autores da ditadura, dos crimes policiais, das torturas, da espoliação da riqueza nacional, são os que fazem os discursos legalistas e moralistas em nome da justiça. Referem-se às vítimas históricas da repressão com desprezo. Eles são, sem sombra de dúvida, os maiores responsáveis pela maioria dos crimes hoje cometidos por desespero ou falta de formação cívica. Não têm estatura moral para condenar as suas vítimas.

O Brasil é um país injusto, com uma desigualdade social campeã no mundo, e os donos do poder só têm agravado a situação. O que mais será necessário dizer para provar que o caminho escolhido pela elite mandante é uma vereda para o caos absoluto? O problema menor ainda é a falta de dinheiro e a desvalorização do real. O maior é o sistema parasitário que não permite o desenvolvimento nem da produção nem da educação cívica.

# Sindicatos do Mundo Uni-vos!

A AFL-CIO, American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization, é a principal confederação sindical dos Estados Unidos. Sediada em Washington, é dirigida desde 1995 por Jonh Sweeney. Actualmente, apenas 14 por cento dos assalariados americanos são sindicalizados. A título de comparação, refira-se que essa percentagem era de 12 por cento em 1930... No sector privado, a taxa é ainda mais fraca: inferior a 10 por cento. O número de aderentes, em todos os sectores, mantém-se estável desde há dois anos, representando cerca de dezasseis milhões de pessoas. A jornalista Cecile Besson, do diário francês *L'Humanité*, entrevistou David Smith, dirigente da AFL-CIO, que nos dá um retrato da situação que vive hoje o movimento sindical norte-americano.

Como caracteriza o movimento sindical no seu país?

Os sindicatos perderam muitos aderentes desde o início dos anos oitenta. Actualmente, a hemorragia parou e houve mesmo 400.000 adesões em 1997, mas nós temos um enorme atraso a recuperar, sobretudo no sector privado. Continuamos a crescer, lentamente, mas não tão rapidamente como a população activa. Estamos neste momento num período de renovação: é preciso ganhar as bases, criar militantes. Trata-se de um importante investimento, em tempo e em dinheiro, mas que começa a dar os seus frutos. Estamos a ganhar força e influência.

Em 1998, assistimos ao desenhar de tendências muito singificativas para o movimento sindical. Em primeiro lugar, no plano político. Em vários Estados, conseguimos travar propostas de lei conservadoras que pretendiam limitar a contribuição dos sindicatos no financiamento das campanhas eleitorais. Dito de outra forma, propostas que pretendiam calar a voz dos trabalhadores na cena política. O resultado das eleições de Novembro [favoráveis aos democratas] foi de resto muito positivo para nós. Ainda na cena política, a AFL-CIO bateu-se contra o processo designado "fast track" (1) e ganhou: é uma vitória muito importante. O movimento sindical americano pretende ter um

Entrevista com David Smith, dirigente sindical americano

papel cada vez mais activo a nível nacional e no respeitante aos tratados de livre comércio. O "fast track" como o AMI [Acordo Multilateral de Investimento] pôde ser travado graças à mobilização internacional. Isso é encorajador.

Acredita numa aproximação dos sindicatos a nível mundial?

É necessário, indispensável. Não será fácil, porque as diferenças nacionais são muito importantes no que respeita ao direito do trabalho e direito sindical. As negociações colectivas, por exemplo, fazem-se segundo regras radicalmente diferentes nos Estados Unidos e na Europa... ou mesmo em França e na Alemanha.

Mas é necessário impor mínimos de protecção social em todo o mundo, onde quer que as empresas se instalem para conseguir lucros. As leis locais devem ser protegidas, melhoradas. É necessário que haja uma contrapartida social para cada tratado de livre comércio. Importa também aproveitar esses tratados para conseguir garantias respeitantes aos direitos do homem. Os sindicatos devem estar presentes aquando das negociações com o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, de forma a fazerem valer os seus pontos de vista. A AFL-CIO seguiu com muito interesse as discussões do último Congresso dos Sindicatos Europeus sobre a Organização Mundial do Comércio.

Que balanço faz de seis anos de administração Clinton para o movimento sindical? Um governo democrata é necessariamente bom para a AFL-CIO?

A diferença entre a presidência de Clinton e a dos seus antecessores Reagan e Bush é favorável aos trabalhadores americanos. Clinton chegou ao Poder com a intenção de inverter a tendência prevalente nos anos oitenta. A disparidade dos salários foi reduzida. O rendimento real aumentou nos últimos três anos. A economia está forte e de boa saúde, e os assalariados beneficiam disso. Por outro lado, a reforma da assistência social ou a assinatura de tratados internacionais de livre comércio não são propriamente abonatórias dos democratas, mas parece-nos que são apesar de tudo melhores do que poderiam ter feito Bush ou Reagan nas mesmas circunstâncias.

O âmbito em que há mais progressos a fazer é ao nível do direito do trabalho. Esta reforma é verdadeiramente uma das prioridades a médio prazo. A administração democrata está receptiva às nossas propostas mas, de momento, não conseguimos ser bem sucedidos por causa do Congresso. Neste momento, sentimo-nos encorajados pelas transformações

políticas registadas em três grandes países da Europa. Esperamos que isso contribua para fazer avançar as coisas na cena internacional, no que respeita às negociações comerciais.

Que imagem tem da construção europeia?

Estamos um pouco ansiosos. Desejamos receber um apoio inequívoco da União Europeia através da imposição, nos tratados de livre comércio, de rubricas "direitos do homem" e "direitos sociais". Mas a Europa não nos ajuda muito. Gostaríamos de ouvir uma única voz, a da Comunidade Europeia, nas discussões, mas infelizmente não é esse o caso. Os franceses, por exemplo, apoiam-nos, mas os ingleses hostilizam-nos... É pena. Mas estamos optimistas.

Fusões, deslocalizações, globalização... A actualidade económica em 1998 foi pesada. Quais foram as consequências para os assalariados americanos?

As consequências foram graves! A fusão, por exemplo, é uma resposta muito estranha face às dificuldades económicas de uma ou várias empresas. Há muitas vezes fusão nas indústrias mais pressionadas pela globalização. Duas empresas em dificuldades esperam reduzir os seus custos de produção unindo-se. Mas verificamos que isso não resulta, mesmo se os custos efectivamente diminuem. De facto, a fusão não acaba com os superfluos, pelo contrário. Além disso traduz-se sempre em numerosos despedimentos...

No que respeita ao problema das deslocalizações, trata-se, com o recurso cada vez mais generalizado ao trabalho precário, de um dos fenómenos mais perigosos da nossa época. O objectivo é claro: trata-se simplesmente de transformar o trabalhador num objecto móvel. Regista-se actualmente uma substituição dos empregados permanentes por empregados com contrato a termo certo, empregados temporários ou empregados que vivem no estrangeiro. Pessoas que não têm os mesmos direitos sociais (assistência médica, nomeadamente) nem os mesmos salários. E, evidentemente, esses assalariados precários não são sindicalizados... Uma das prioridades, actualmente, é assegurar que o direito do trabalho se aplique também a esses homens e mulheres. Penso que essa preocupação existe tanto em França como nos Estados Unidos... A dificuldade está em organizar tudo isso.

Quais são as suas preocupações para este novo ano?

O que é mais preocupante, é ver que este país extremamente rico não consegue repartir de forma justa a riqueza, e o poder que daí resulta, entre os seus cidadãos. Outra inquietação: a redução das despesas públicas. A baixa dos investimentos para a educação, a construção de infra-estruturas, o pôr em causa do sistema de reformas... Tudo isso ameaça destruir as conquistas sociais do *New Deal* e minar a coesão social.

Os conservadores alcançaram de facto importantes vitórias nos últimos vinte anos, neste país. Nós devemos restaurar o papel do Estado, impedir a privatização da "segurança social", isto é, a caixa de reforma. É necessário recriar um laço económico e social justo. A ideia da justiça social deve prevalecer sobre a noção de indivíduo ou mesmo de comunidade.

(1) Um processo que teria permitido ao Governo fazer adoptar tratados internacionais de livre comércio, como o AMI, sem discussão no Congresso e sem que os eleitos pudessem alterar o texto.



Em 1997, uma greve dos trabalhadores da UPS paralisou os EUA

# Mísia na Alemanha O furor de um fado outro!

A 18 de Janeiro de 1999, a sala Mozart na velha Ópera de Frankfurt esteve à cunha para ouvir Mísia. Muitos alemães e muitos portugueses.

Mais numerosos ainda os que ficaram de fora, sem bilhete. Título do espectáculo: Garras dos Sentidos (uma metáfora de Agustina Bessa Luís). E com um subtítulo: textos de José Saramago musicados e cantados. Bilhetes a 35 e 45 marcos (algo como 3 500\$00 e 4 500\$00).

De 18/1/99 a 25/1/99 Mísia actua em Frankfurt, Estugarda, Hamburgo, Berlim e Munique. Acompanhada por cinco excelentes músicos (o guitarrista, o violão, o baixo, o violinista e o pianista/acompanhista), Mísia deu um espectáculo de alto profissionalismo e de muita arte frente a um público exigente. Cantou hora e meia e satisfez dois pedidos de bis a um público refastelado que não manifestava nenhuma vontade de regressar a penates.

O fado, já fortemente internacionalizado por Amália e Carlos de Carmo, vai seguir em frente com Mísia por esse mundo fora, na sua voz, uma voz diferente e um fado outro.

Já nas festas do «Avante!» Mísia se revelou como compromisso entre a tradição e a renovação. Aqui em Frankfurt, ela não cantou velhos fados socialistas (e anarquistas) do princípio do século, mas na sua actuação há inúmeros elementos novos que convencem e apontam para um estilo próprio, diria único, sem precisar ela de qualquer esforço para ser diferente.

Ela é diferente no mundo do fado e tão diferente que alguns se perguntam «se aquilo ainda é fado» ou «se já é outra coisa». Ela, porém, não se rala minimamente, tem tempo para esperar até que o que ainda não é passe a ser! A evolução do fado é, nela, uma realidade com alguns regressos à tradição remota, mas mesmo quando se aproxima do registo fadista tradicional (por exemplo o fado menor), imprime-lhe a sua marca profunda com uma voz impostada.

Voz de menina meiga, voz de mulher decidida, seca e áspere ou melodiosa e doce, voz por vezes um tanto arrufada e quase masculina por instantes, sucedem-se em Mísia os registos na modulação e no volume que ela altera com grande virtuosismo.

E depois é o penteado, a indumentária, a pose, a presença no palco (influência do teatro NO nipónico?), uma evidência muito consciente de si, mas sempre simpática, nunca presunçosa, ora forte, ora gaiata, extremamente leal na repartição dos louros com os músicos - esses cinco belíssimos operários de sons - num jogo de inúmeras e complexas complicações. Até o nome Mísia é algo de agradavelmente intrigante.

Há aproximações esporádicas ao tango via melancolia nos arranjos do acordeão de Ricardo Dias. Manuel Rocha concentra no violino ainda mais melancolia e Custódio Castela marca o ritmo nos rendilhados da guitarra. Nos arranjos de Ricardo Dias ao piano, talvez a influência predominante seja a dos Blues. Haverá nesta arte fadista uma rica síntese de fado, tango, blues e rebética (como se toca e canta nas Ilhas do Egeu, em Esmirna e no Pireu)? Só por não ter retido os nomes do violão e do baixo, de que me penitencio imediatamente, é que os não refiro, pois completam a excelência deste colectivo de música portuguesa contemporânea.

Mísia cantou textos de José Saramago (coisa inédita), António Lobo Antunes, Agustina, Lídia Jorge, Natália Correia e Carlos Drummond de Andrade. Ontem como hoje, poetas continuam a escrever para o fado. E através do fado se descobre hoje que em muitos prosadores anda um poeta escondido.

A cantora interpretou ainda *Lágrima* de Amália, com a devida vénia. Houve variações instrumentais para melodias de Janita Salomé, Zeca Afonso... E para satisfazer o segundo bis, Mísia interpretou, num francês perfeito, uma canção de Edite Piaf.

Artista de poderosos recursos, ora se aproxima ora foge das notas previsíveis. Mísia não quis deixar de explicitar que fado não é só melancolia, pois também há fados alegres. A alegria é uma componente fundamental da vida. Há, nos fados, acentos trágicos, por certo, mas também os há que são jocosos e outros, sobretudo, líricos, expressão lídima do povo português! O fado com Mísia é expressão de um novo casticismo com saudade.

■ Luciano Caetano da Rosa

# Alqueva: o muito que falta fazer

**A** propósito da recente Convenção Luso-Espanhola sobre "cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas" voltaram a ser levantadas interrogações sobre a viabilidade de Alqueva à luz dos caudais necessários e garantidos nos acordos com a Espanha.



■ Lino de Carvalho

Há, evidentemente, razões para nos questionarmos sobre este tema tanto mais que o Governo, quando da ida à Assembleia da República, nada informou sobre os valores concretos dos caudais negociados com a Espanha e sendo certo que o Director Geral das Obras Hidráulicas e da Qualidade das Águas do Ministério do Ambiente de Espanha afirmou (El País - 04/01/99) que a única coisa reconhecida a cada país "são uns mínimos por ano para efeitos puramente ambientais" e que Alqueva "não poderá entrar em funcionamento até que estejam terminados os estudos hispano-portugueses sobre o impacto da obra no meio ambiente do estuário". A verdade é que o Governo do PS nunca desmentiu nem, no mínimo, clarificou estas afirmações que, naturalmente, alimentam com legitimidade um mundo de preocupações e perplexidades. Por outro lado, o conhecimento sobre os caudais negociados é fundamental para se poder atestar da bondade e acerto da Convenção.

O Governo do PS, que tanto fala em transparência e diálogo, tem sido perito em ocultar informação essencial e, por essa

Neste aspecto é compreensível que se Portugal está interessado que a Espanha assegure, a montante, os caudais necessários à construção de Alqueva o país vizinho queira garantir, a jusante, no troço internacional do rio Guadiana, os volumes de água necessários a uma boa gestão do estuário do rio, em particular na zona de Ayamonte. Importa ter presente, como lembra o Eng.º Faria Ferreira, que "este é o único troço internacional de um grande rio peninsular que é comandado por um tramo português a montante" o que, aliás, nos proporciona um instrumento de força negocial não negligenciável.

Mas tudo isto já era, há muito, previsível. No Convénio agora assinado foi aprovado promover um conjunto de estudos sobre a situação ambiental no estuário do Guadiana e, em função dos seus resultados, rever o regime de caudais a negociar (ou negociados) entre os dois países. O que significa que o Governo, sabendo de antemão que um dia esta questão iria ser suscitada por Espanha, não se muniu a tempo dos estudos necessários às respectivas negociações, repetindo erros e atrasos antigos, designadamente quanto ao regime de caudais e à sua articulação com as necessidades do Empreendimento de Alqueva.

Com os estudos anteriormente existentes, e já tendo em conta o Plano Hidrológico Espanhol, sabia-se que as afluências médias futuras ao sistema de Alqueva (tendo já em conta os efeitos dos armazenamentos criados em Espanha e Portugal) seriam de 2475 hm<sup>3</sup>/ano, dos quais o caudal mínimo garantido por Espanha na fronteira do Caia era, no Convénio de 1968, de 1600 hm<sup>3</sup> o que seria suficiente para as necessidades identificadas para Alqueva. Também se sabe desde o princípio que em

mento à incompetência e à irresponsabilidade - se assim não sucedesse.

Outra questão, tão importante como esta, é a da qualidade da água que nos chega de Espanha e do processo de monitorização e de gestão ibérica (comum) das bacias hidrográficas partilhadas pelos dois países. Também isto está por consolidar e o Governo tem a estrita obrigação de salvaguardar a participação portuguesa no controlo das bacias comuns.

Mas, para além destas questões, mais mediatizadas, outras há, exclusivamente dependentes do Governo português, cujo manifesto atraso ou indefinição poderá trazer, no futuro, sérios prejuízos a uma plena eficácia no aproveitamento de Alqueva e, no limite, pô-lo mesmo em causa.

## Indefinições e atrasos

O Governo PS continuar a fingir ignorar a decisiva questão fundiária. É o novo tabu do Governo. Mas só é tabu porque toca os *sacrossantos* interesses dos grandes proprietários fundiários e poderia despertar uma feroz contestação por parte dos sectores políticos e sociais mais à direita, coisas que o PS não quer, obviamente, nem afrontar nem suscitar. A verdade é que é intolerável que o PS se prepare para construir um Empreendimento cujo custo total previsto até ao ano de 2025 (a preços de 1998) é de cerca de 353 milhões de contos, pagos com os dinheiros públicos, e depois, permitir que as mais-valias desse investimento sejam embolsadas pelos grandes proprietários fundiários que, sem investirem um tostão de seu, vêem 110 000 hectares das suas terras serem transformadas de

devem ser privilegiados na área a beneficiar, o que implica por sua vez que no âmbito das negociações da reforma da PAC e na Organização Mundial do Comércio o Governo garanta decisões que permitam diversificar, viabilizar e potenciar o que se vai produzir em Alqueva. As quotas do tomate e do girassol; os limites à produção de arroz e consequências do actual regime de comércio mundial; os regimes de apoio aos hortofrutícolas; os estímulos à produção de tabaco e de beterraba sacarina; a manutenção dos apoios às culturas arvenses e o aumento da quota do trigo duro; a recusa da nova OCM do vinho que só admite a possibilidade de Portugal aumentar em 1% (mais ou menos 3500 hectares) a área de novas vinhas; a recusa de fixação de quotas tendo como referência os valores históricos de produção, etc., são alguns dos constrangimentos que o Governo português tem de superar. Mas tudo isto levanta uma outra questão: **o preço a que a água vai chegar aos agricultores e que, obviamente, não pode ser igual ao seu custo sob pena dos novos sistemas culturais poderem ser inviabilizados.** O Governo, a pretexto das directivas comunitárias, não pode desresponsabilizar-se desta questão estratégica e deixar de negociar e definir políticas que garantam um preço adequado para a água. Para tal importa também repartir com justiça a imputação dos custos às diversas valias do Empreendimento.

A definição de uma política de transformação agro-alimentar e florestal, que acolha as necessidades geradas pelas novas culturas, e a sua articulação com o processo de industrialização do Alentejo; a organização do escoamento da produção com a promoção do associativismo de produção e a sua ligação aos mercados locais e aos grandes operadores que hoje dominam grande parte dos circuitos de distribuição; um programa de atracção dos jovens e de formação dos agricultores e trabalhadores agrícolas adequado às novas exigências técnico-culturais; a aceleração da irrigação dos primeiros blocos experimentais não se limitando a Ferreira do Alentejo mas alargando-o desde já ao perímetro do Roxo e outros novos blocos são outros tantos problemas a resolver.

**Ainda no terreno agrícola importa contudo não esquecer que ao lado dos 110 000 ha a irrigar (que se somam aos cerca de 30 000 hectares actualmente regados) se manterão quase 1 milhão de hectares de sequeiro para os quais é preciso igualmente olhar e definir uma política agrícola e de desenvolvimento rural.**

Por último, estão ainda igualmente por definir e aprovar instrumentos estratégicos para o aproveitamento turístico e de lazer de toda a área envolvente do Empreendimento, **o Plano de Ordenamento da Barragem e o Plano Regional de Ordenamento do Território.**

Tudo isto que está por fazer soma-se ao pouco envolvimento efectivo da região. Autarquias, Sindicatos, Associações de Agricultores e outras Associações Empresariais, Regiões de Turismo, Associações Culturais e de Defesa do Ambiente devem ser chamadas e envolvidas nos processos de debate e de decisão em relação a todas as questões estratégicas que vão condicionar o aproveitamento futuro do Empreendimento de Alqueva. Não basta para isso o *show-off* que o Governo e o PS organizaram em torno da última visita do Presidente da República não permitindo nenhum debate sério.

Aqui fica uma mão cheia de questões estratégicas para o futuro de Alqueva e que devem proporcionar um largo caderno de reivindicação e de luta do Alentejo.



via, despoletar movimentos de contestação e luta quanto às decisões que toma. Está a ser assim com o processo de co-incineração dos lixos tóxicos. Poderá ser assim com a Convenção Luso-Espanhola sobre os rios fronteiriços se persistir a falta de informação oficial sobre aspectos decisivos do acordo.

No que se refere a Alqueva e ao regime de caudais é preciso distinguir entre os caudais garantidos no troço entre a confluência do rio Caia e a confluência do rio Chança, decisivos para viabilizar a construção do Empreendimento de Alqueva e já negociados no Convénio de 1968 e o troço internacional do rio Guadiana, a jusante do Pomarão e que vai da confluência com o rio Chança até Castro Marim, cujos caudais e situação ambiental do estuário interessam a Espanha na perspectiva da gestão dos recursos hídricos na província de Huelva.

ano crítico, de seca, poderá haver défices mas que, segundo os especialistas, são colmatados com a contribuição do rio Ardila no aúde de Pedrógão e a transferência de caudais dos açudes de Pedrógão para a albufeira de Alqueva. **Ora, a primeira questão que o Governo deve esclarecer é se a garantia destes caudais se mantém!? Se assim for, então, o que importa agora, nos estudos que se vão seguir sobre os impactos de Alqueva no estuário do rio Guadiana, é que, por um lado, estes caudais continuem a ser garantidos em todas as situações, incluindo as de seca e que, por outro lado, os caudais mínimos a disponibilizar por Alqueva para a salvaguarda do estuário não ponham em causa o próprio Empreendimento e a regularização das águas ao longo de todo o rio. Seria completamente incompreensível - constituiria mesmo um monu-**

séqueiro em regadio e, só por isso, passarem a valer dez vezes mais. Entretanto, milhares de pequenos agricultores e rendeiros e milhares de trabalhadores agrícolas, continuam sem terra ou com pouca terra. E não venha o Eng.º António Guterres dizer que essa questão se resolve por via do mercado. Porque por aí, quanto muito, o que se dará será uma recomposição da distribuição da propriedade entre os sectores sociais fundiários que já dominam a paisagem. **E o que é absolutamente necessário é que o Governo aproveite o impulso de Alqueva para proceder ao reordenamento fundiário do Alentejo, democratizar o acesso à terra e criar explorações com outra racionalidade económica e social.**

Mas outras grandes questões há que importa também, e urgentemente, clarificar: **a definição dos sistemas culturais que**

# Um grotesco primeiro-ministro

**F**oram prolongadas as festividades do Natal e do Novo Ano. Mas esqueceu-se tudo, rapidamente. Mesmo a intensa campanha dos Samaritanos em toda a Grã-Bretanha para que em plena febre consumista fossem lembrados os sem-abrigo, os milhões de jovens sem perspectivas, as mães solteiras e sem recursos cujos subsídios o governo Blair reduziu, as consequências do espírito de violência que assola quase toda a sociedade, os 75 000 «inmates» nas prisões, e os pobres, os milhões de pobres cujo passaporte para a prosperidade foi há muito confiscado – tudo está já esquecido.

Como podia, entretanto, uma pequena organização, a dos Samaritanos, reagir à furiosa onda de apelos, de angustiados pedidos de auxílio vindos da profunda Inglaterra urbana e industrial, à média de 25 000 por dia? Como poderia ter resistido uma simples linha telefónica, 0347 90 90 90, à pressão de tão desesperados assaltos daqueles que nada possuem e de tudo carecem? A linha, segundo se esperava, acabou por ceder. E cedeu, evidentemente, pelo lado mais fraco.

Foi o primeiro-ministro, Tony Blair, quem deu o tom. Em vez de manter-se no país para enfrentar o drama do seu governo quando a demissão de Peter Mandelson, a eminência parda do «New Labour», deixava todo o país perplexo, afastou-se para o estrangeiro com a família. O limitado estofo de Blair para o lugar que ocupa está de há muito provado, mas é justo dizer-se que Mandelson vira a estrada promissora do futuro quando propôs ao actual primeiro-ministro, estendendo-lhe a mão: «Não vês os novos tempos que se aproximam? As velhas ideias do Partido Trabalhista estão enferrujadas, corroídas pelo

■ Manoel de Lencastre

Foi quando o cidadão britânico comum perguntou:

«Qual a razão por que vivo vergado ao peso dos juros e que o empréstimo hipotecário para a compra da minha casa me obriga, mas o poderoso ministro do «New Labour» pode eximir-se a tais encargos?» Peter Mandelson, por outro lado, era obrigado a declarar o empréstimo contraído ao registo dos interesses e responsabilida-

des particulares dos membros do governo e da Câmara dos Comuns. Mas não o fez. Preferiu ficar-se...

A demissão do ministro, logo seguida de mais duas, acordou a consciência do verdadeiro Partido Trabalhista e fez ver a toda a Grã-Bretanha, finalmente, o logro em que tombou quando elegeu Blair (01.05.1997) não só como primeiro-ministro mas como evangelista nacional. Tudo, afinal, para que ele, homem só de sorrisos falsos, envergonhasse descaradamente, os seus 56 milhões de compatriotas ao proclamar-se o primeiro defensor da campanha imperialista contra o Iraque numa postura tão grotesca e ridícula que obrigou o mundo a perguntar: «Então isto é que é o primeiro-ministro de um país como a Grã-Bretanha?»

## Vãs cobiças...

De repente, surgiram as lacrimosas queixas de famosa «De Beers», a casa-mãe de todos os diamantes do mundo. Segundo a gigantesca empresa, as vendas estão em queda (apenas 3,4 biliões de dólares, em 1998). O colapso do lucrativo mercado japonês acentuou-se e ninguém, praticamente ninguém, ofereceu jóias como prendas de Natal. Daí, claro, as lágrimas da «De Beers». Nem tudo parecia mau, até ao desastre da quebra das vendas de Natal. O recente acordo com Moscovo para o «marketing» de produção diamantífera russa dava lugar a um certo optimismo. Mas todas as moedas têm duas faces. O governo angolano também reabriu os seus negócios com a nova administração em serviço no Kremlin, o que explica, em parte, a impaciência e a violência dos bandidos da Unita cujo amor pelo seu país e pelo seu novo já tinham sido abundantemente demonstrados...

No palco da época natalícia, faltava uma grande figura, a de Mikhail Gorbachov. Era nossa intenção enviar-lhe um bonito postal de Boas Festas – merecido, porque os tempos vão mal para o último dos dirigentes soviéticos. A verdade é que a crise financeira russa do passado Verão lhe desvalorizou e eliminou as economias que, depositadas num dos gloriosos novos Bancos Falidos de Moscovo, ascendiam a 14 000 contos. Segundo disse ao magazine «Bunte»: «Todo o meu dinheiro se perdeu.» E foi por isso, compreendemo-lo, agora, que deixou de pagar os ordenados aos funcionários da Fundação Gorbachov. Mas ficaríamos surpreendidos se o encontrássemos, verdadeiramente, na miséria, naquela miséria que assola e estrangula a alma a tantos milhões dos seus compatriotas que, compreensivelmente, o odeiam. Mikhail não está falido. Na verdade, não lhe faltam recursos no estrangeiro. O que faltou foi tudo o resto... tudo aquilo onde ele pôs as mãos...



De mala aviada?

tempo, já nada podem contra o ímpeto dos mercados. Façamos do «Labour», um «New Labour» em que todo o povo das Ilhas britânicas acredite. E tu, Blair, serás o homem do amanhã.» Como se sabe, o superambicioso advogado abraçou as sugestões de Mandelson. Este mandou logo cortar o bigode. E convenceram a Grã-Bretanha, sequiosa de grandeza e justiça, a acompanhá-los.

Agora, Peter Mandelson precisava de uma casa nova, uma residência adequada às suas responsabilidades de secretário de Estado para o Comércio e às suas misteriosas necessidades de homem solteiro. Para financiar a compra, pediu emprestado ao seu colega do governo, Geoffrey Robinson, a soma de 373 000 libras (950 000 contos) sem juros e sem impostos.

# Os convencidos da história

■ José Manuel Jara

**A**pós uma dolorosa década de orfandade política, na qual, com certeza, tratou dos seus negócios privados, depois do abandono do PCP, o engenheiro Veiga de Oliveira foi recebido solenemente no seio do Partido Socialista.

A sofrida e meditada travessia da estepe pelo maratonista foi premiada com um jantar mediático que decorreu no Grémio Literário, afamado palácio, próprio, sem dúvida, para a iniciação de tão magnífica personalidade. Sem desprimor para a ementa, o discurso de campanha do festejado foi o melhor acepipe, principalmente para os convivas das notícias. Dito numa voz embargada de emoção, com uma lágrima no canto do olho, a roçar o patetismo, mas artilhado com o vigor do veterano experimentado em retóricas, cenas e outras andanças. Para anunciar aos quatro ventos do nosso torrão que se reconverteu à «social-democracia» do PS, por falta de alternativa histórica, conclusão brilhante, depois de aturada reflexão que durou dez anos!

As palavras têm o peso certo para cada ocasião. Como a personalidade eminente do PS que o recebeu tinha, há tempos, falado no «grande embuste» do sistema socialista, eis que o engenheiro Veiga logo imita e reproduz com alta fidelidade o mesmo registo, *ipsis verbis*. A palavra de passe confirma a mesmidade. Parece ouvir-se, na recepção: «Anda cá que és dos nossos, perdoamos-te essas décadas de extravio comunista.»

Para falarmos com toda a propriedade na palavra «embuste», seria bom recordar alguns propósitos e ideias que moveram o engenheiro e o chamado grupo dos «seis», que liderou, no fim da década de 80. Como esteve calado durante dez anos, essas palavras são muito úteis para meditar do lado de cá. Por mais avariada que esteja a geometria das ideias, depois dos rombos da história, vale ainda a consistência dos princípios. O que defendia há dez anos o ex-resistente, o que o comovia, o que o orientava? Lembremos que o Grupo dos Seis, constituído, entre outros, por Veiga de Oliveira e Vital Moreira (e Zita Seabra, na sombra?) produziu entre 1987 e 1988 vários documentos de análise, crítica e propostas, inseridos na preparação do XII Congresso do PCP. Naturalmente datados, volvidos 10 anos, que significado poderá ter recordá-los? Os papéis do invidúo na história têm de ser apurados nas sucessivas épocas da sua existência, para indagar da sua consistência em diferentes planos, nomeadamente ideológico-filosófico e político.

A «ideia», a finalidade dominante dos «seis» (e doutros), na sua consciência de então, era a «Grande reanimação e revitalização» do PCP. Esta temática exprime-se nos vários documentos através de repetição insistente e redundante dos seguintes termos: «reformular», «reforçar», «relançar», «renovar», «reanimar», «reexaminar», «reestruturar». O objectivo de todos estes «re» seria, naturalmente, o Partido Comunista, para o sujeitar a uma reanimação de urgência, devido à crise detectada pelos «Seis». Além do grande mérito do diagnóstico apresentado, recomendava o sexteto analítico uma terapia

apropriada. Cientes do melindre da problemática, faziam a seguinte advertência tranquilizadora, sobre o «sentido e alcance das propostas e opiniões»: «Não é de mais reafirmar com

força a ideia de que só nos move o propósito de beneficiar o Partido e não prejudicá-lo. Não queremos transformar o Partido em «outro» partido, queremos renovar, melhorar e engrandecer este que temos, e que, sendo de todos os militantes, é também nosso.» Noutro passo do mesmo documento, os autores repudiavam que as suas propostas construtivas sejam tomadas como uma «campanha anti-partido».

No plano programático defendiam que uma «nova ideia de socialismo, liberta da ganga dogmática», que o deslustrou e das experiências dramáticas que o ensombraram.

Se o sentido da história com «H» só é perceptível, muitas vezes, no futuro presente, a história com «h» dos seus figurantes só é reconhecível na sua verdade essencial hoje, agora, depois do seu pleno desenvolvimento, despidos dos antigos atavios. E a verdade, por muito que pese à sua pretérita boa consciência, é que estes «reformadores» («re», qualquer coisa), aninharam-se, acolheram-se, recolheram-se e encolheram-se no PS. Apenas os distingue o *timing* e o cenário que enquadra o exercício da sua nova disciplina, mais ou menos assumida. Questões de personalidade, de maior ou menor envergadura, de ânsia de protagonismo e, com certeza, de capacidade laboral, em vários domínios, ao serviço da nova causa. A prática da polivalência: o que se aprende num partido pode ser aplicado tecnicamente noutro.

Onde está a verdade dos personagens? Há 10 anos, queriam reanimar o PCP, com novas e brilhantes ideias. Agora estão no PS, muito bem comportados, todos a trabalhar, ou, com toda a modéstia, à espera de servir. Desfeita a «ganga dogmática» do socialismo, apostam, agora, na mais inerme, em relação ao sistema, social-democracia *blairiana*, versão nacional. Antes, no PCP, a crítica contundente, por tudo e por nada, numa hipersensibilidade irritada; agora, no novo poiso, ou na nova causa (com ou sem filiação), a conduta exemplar, sem fazer ondas, para o quadro de honra do neófito, do cristão-novo a purificar-se no purgatório da abstenção ideológica e do seguidismo mais passivo. Mais ou menos todos a gerir a sua pessoa e bens, acomodados aos novos tempos.

Imaginemos, por um segundo, que estes arautos da «renovação» tinham levado de vencida os seus propósitos no PCP? Nem este, nem «outro» partido! Teriam trabalhado tão bem, que o PC ou teria deixado de existir por liquidação total ou teria sido trespassado, legado ou alugado, como eles próprios, ao PS. Um embuste fatal!

Dizia, proverbialmente cheio de humor, Veiga de Oliveira, a propósito das movimentações dos seis ou sete magníficos, dentro do Partido: «O coelho salta de onde menos se espera.» Para que rica cartola saltou ele, já sabemos... Bom proveito!



# Interrogações sobre a livre circulação

Como é do conhecimento público, a Suíça e a União Europeia concluíram as negociações de um acordo bilateral.

■ Manuel Beja

Os sete textos assinados deverão ainda ser rectificadas por várias instâncias e, se um referendo for lançado, o povo suíço poderá vir a ser chamado a pronunciar-se. A entrada em vigor do acordo está prevista para o dia 1 de Janeiro de 2001.

De todos os sete, o dossier da livre circulação é, sem dúvida, a questão mais sensível para a Suíça. Isto, porque a elevada taxa de estrangeiros residentes no seu território, considerada como uma das mais elevadas da Europa ocidental, se transformou numa delicada controvérsia política com inquietantes reflexos em alguns importantes sectores da população.

No entanto, percebemos que para se manter uma certa tranquilidade os negociadores procuraram o equilíbrio (que supomos difícil) entre as exigências da União Europeia e da Suíça, através de um sistema de controlo de evolução transitória a ser aplicada em várias fases antes de se passar à liberdade total de circulação.

Primeiro, uma etapa inicial de cinco anos em que a posição dos cidadãos da União Europeia deverá ser melhorada no âmbito de um sistema de contingentes. A partir do sexto ano, deverá ser introduzido, à experiência, a livre circulação das pessoas. Mas, a partir do sétimo ano, no caso de um afluxo maciço de imigrantes, a Suíça terá sempre a possibilidade de voltar ao sistema dos contingentes para melhor controlar a situação.

Na melhor das máis e feitas as contas, a cláusula de salvaguarda geral da circulação de pessoas terá de esperar até ao ano 2012 para ser finalmente aplicada. Como é de prever, os efeitos do acordo bilateral entre a UE e a Suíça, muito particularmente no que diz respeito à livre circulação, far-se-á sentir nos próximos anos junto dos emigrantes portugueses.

A livre circulação das pessoas é desejada e o estatuto do trabalhador temporário tem os dias contados. Com isso trava-se o caminho ao desenvolvimento inaceitável e degradante das regras discriminatórias impostas por esta regulamentação, mesmo que se considere a quebra significativa do trabalho sazonal dos últimos tempos.

Por outro lado, a livre circulação de trabalhadores vai permitir à Suíça de harmonizar o seu mercado de trabalho com a prática actualmente em vigor na Europa, e os trabalhadores originários dos países da zona da UE passam a beneficiar de igual tratamento reservado aos suíços nos seus locais de trabalho. No mesmo contexto, a União Europeia abre o seu mercado de trabalho em condições semelhantes aos cidadãos suíços.

Mas nem tudo será assim tão fácil. Por essa razão os sindicatos suíços e os partidos de esquerda consideram ser necessária a aplicação de um conjunto de medidas de

acompanhamento com o fim de permitir uma melhor protecção do mercado de trabalho. É preciso impedir que a livre circulação venha a desencadear uma incontrolável política de «dumping» salarial e social. Na realidade, essa política já está a ser praticada por algumas empresas, o que prova que os patrões estão indo longe de mais e não têm intenções de esperar pela possível entrada em vigor do acordo bilateral.

É bem evidente que os trabalhadores suíços e europeus, por conseguinte também os portugueses emigrantes, só lucrarão com esse conjunto de medidas de acompanhamento, que vai no sentido de exigir o cumprimento das convenções colectivas de trabalho. Entenda-se, pois, que aquilo que está em jogo é garantir aos trabalhadores europeus enviados para a Suíça pelas suas empresas, ou agências (não esquecer a situação dos portugueses a trabalharem na construção na Alemanha) os mesmos benefícios salariais previstos pelas convenções colectivas locais. Pretende-se evitar uma concorrência desleal entre as empresas e os seus efeitos negativos nos baixos salários e na perda de direitos sociais.

Neste complexo quadro, as mesmas forças políticas e sindicais, exigem igualmente para os sectores económicos sem convenção colectiva, a obrigatoriedade da Confederação e dos cantões assegurarem os poderes necessários para fixarem os salários mínimos.

Outro aspecto da discussão no que toca à livre circulação de pessoas reside no não respeito das condições de trabalho dos trabalhadores destacados em vários países europeus. Exige-se que a mesma directiva europeia que regulamenta esta matéria seja aplicada em território suíço.

A batalha à volta do acordo de Viena e das medidas de acompanhamento relativas à livre circulação de pessoas, só agora começou e vai trazer à superfície das águas outras questões, tais como os aspectos sociais do acordo bilateral.

Voltaremos ao tema, acompanhando toda a discussão agora iniciada: informando, colocando dúvidas, alertando a comunidade e despertando o Governo português para a necessidade de melhor elucidar os portugueses residentes na Suíça, sobre o seu futuro, tendo em conta as modificações que o acordo bilateral Suíça-União Europeia trará para todos.

E porque ainda muita coisa está por esclarecer, o Organismo de Direcção do PCP na Suíça pediu uma audiência ao embaixador de Portugal em Berna, com vista ao esclarecimento das consequências para a CP do respectivo acordo.

## As etapas da livre circulação

• Nos primeiros 5 anos depois da entrada em vigor do acordo bilateral.

Tratamento imediato nacional para os cidadãos da UE na Suíça e cidadãos suíços na UE: direito à liberdade de autorizações de estadia no âmbito de contingentes, cláusula de preferência para a mão-de-obra suíça no acesso ao mercado de trabalho.

• Depois do 2.º ano: fim da cláusula de prioridade para a mão-de-obra suíça, com um artigo de salvaguarda geral para os fronteiriços. Abolição do controlo das condições de salário e sociais limitado aos cidadãos da UE.

Criação do contingente de preferência para os cidadãos da UE.

• 6-12 anos. Fim da aplicação do contingente de preferência e possibilidades de aplicar a cláusula de salvaguarda para situações específicas, por exemplo: no caso de um aumento da população estrangeira em território suíço.

Ao sétimo ano, a Suíça pode (depois de alguma votação popular) suspender o acordo. Treze anos depois da entrada em vigor do acordo bilateral, a livre circulação das pessoas entrará em vigor definitivamente, com uma cláusula de salvaguarda geral.

# Respostas são conquistadas

Entrevista com **Natália Filipe**



Texto de Domingos Mealha / Fotos de Jorge Caria

«Avante!»: Notam-se diferenças na acção do Ministério da Saúde do Governo PS, depois de 15 anos de PSD à frente da pasta?

**Natália Filipe:** Grandes diferenças, tanto na situação da Saúde, como nas condições de trabalho dos enfermeiros, não se notam; mas temos a noção de que as diferenças não podem surgir de um momento para o outro. Aquilo que hoje temos é, naturalmente, fruto dessa herança de 15 anos.

Mantém-se um problema muito grave, que é a grande carência de enfermeiros nos hospitais e nos centros de saúde. Tendo apenas como referência os quadros da Função Pública, existem hoje 12 mil lugares vagos, o que exige um acentuado esforço suplementar dos 30 mil enfermeiros colocados. Destes, há 5 por cento que estão em condições de se aposentar, depois das recentes alterações à carreira.

Não é de um dia para o outro que se formam enfermeiros, e o PSD tem nesta questão a responsabilidade de ter determinado a diminuição para metade do número de lugares nas escolas de enfermagem. A actual média de 800 ou 900 alunos a saírem das escolas não responde às necessidades, talvez nem chegue para compensar o número de aposentações. Esta situação tem que ser alterada e no ano passado o Ministério da Saúde comprometeu-se a aumentar o número de vagas para 1200, o que não chega ainda.

Da resolução deste problema dependem várias outras medidas. Com que enfermeiros é que se pode, por exemplo, fazer o tão necessário alargamento do horário de funcionamento dos centros de saúde? O agravamento das já muito pesadas cargas horárias põe, sem dúvida, em causa a qualidade dos cuidados.

**Há passos dados para a resolução dos problemas?**

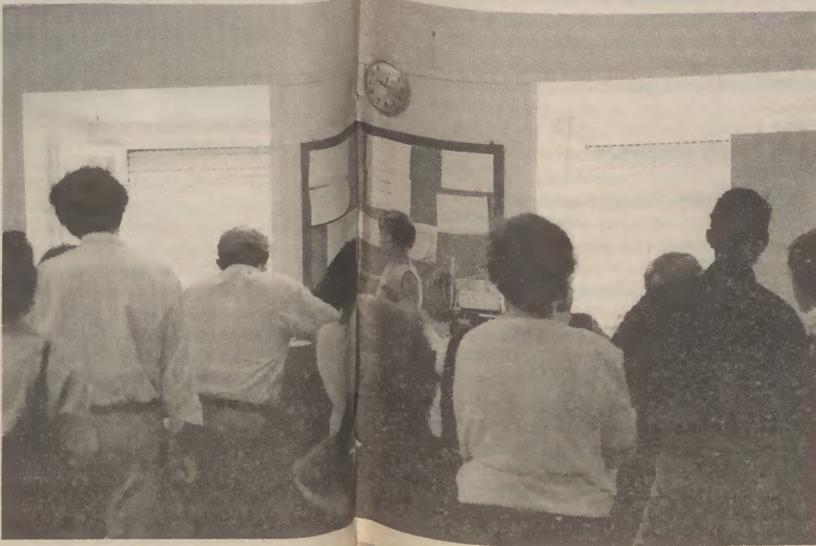
Há um conjunto de compromissos por parte do Governo, fruto de um caderno reivindicativo que apresentámos em 1997, depois de discutido com os enfermeiros, e onde figuravam questões como a carreira de enfermagem, a admissão de mais enfermei-

Por agravadas más razões, os problemas da Saúde tiveram nas últimas semanas grande destaque na comunicação social. No quadro da preparação do seu primeiro congresso, marcado para o primeiro fim-de-semana de Março, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses está a promover a discussão sobre as reformas da saúde e a intervenção dos profissionais de Enfermagem. Natália Filipe, dirigente do SEP, falou ao «Avante!» sobre a forma como os problemas, as propostas e as mudanças são vistas por parte dos representantes daquele importante grupo de trabalhadores da Saúde, salientando que «seja com este Governo, seja com os anteriores, nunca nada nos foi dado de mão beijada».

ros, a contagem do tempo de serviço aos que trabalham com vínculos precários (uma batalha que não está ainda ganha), a exclusividade. Foi recentemente publicada a carreira e aguardamos que o Governo cumpra agora o que assumiu em relação às outras matérias.

A carência de enfermeiros é agravada pelas formas de contratação, e mais uma vez vemos aqui contradições da parte do Governo. Em 1996, foram aprovadas medidas para regularização dos vínculos precários na Administração Pública, mas que vão adiar a resolução do problema, em vez de o resolver. Em relação aos enfermeiros, a verdade é que as instituições continuam a precisar de mais pessoal e admitem como antes - a recibos verdes - ou por uma nova forma que só permite resolver provisoriamente um problema que é estrutural, uma vez que estes contratos têm um período máximo de prorrogação.

Houve agora, a duas semanas do final de Dezembro, o descongelamento de duas mil vagas para enfermeiros, e só esperamos que elas não sejam desperdiçadas, porque o



# do Governo dos enfermeiros

Governo esteve praticamente um ano sem decidir publicar o despacho.

Há quem pretenda justificar os atrasos e hesitações como consequência do esforço de diálogo para ultrapassar contradições. É assim no que toca aos enfermeiros e à Saúde?

Por parte deste Ministério tem havido mais diálogo, já não é o diálogo de surdos dos tempos de Cavaco e do PSD. Há alguns compromissos que esperamos ver cumpridos.

Mas notamos muitas contradições e um recuo global, geralmente visto como cedência aos lobbies de interesses económicos existentes na área da Saúde. É questionável o motivo por que o bastonário da Ordem dos Médicos, para além de se querer imiscuir em questões do foro sindical, apresenta como

grande prioridade a revisão do regime das convenções.

O sindicato está satisfeito com as respostas dadas pelo Ministério aos problemas e aspirações dos enfermeiros?

As respostas que acabámos por obter do Ministério a algumas reivindicações e propostas pecaram por ser tardias, para além dos aspectos que marcam a sua implementação.

Para os enfermeiros, uma coisa é muito clara: seja com este Governo, seja com os anteriores, nunca nada nos foi dado de mão beijada. Em 1996, o Governo tomou posse, apresentámos o nosso caderno reivindicativo e, em Novembro de 1997, tivemos que recorrer a uma greve com 75 por cento de adesões, para começarmos a negociar. Há mais diálogo, mais compromissos... mas só a greve é



que pôs termo àquelas reuniões que não atavam nem desatavam. E o que se conseguiu em Março teve ainda o suporte de mais duas ameaças de greve.

Publicada a carreira em Dezembro, temos agora que resolver a contagem do tempo de serviço para os enfermeiros que estiveram ou estão a trabalhar com vínculos precários.

Queremos ainda ver cumpridos, o mais rapidamente possível, os compromissos do Ministério quando à pensosidade e risco, ao ensino da Enfermagem (quatro anos e com grau de licenciatura)... Em Março, no nosso congresso, faremos uma apreciação mais global de todas estas questões e das grandes linhas de actuação do sindicato.

# Multidisciplinar Palavrão-chave para a Saúde

«Avante!»: O facto de não se falar tanto agora nos enfermeiros quer dizer que os seus problemas estão atenuados ou resolvidos?

**Natália Filipe:** Fala-se agora menos nos enfermeiros do que já se falou noutras ocasiões, mas talvez seja só por a comunicação social dar toda a atenção aos médicos e à greve do SIM. O sector da enfermagem continua com muitos problemas, da Saúde, em si, e da situação profissional dos enfermeiros.

**Como viu o sindicato a greve «self-service»?**

As razões da greve do SIM vão para além dos interesses socioprofissionais, há motivações políticas da direita e motivações económicas de algum sector privado, nomeadamente nos convencionados e nas multinacionais dos medicamentos. O SEP declarou, em devido tempo, não é a greve que está em causa, mas sim a argumentação utilizada para justificar as reivindicações, pondo em causa o valor do trabalho de outros profissionais, nomeadamente os enfermeiros. Em vez de procurar valorizar o trabalho do médico na sociedade, as suas habilitações, a sua qualificação e formação, o SIM preferiu protestar por outros ganharem tanto ou mais. Na nossa perspectiva, é um argumento falso, que não levou em conta, por exemplo, as dinâmicas de carreira, ao comparar vencimentos de médicos no início de carreira com vencimentos de enfermeiros no topo da carreira.

Quanto às consequências de uma greve deste tipo, preocupamo-nos o facto de, em certo ponto, poder pôr em causa os direitos dos utentes aos cuidados de saúde. Pode também pôr em causa

o próprio direito à greve. Mas não é só a esta greve que se devem os problemas que vemos na Saúde.

O sistema de Saúde deve ser reajustado, de modo a cumprir o seu objectivo, que é dar resposta às necessidades das populações. É preciso encontrar formas de funcionamento eficazes. E, se é certo que o utente tem que estar no centro do sistema, também é verdade que o utente tem que estar envolvido na organização do sistema, tem que ser uma componente da discussão sobre a Saúde.

A população portuguesa tem um grande número de idosos, mais de um milhão de pessoas têm mais de 65 anos. Isto exige mais cuidados e cuidados cada vez mais globais, enquanto aumenta a incidência de doenças crónicas, e tudo isto torna os tratamentos muito mais caros.

Repare-se que nas crianças e nos jovens portugueses, a doença que mais incide é a cárie dentária; este é um problema, como em geral na Saúde, que não pode ser visto apenas pelo lado do médico, «trata-se a cárie». Tem que haver outras intervenções, averiguando por que existe a cárie, que fazer para a prevenção da doença e a promoção da saúde.

Os acidentes, quer rodoviários quer domésticos, são das maiores causas de mortalidade e invalidez, tanto em crianças como em jovens. A alteração de hábitos alimentares também exige mais cuidados de saúde. Há depois as doenças como a sida, a tuberculose, as hepatites...

**E que defende o SEP neste contexto?**

Para nós tudo isto quer dizer que a grande aposta deste Ministério da Saúde e do Governo, quando falam de reformas, terá que ser nos cuidados de saúde primários. É aí que se trabalha para promover a saúde e educar para a saúde. Para tratar, que é o mais caro e incide em situações agudas e de doenças, existem os hospitais, a que os governos têm dado mais atenção, deixando sempre os centros de saúde como os parentes pobres do sistema.

Há a tendência para um maior número de cuidados domiciliários, porque tudo se inclina para que as pessoas permaneçam o menos possível nos hospitais, e uma forte intervenção comunitária. É preciso garantir os cuidados e também a continuidade dos cuidados, depois de dada a alta ao doente.

**Que implicações trazem essas mudanças para a organização da Saúde?**

Não temos dúvidas de que, para isto resultar bem, tem que haver uma grande componente multidisciplinar - médicos, enfermeiros, psicólogos, ajudantes, administrativos... - e uma boa articulação entre todas as entidades presentes no terreno, incluindo algumas que, por vezes, só indirectamente têm a ver com a qualidade dos cuidados de saúde (para chegar a um doente numa aldeia isolada são necessárias boas vias de comunicação, por exemplo).

Para desburocratizar o acesso dos utentes é necessário desenvolver os sistemas de informação e a ligação entre hospi-

tais e centros de saúde. O doente não pode ser sujeito à obrigação de perder um dia de trabalho só para conseguir, no Centro de Saúde, marcar uma consulta. Isto tem que ser possível de forma mais fácil, por telefone, por fax...

**Mas esta visão da Saúde, dos seus problemas e dos objectivos do sistema público não é consensual?**

Aparentemente, é. Mas há contradições, e muitas. Não temos dúvidas de que é difícil mudar, há fortes resistências e não se pode alterar eficazmente só por imposição. Há grupos de trabalho a funcionar no âmbito do Ministério da Saúde para a operacionalização das medidas. Mas é igualmente necessário aplicar medidas estruturantes e obrigatórias por força de lei. E há, quanto a nós, coisas que não podem ser contraditórias: diz o Governo que os cuidados de saúde primários merecem um forte investimento, mas as medidas que são tomadas contradizem essa intenção. Nos documentos de que temos conhecimento, a perspectiva é concentrar os cuidados de saúde no tratar.

**Em que se nota essa tendência?**

Nas alterações às formas de remuneração, por exemplo. Não pomos em causa que os profissionais estejam mal remunerados e precisem de que sejam criados incentivos. Mas discordamos em absoluto, primeiro, com os incentivos em função da produção individual e, segundo, com medidas como o regime remuneratório experimental, que concentra os cuidados de saúde nos médicos, avalia os resultados em função dos médicos e põe toda a equipa a funcionar em função daquilo que os médicos determinem e planifiquem para o desenvolvimento do trabalho.

A nível da organização do sistema, desenvolvem-se projectos legislativos que centralizam a gestão numa única pessoa, em vez de envolver numa gestão global todas as pessoas que fazem parte da oferta de cuidados de saúde às populações.

Compreendemos que o cidadão queira o médico para lhe dar consulta, mas temos dúvida de que se incentive o tratar, e que não se definam medidas de desenvolvimento da promoção e da educação, e que se centralize a gestão nos médicos.

Para além dos centros de saúde, há também um projecto de implementação de quatro CRI (Centros de Responsabilidade Integrados), que tem na base uma medida potencialmente eficaz - a descentralização da gestão, aproximando-a daqueles que são os prestadores dos cuidados. Temos é muitas dúvidas que um CRI seja gerido apenas por uma pessoa, que vá avaliar e qualificar outros que não sejam da sua área profissional. A qualidade é difícil de quantificar e avaliar objectivamente e não depende só de uma pessoa. A qualidade de um serviço de cirurgia não depende apenas dos cirurgiões e do número de intervenções que fazem por mês ou por semana. A haver incentivos, terão que ser dirigidos a serviços e a equipas.

Defendemos órgãos colegiais, com gestão participada, onde estejam envolvidos todos os elementos que organizam, planificam e prestam cuidados.

■ Manoel  
de Lencastre

**Crise brasileira junta-se ao centro da crise mundial**

# A «Torre de Babel» desfez-se em ruínas

A «Torre de Babel» é a telenovela brasileira mais em foco, actualmente, em Portugal. Trata-se de um trabalho mal imaginado, mal escrito, pessimamente adaptado à televisão. As respectivas personagens são inverosímeis. Algumas ultrapassam os limites da credibilidade e tornam-se risíveis. Frequentemente, ganha-se a impressão de que todo o esquema se altera conforme as conveniências do momento.

Os «arquitectos» de «Torre de Babel», manifestamente, perderam o controlo das principais personagens e não sabem para onde conduzi-las. Mas, como é tradicional, o trabalho de alguns participantes nesta tumultuosa aventura trágico-cómica parece-nos de razoável qualidade.

As actrizes que representam as figuras de D. Deolinda e D. Marta merecem elogios.

O mundo da «Torre de Babel» é o mundo impossível e estranho que o Brasil moderno pretende apresentar como autêntico. Na telenovela, quase todos são ricos. Recebem-se milionárias heranças, inesperadamente. A cidade de São Paulo é-nos mostrada como uma vasta metrópole de estilo de vida «à americana». Ninguém trabalha. O valor do dinheiro não existe, praticamente. A ilusão é total e constante. O consumo de bens é tido como automático, garantido, abundante, irrecusável. Foi neste clima de prestidigitação e fantasia que o Dr. Fernando Henrique Cardoso, presidente da grande república que é o Brasil, mandou a Londres, após a sua primeira eleição, uma importante delegação de economistas e financeiros, gente da Banca, para explicar à City o novo programa governamental, a nova moda brasileira, o «real», os novos projectos que acabariam com a pobreza e colocariam o Brasil nos primeiros lugares entre os países mais desenvolvidos do mundo. Numã palavra: Cardoso queria dinheiro, dinheiro a que pudesse dar-se o nome categórico de investimentos para poder pôr em marcha o seu novo Brasil, a sua «Torre de Babel».



## O Brasil não resistiu

Delirantes no entusiasmo da tarefa de que haviam sido incumbidos pelo presidente, os delegados à conferência com os grandes nomes da City, exigiam: «Acreditem no Brasil!»

Os banqueiros ingleses manifestaram reservas. Mas, com a passagem do tempo, acabaram por embarcar, também, na grande viagem de aventuras através do país irreal de Cardoso. Esta, aliás, parece que já fora marxista ou coisa parecida. Mas desrobou-se das incómodas vestes que vinham de há tanto tempo já. Esquecera o «hino brasileiro pobre». Deitara fora recordações de Carlos Prestes. Só não cortou o bigode porque, pelos vistos, não o tinha.

A falência do projecto de Cardoso e do seu «real», a falência do Brasil, na verdade, só surpreendeu quem vive distanciado ou não se interessa pelos assuntos candentes de economia internacional. Tinha-se estabelecido que se o Brasil resistisse toda a América latina resistiria e que se esta, afinal, se aguentasse a crise financeira mundial, que é económica, também seria ultrapassada. Mas o Brasil não resistiu. Não podia resistir na atmosfera da falência generalizada e brutal em que passara a existir. E a «Torre de

Babel», que tantas ilusões gerara e, a certa altura, era motivo do orgulho de todos os capitalistas do mundo, soçobrou e ficou em ruínas. A presidência de Cardoso e o feroz sistema de exploração do povo brasileiro por estrangeiros que atraíam a curiosidade da classe média caíram como um castelo de cartas. E agora? Para onde vai aquela que dizem ser a oitava economia mundial?

## O FMI queria receber antes de

Sem perdas de tempo e, uma vez mais, desejando enganar a opinião pública de todos os países, o Fundo Monetário Internacional (FMI) despachou para o país de Graciliano e de Jorge Amado uma importante delegação que pudesse avaliar «no terreno» as razões e as consequências da desvalorização do «real» e da falência do Brasil. Mas não tinham o FMI e o governo dos Estados Unidos anunciado em Novembro o

famoso empréstimo de 41 000 milhões de dólares que encheria os cofres em Brasília e poria em movimento, uma vez mais, a máquina do sistema económico-financeiro brasileiro aguentando o valor do «real»?

A verdade é que o empréstimo que salvaria o Brasil foi engenhado e feito subscrever por diversas organizações financeiras internacionais e por governos estrangeiros. Mas o

dinheiro não foi entregue. E não o foi porque o FMI, simplesmente, também o não tem. Está tão falido como os países que pretende salvar. Não pode ser impunemente que se perdem 102 000 milhões de dólares no curso de desesperadas tentativas

de salvação da Indonésia, da Tailândia, da Coreia do Sul e da Rússia. Os sócios do FMI, como parece natural, hesitam em fazer-lhe entregas de mais dinheiro, mesmo aquele que está prometido. A jangada a que o Brasil de Cardoso se agarraria nunca, realmente, lhe foi atirada. Tudo se resumiu a uma operação de cosmética e de *international public relations* para que o mundo visse se a «Torre de Babel» conseguiria aguentar-se por si própria e sobreviver à terrível sangria das retiradas de capital para o estrangeiro e das ordens febris de imediato desinvestimento accionadas pelos principais centros do imperialismo. A certa altura, a fuga de dinheiro atingiu a soma de 1000 milhões de dólares por dia. O «real», como seria de esperar, «deu o berro».

### Inaceitáveis condições

Quais tinham sido as condições postas pelo FMI, preliminarmente, para que o empréstimo salvador se materializasse e o Brasil, efectivamente, fosse poupado à terrível bancarrota que o espreitava?

1. A privatização de mais bens nacionais ainda sob o controlo de Brasília, no valor de 40 000 milhões de dólares;
2. O aumento geral dos preços dos serviços essenciais ao povo brasileiro – água, luz, rendas de casa, telefones;
3. Redução dos salários dos trabalhadores e de outros benefícios de que ainda gozam;
4. Cortes gerais nas pensões de reforma;
5. Aumento obrigatório das horas de trabalho diário para todos os assalariados;
6. Implementação de medidas no sentido de que o conceito de «emprego estável» fosse feito desaparecer dos horizontes da vida do povo brasileiro.



# O desencadear da crise brasileira

A crise brasileira é, mais uma vez, a crise do capitalismo perante o mundo atônito. É uma crise, como a japonesa, no centro de um cancro geral que atingiu o sistema e que acabará por devorá-lo. A desvalorização do «real» em mais de 20% é o arrear de todas as bandeiras que flutuavam, orgulhosamente, nas fortalezas de Cardoso. Era uma inevitabilidade. Quando o governador do Estado de Minas Gerais decidiu que não reembolsaria a Tesouraria Federal de importantes somas devidas, para evitar consequências sociais profundas, compreendeu-se que o império neoliberal do presidente Cardoso, fundado sob tantas ilusões, começava a tremer. Iria, fragorosamente, desmoronar-se.

Mas não surpreendeu que, na quarta-feira negra que arrastou a pátria de milhões de homens e mulheres sem terra para a valeta de insolvência, o presidente surgisse perante o mundo e declarasse: «O Brasil pagará a todos os seus credores.» A quem, na verdade? À General Motors, à Ford Motor Co., à Fiat, à Volkswagen, às Telefónicas estrangeiras que apareceram como cogumelos em todo o país, aos Bancos? Não é que o governo brasileiro deva dinheiro, directamente, a estas transnacionais. É que não pode permitir que elas sofram perdas e partam. O Brasil, assim, quando chegar o momento adequado, fará como o México, há cinco anos – pagará com o sangue do seu povo os «desequilíbrios» resultantes da desvalorização que possam ter atingido as contas das multinacionais. Certo, as reservas nacionais atingem, ainda, a soma de 36 000 milhões de dólares. Mas os vampiros do capitalismo apossar-se-ão delas com rapidez. Os governadores dos Estados «rebeldes» sabiam que se realizassem os seus pagamentos a Brasília (82,7 mil milhões de dólares) estariam, simplesmente, a criar condições para que a grave crise das finanças federais se prolongasse enquanto os «investidores» estrangeiros esvaziariam os cofres nacionais em três meses, apenas.

Bruce Kasman, economista principal do J. P. Morgan, um dos principais Bancos de investimento americanos, «viu» o fundo do problema ao dizer: «A desvalorização do "real" representa mais um duro golpe na política do FMI e do governo de Washington. Os esforços empreendidos na defesa de taxas de câmbio fixas ou semifixas, como parte de uma estratégia de recuperação, foram em vão. Erraram na Ásia. Erraram na Rússia. Agora, no Brasil, voltaram a praticar os mesmos erros.»

A possibilidade iminente de contágio da situação brasileira a toda a América do Sul foi o que alarmou o governo americano. Como se sabe, entre 15 e 25% das exportações anuais dos Esta-

dos Unidos encontrou naquele vasto mercado o seu destino. Era por isso que se temia que a crise dos países asiáticos emergentes atingisse o Brasil. Se assim acontecesse, afectaria, abertamente, a economia dos Estados Unidos. E agora que aconteceu, ficamos à espera...

Já se ouvem gritos roucos de desespero no Chile, na Venezuela, no Peru. Nesses pequenos países, a falência dos mercados bolsistas arrastou as economias de milhares de cidadãos incautos que acreditaram ser o *Stock market* o motor da economia. Agora, há ruínas por toda a parte. E como irá o Brasil pagar as importações provenientes de toda esta significativa zona económica? Da



Argentina, diremos alguma coisa em trabalho separado. Quanto ao México, esse gigante adormecido, perdeu as ilusões, há muito. Mas continua a sofrer.

## O último tango...

O México tremeu. Em Madrid, os estrategos do Banco de Santander, do Bilbao-Viscaya, da Telefónica, acordaram em pânico na presença inesperada de fantasmas desconhecidos.

«Toda a América Latina está prisioneira da crise do Brasil. Enquanto a situação não for resolvida nenhum investidor se comprometerá a "matar" dinheiro em qualquer país sul-americano, incluindo o México», disse o responsável do Banco Goldman-Sachs nos mercados daquele continente. Quanto ao director do Warburg Dillon Reed, no México, declarou: «Passámos a viver num cenário económico diferente – menos crescimento, juros mais altos, moedas mais fracas.»

Nesta conjuntura, quase todos os Bancos estabelecidos no Brasil, nacionais e estrangeiros,

começaram a despedir pessoal. Um dos mais drásticos foi o Banco de Santander cujos investimentos em toda a América do Sul são consideráveis. O sector industrial, e a indústria automóvel, particularmente, seguiu o mesmo caminho e a Ford despediu 2800 operários da sua fábrica de São Bernardo. A Fiat diminuiu a produção diária de 2300 para 1500 viaturas, o que levou à suspensão de 10 000 dos seus 27 000 trabalhadores. Mas os olhos do mundo agarraram-se à Argentina, cujo «Estado-Maior» de guerra das finanças correu avidamente para Washington, buscando protecção contra as consequências da crise brasileira. Enquanto isso, em Buenos Aires, surgia a voz «corajosa» dos que julgam poder salvar-se num oceano infestado de tubarões: «A paridade entre o peso argentino e o dólar não é uma

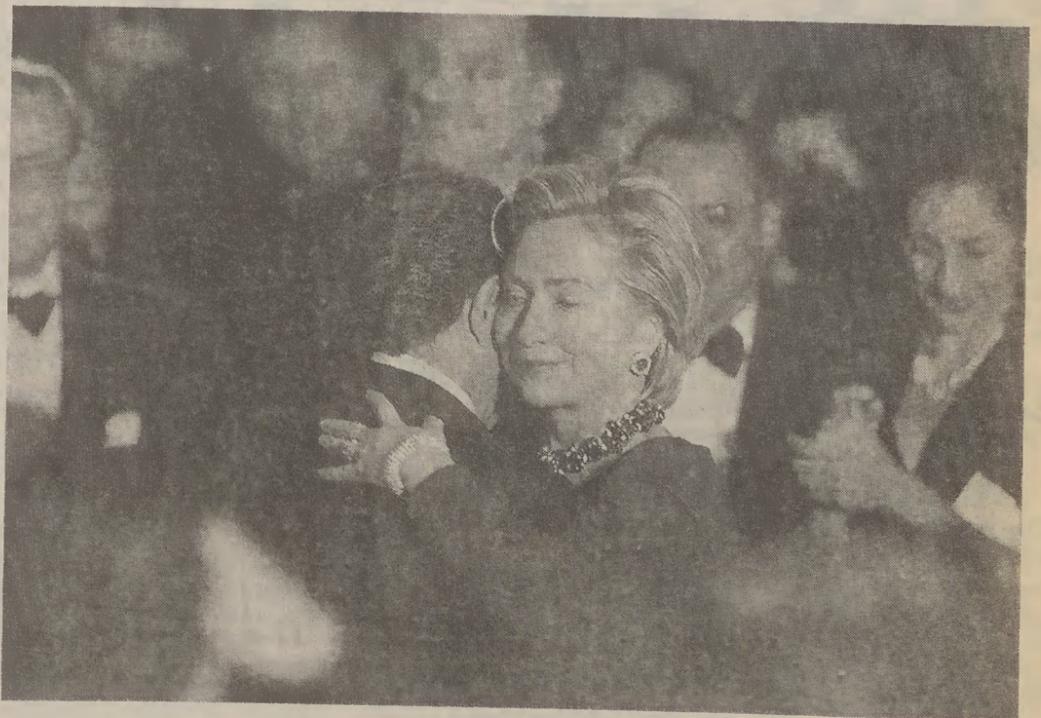
questão de política governamental. É uma exigência do povo. Nada no mundo nos fará alterar esta orientação», disse Rogélio Frigério, secretário para o planeamento económico no governo argentino. Mas a realidade, «amigo» Rogélio, acabará por ditar as suas leis. Não foi sempre assim?

### O mistério da inevitabilidade

Carlos Menem, presidente da Argentina e líder do partido peronista-fascista, agora enamorado pela reconstrução democrática capitalista, já estiveram em Londres. Levara a filha, uma bonita rapariga, para tentar impressionar os lobos que

A economia do país de Rodolfo Chioldi vai a pique. O desemprego atingiu 18% da população activa. Os Bancos não emprestam ao povo. Os Bancos internacionais não emprestam ao país. Como irá Menem arranjar os 8000 milhões de dólares necessários para estabilizar a economia em derrapagem? Teme-se uma profunda crise social no país. O Brasil compra 1/3 das exportações argentinas. Mas o Brasil, agora, não pode pagar. Buenos Aires vive sob o terror das próximas eleições. As cruéis críticas de Menem a Fidel Castro não lhe resolvem os problemas criados pelo desemprego e pelo alastrar da corrupção em toda a Argentina.

Não é difícil descobrir na cena do tango em Washington, a terrível mensa-



dão pelo nome de banqueiros da City. Agora, de repente, surgiu em Washington onde o momento principal da sua visita foi o célebre tango dançado com Hillary Clinton, cara-a-cara em plena Casa Branca, na segunda-feira fatal quando a desvalorização brasileira se presentia. A mensagem de Menem é simples – dinheiro, para já, ou promessas dele para mais tarde, desde que se consiga aguentar o peso.

gem do descabro que ameaça a Casa Rosada e a Casa Branca. É o desmoronar anunciado da Argentina capitalista, o fim do seu excêntrico e inadequado presidente – mas em simultâneo com o drama de Washington onde a primeira família nacional está a viver dias e noites de agitação intensa e de um medo profundo daquilo que dará o dia de amanhã. O terrível mistério da inevitabilidade tomou conta dos acontecimentos...

## emprestar!

Perante esta situação notou-se a resistência de forças políticas e sociais em todo o Brasil. No Congresso, a passagem de certas leis, que o presidente Cardoso tinha como essenciais para agradar ao FMI, revelou-se impossível.

Um conhecido professor da Universidade de São Paulo, disse: «Pôr em prática estas exigências do FMI significa pagar o empréstimo ainda antes de o termos recebido. O Brasil está a ser chamado a pagar as "dívidas de jogo" do seu governo dado que não é mais possível manter a taxa de conversão do "real".»

Na verdade, para que nem todos os especuladores fugissem com o seu «investimento» o Brasil estava e está a pagar juros de 40% sobre o capital que ameaça constante e perfidamente voar com os respectivos lucros, juros, encargos e «fees», de São Paulo para Miami. O célebre empréstimo de 41 000 milhões de dólares garantido pelo FMI, se tivesse sido pago, cobriria apenas um ano de juros devidos aos especuladores. E, assim, a realidade mostrou-se, para quem quis observá-la em todos os seus contornos.

O problema do Brasil, apesar dos subterfúgios utilizados pelos milhares de lacaios que servem, dedicadamente, o imperialismo, reside na indescritível desigualdade em que se vive no país.

E a solução, como parece evidente, reside na necessidade de pôr cobro a essa desigualdade e na produção de medidas patrióticas, de valor nacional, que dêem lugar à redistribuição da riqueza possuída pelos coronéis latifundiários e pelos marqueses da alta finança a favor de todos aqueles que, em última análise, a criaram. Por isso, há quem pergunte, tentando fugir ao círculo de ferro do capitalismo é às ridículas ilusões disseminadas pelos negalómanos da «Torre de Babel»: «Por que não há-de o Brasil aprender a salvar-se a si próprio?»

## PONTOS CARDEAIS

### Nomes novos a coisas velhas

Mais uma vez ocorreu, nesta legislatura da Assembleia da República, a rara situação de confluência dos votos de todos os partidos de oposição para contrariar os planos do Governo apoiados pelo grupo parlamentar do seu partido. Agora o caso tinha a ver com o financiamento dos partidos pelas empresas. Apesar dos seus inflamados discursos sobre «transparência», o Governo e o PS queriam que tudo continuasse na mesma, ou seja, que as empresas privadas continuassem tranquilamente a financiar os partidos da sua «simpatia», nomeadamente em campanhas eleitorais. PCP, PSD, PP e Verdes opuseram-se em conjunto e o resultado foi o que se sabe: pelo menos essa «mama» mais que suspeita foi à vida, proibindo-se, a partir de agora e com força de lei aprovada pelos votos conjuntos dos partidos de oposição parlamentar, que os partidos aceitem e as

empresas ofereçam financiamentos particulares. Perante isto, na bancada do PS e nas fileiras do Governo chefiado por António Guterres acudiu, irreprimível, a «acusação» de que tinha funcionado de novo a «coligação negativa». Trata-se, sem tirar nem pôr, das famosas «forças de bloqueio» que Cavaco Silva descobria sempre que as suas decisões ou pretensões eram derrotadas pelo voto maioritário democraticamente exercido. Nessa altura e nesses tempos, o PS e o seu grupo parlamentar afadigaram-se o mais que puderam na desmontagem desta visão autoritária e antidemocrática do exercício do poder, mimoseando, inclusivamente, o PSD, o seu governo e o próprio Cavaco Silva com todo o arsenal de vitupérios que conseguiam encontrar nas enciclopédias, dicionários e manuais de retórica. Agora, sobre esta matéria, pensam e fazem rigorosamente o mesmo que Cavaco e os seus émulo

praticavam, acrescentando a esperteza salaio de dar outro nome à coisa...

### A espera do ditador

O ditador chileno Augusto Pinochet está, como se sabe, detido na Grã-Bretanha à espera que os Lordes britânicos decidam se ele goza, ou não, de imunidade diplomática, o que será decisivo para a sua vida imediata: se sim, regressará mais uma vez impune ao Chile, se não, será sujeito, pelo menos, à humilhação de ser extraditado para Espanha e lá ser julgado por crimes contra a Humanidade. Todavia a repugnante criatura, apesar do incontornável aperto em que se encontra, está longe de sofrer na pele qualquer agrura: está instalado numa luxuosa e reservadíssima mansão nos arredores de Londres, alugada à razão de 2800 contos por mês. Mas esta pequena fortuna dispendida mensalmente não passa de uma gota de água no que se está a gastar para

defender o criminoso: a bateria de advogados escolhidos entre a nata do foro internacional já engoliu, em pouco mais de dois meses, não se sabe quantos milhões de dólares para conduzir o processo da sua defesa. Donde está a vir este rio de dinheiro para defender o ditador? Nem mais nem menos que do orçamento das Forças Armadas chilenas - o que é o mesmo que dizer do bolso dos contribuintes chilenos -, segundo a arrogante confissão da própria hierarquia militar chilena, apesar de tal ser flagrantemente ilegal e criminalmente imputável, segundo as próprias leis do regime. E queriam os sicários de Pinochet convencer a opinião pública inglesa e internacional de que o ditador deveria ser libertado, sob a «garantia» de que seria «julgado» no seu próprio país...

### Belmiro e a Espanha

Segundo o *Expresso*, o empresário português Belmiro de Azevedo só está à espera que, em Fevereiro próximo, entre em vigor a directiva comunitária que liberalizará completamente o mercado europeu da electricidade, para abandonar os fornecimentos da EDP e se mudar, de armas e bagagens, para o fornecedor espanhol de energia eléctrica Iberdrola. O acordo de transferência de energia de Espanha para Portugal envolverá o pagamento de uma «portagem de entrada», mas mesmo assim e segundo as contas de Belmiro de Azevedo, permitirá reduzir a factura da electricidade. Confrontado com o facto de a EDP ser parceiro estratégico da «sua» Sonae na rede celular Optimus, o empresário passou imediatamente ao ataque e acusou a sua parceira de se ter acomodado ao «fofo» do monopólio no sector eléctrico e de apenas recentemente se ter virado para os clientes. É assim mesmo. E aqui está, de corpo inteiro, o retrato do capitalismo selvagem cavalgado por empresários como Belmiro de Azevedo: para arrecadar mais, vale tudo - incluindo «apunhalar» os sócios à primeira oportunidade.

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

### O João dorme

I  
O João dorme. Conforta o coração.

Dorme, dorme, João.

Fico-me à porta a olhá-lo.

Por cima da casa passa um cavalo (estranho clima!) tão longe as asas do pó do chão.

E com o João em cima.

II  
O João dorme. Nem parece respirar. Do alto vem um astro para mo levar.

Um astro informe de perfil medonho.

O João dorme.

Ou será tudo um sonho?

III  
O João dorme. Segredos? Recados? Tamanhos guardados rebanhos os medos do pobre pastor?

Tão sós os brinquedos pelo corredor.

IV  
O João dorme. Revejo o antigo desejo ameaçado pelos escumbros de ter um dia este João aos ombros na alegria da tarde que arde sob as paixões velhas das horas vermelhas.

Perdida a boa esperança mas renascida agora. Voa aos astros rente. Sossegadamente. Habitam os medos outra esfera.

Ficaram os brinquedos cá em baixo, à espera.

V  
O João dorme. A reunião na empresa é amanhã. E tudo aponta para a falência. Até na Imprensa se conta que é um dado adquirido.

Não está convencido o Sindicato. Apela à união sobre o fio da faca fria e fina.

Dorme, João.

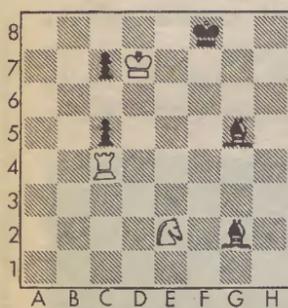
- Anda deitar-te, vá - diz a Cristina.

## XADREZ

DCXCI - 21 DE JANEIRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999X02

Por: Aleksander Gherbstman  
3.º Prémio «64» - 1931

Pr.: [5]: Ps.c5, c7-Bs.g2, g5-Rf8  
Br.: [3]: Cc2-Tc4-Rd7



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1999X02 [A.G.]

1. Cf4!, Bf1!; 2. Cc6+, Rg8!; 3. Tg4, Bh3; 4. Th1, Ba5; 5. Tal e g. [4. Tg5+?, Rf7; 5. Te5, Rf6=]

A. de M. M.

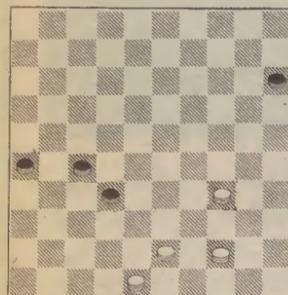
## DAMAS

DCXCI - 21 DE JANEIRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999D02

Por: Nicolai Mitsjanski  
[URSS] - «Trouw», 22.XII.1973

Pr.: [4]: 15-26-27-32

Br.: [4]: 34-43-44-(48)



Branças jogam e ganham

\*\*\*

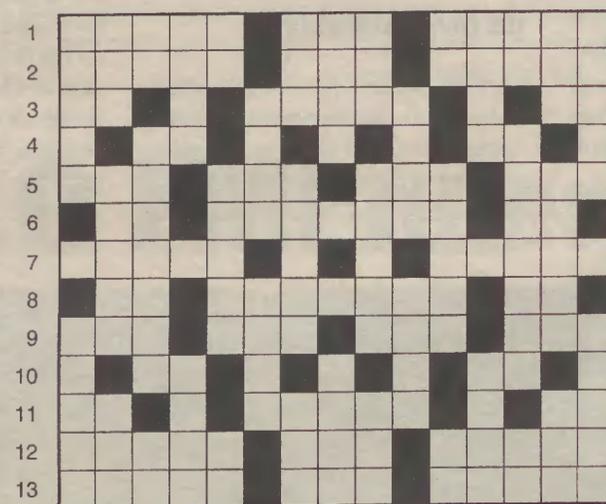
SOLUÇÃO DO N.º 1999D02 [N.M.]

1. 44-39!; 2. 43-38, (32x43); 3. 48-37!!; 4. 39x37!!+  
1. ...; 2. 39-33, (27-31); 3. 33-28, (32x23); 4. 34-29, (23x34); 5. 43-39, (34x43); 6. 48x36+ 2. ...; (20-25); 3. 33-28, (-); 4. 34-30, (-); 5. 43-39, (-); (-); 6. 48x36+

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Vegetação, constituída especialmente por fungos, que se desenvolve na matéria orgânica em decomposição; interj. outra vez; porção minúscula e globosa de um líquido (pl.). 2 - Mesquinho; altar cristão; respeita. 3 - Espécie de pão doce; insecto ortóptero, saltão, da fam. dos grilídeos, cujo macho produz com as asas um som característico; entra na formação de várias palavras, designando intensidade, separação, oposição, etc. 4 - Alumínio (s.q.); também (arc.). 5 - O sono das crianças (pl.); mulher que cria uma criança alheia; nome de letra; principal rio da Suíça. 6 - Uma vogal (pl.); emendar; consoantes de lufa. 7 - O m.g. fio-de-prumo; retoma. 8 - Amerício (s.l.); parte lenhosa, compacta e dura, das plantas; oferece. 9 - Apelido de poeta português; cinge com nó; àqueles; membro do corpo de um animal, que serve para o voo. 10 - Modo (fig.); a carta mais alta do baralho. 11 - Existe; perigo; pedra de moinho. 12 - Temperatura elevada do ar; gemo (pop.); tratar. 13 - Amacia; lavra; elevava.

VERTICAIS: 1 - O m.q. baílio; palmeira indiana que produz frutos e folhas comestíveis, também conhecida por arequeira. 2 - Origem (fig.); ter tonturas de cabeça; ilha do arquipélago de Cabo Verde. 3 - Nota musical; tomava responsabilidade sobre; tratamento respeitoso que se usa, na China para certas pessoas. 4 - Verbal; curso natural de água (pl.). 5 - Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; fragrância; Rádio (s.q.). 6 - Designação genérica de certos produtos de exsudação das plantas, de aspecto viscoso e transparente; amarrar. 7 - Botequim; provida de asas; íntima. 8 - Membrana ocular colorida; empunhar. 9 - Tempero; conjunto de partículas granulosas de natureza mineral; filtra. 10 - Aversão (pop.); purpúreo. 11 - Gálio (s.q.); penhor; Cálcio (s.q.). 12 - Material terroso, pulverulento, de cor amarela, avermelhada ou acastanhada, usado como pigmento; feruleo. 13 - Basta; apouquentada (fig.); divindade solar dos antigos egípcios. 14 - Fruto da ateira, pequena vesícula superficial, seguida de ulceração, que aparece sobretudo na mucosa da boca (pl.); grande extensão de água salgada. 15 - Ter conhecimento; fruto silvestre.

SOLUÇÃO  
HORIZONTAIS: 1 - Bolor; bis; goias; 2 - Avaro; ara; acata; 3 - Ló; grilo; ab. 4 - Al; er; 5 - Ods; amar; agá; 6 - Us; rasurar; 7 - F; 8 - Prumo; reata; 8 - Am; maderat; da; 9 - Art; at; aot; asa; 10 - Ar; as; 11 - Es; riscor; mo; 12 - Calor; mio; curar; 13 - Alha; ara; alara.  
VERTICAIS: 1 - Balho; areca; 2 - Ovo; ovar; 3 - La; assumia; 4 - O; 5 - Ró; aroma; Ra; 6 - Goma; atar; 7 - Bar; asada; ima; 8 - Hts; ast; 9 - Sal; areia; coa; 10 - Osga; roxo; 11 - Ga; arras; Ca; 12 - Ocre; azul; 13 - Ta; raladas; Ra. 14 - Ata; atias; mar; 15 - Saber; amora.

## AGENDA



## um Partido mais forte para intervir melhor

4ª assembleia da organização regional de Lisboa - Partido Comunista Português  
30 janeiro '99 - sala tejo - pavilhão multiusos - Lisboa

### Distrito de Lisboa

## Reuniões preparatórias da IV Assembleia da ORL

30 Janeiro 1999

#### 21 Janeiro - 5.ª Feira

- Reunião de Bancários Reformados no CT Vitória, às 14h30
- Plenário da Célula dos dirigentes do Sindicato da F. Pública no CT Vitória, às 16h30
- Plenário do Sector de Seguros, no CT Vitória, às 18h
- Plenário de Militantes da Carris com a participação do camarada José Casanova no CT Vitória, às 18h
- Reunião de militantes das Células do Sector de Transportes Aéreos com a participação do camarada Domingos Abrantes membro da Comissão Política do Comité Central, às 18h
- Assembleia Plenária do Sector de Empresas da Amadora no CT da Amadora, às 18h
- Plenário de Militantes da EDP no CT da Av. Duque de Loulé, às 18h
- Plenário do Sector da Cultura Literária, no CT Vitória, às 18h30
- Plenário Militantes S. Sindical (dirigentes), no CT Vitória, às 18h30
- Assembleia Plenária do Sector de Serviços de Lisboa, no CT da Duque de Loulé, às 19h30
- Plenário Militantes Célula C.M. Lisboa no CT Vitória, às 19h
- Plenário Militantes Freguesia N.ª Sr.ª Fátima no CT da S. P. Gomes, às 21h
- Plenário Militantes Freguesia do Lumiar, no CT do Lumiar, às 21h
- Plenário Militantes Freguesia de S. João da Talha no CT, às 21h
- Plenário Militantes Freguesia de Unhos, no Pav. Paz e Amizade, às 21h
- Plenário Militantes Freguesia de St.ª Antão do Tojal no Salão da J. Freguesia, às 21h

#### 12 Janeiro - 6.ª Feira

- Plenário de Militantes de Azambuja no CT da Azambuja, às 21h
- Plenário de Militantes da Freguesia de Monte Abraão, na Escola Primária de Monte Abraão, às 21h
- Plenário de militantes da Freguesia de Bucelas no Salão da J. Freguesia, às 21h
- Plenário de militantes da Freguesia do Prior Velho na Associação de Reformados, às 21h
- Assembleia plenária da célula dos CTT, no CT da Av. Duque de Loulé, às 18h
- Plenário de militantes da Freguesia de Apelação, no Centro de Trabalho, às 21h
- Plenário de militantes da Freguesia St.ª Iria Azóia, no Centro de Trabalho, às 21h
- Plenário de Militantes de Sobral de Monte Agraço, no Centro de Trabalho, às 21h30, com Adelaide Alves e António Bogalho
- Plenário de Militantes de Algueirão / Mem Martins no CT do Algueirão, às 21h30, com a participação do camarada Custódio Luz, membro da DORL do PCP
- Plenário de Militantes da Freguesia do Cacém no CT do Cacém, com Carlos Grilo do CC do PCP, às 21h30
- Plenário da Freguesia de Casal de Cambra na Av. Bulgária, Vivenda Carocinho em Casal de Cambra, às 21h30

#### 13 Janeiro - Sábado

- Reunião de militantes da Freguesia de Barcarena, antecedida de Almoço, com a participação de José Fidalgo, membro da DORL do PCP, no CT de Tercena a partir das 13h
- Plenário de militantes do Sector de Empresas de Oeiras, no CT de Algés, às 14h30
- Plenário de militantes da Freguesia de Carnide no Salão da Junta de Freguesia de Carnide, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Benfica no CT de Benfica, às 15h
- 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Ajuda (+ plenário electivo) no CT da Ajuda, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Campolide, na Junta de Freguesia, às 15h

- Plenário de militantes da Freguesia de S. Francisco Xavier no CT de Santos, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Lapa no CT de Santos, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Santos-o-Velho, no CT de Santos, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de St.ª Isabel no CT Pedro Soares, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de St.ª Maria Belém, no CT de Alcântara, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de St.ª Condestável, no S F Verdi, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de S. Mamede, na Junta de Freguesia de Campolide, às 15h
- Plenário de Militantes da Freguesia de Queluz no CT de Queluz (+ plenário electivo), às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Belas no Salão Polivalente da Junta de Freguesia - junto à URPIB, às 15h
- Plenário Militantes Freguesia da Charneca, no CT do Lumiar
- 5.ª Assembleia da Organização das Freguesias de S. João e Alto do Pina, na J. Freguesia de S. João, às 15h, com a participação de Martinho Batista, membro do Comité Central do PCP
- Plenário de Militantes da Freguesia do Beato, na Junta de Freguesia do Beato, às 15h
- Assembleia da Organização e Electiva da Freguesia da Reboleira, na Comissão de Moradores no Largo das Crianças, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia da Póvoa de Sta. Iria no CT, às 16h, seguido de lanche-convívio, com a participação de Alexandre Teixeira
- Plenário de militantes da Freguesia de V. Franca de Xira, no CT, às 16h, com a participação de Armindo Miranda
- Plenário de militantes da Freguesia de Alhandra, no CT, às 15h, com a participação de Octávio Augusto
- Assembleia da Organização e Electiva da Freguesia da Damaia no CT da Damaia, às 15h
- Assembleia Electiva da Freguesia da Venda Nova, no CT da Damaia, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Camarate, no Centro de Trabalho, às 15h
- Plenário Militantes Freguesias Graça, S. Vicente e Célula Voz Operário, no CT da Graça, com Joaquim Dias, às 16h
- Plenário de militantes da Freguesia de Cascais, no CT de Cascais, às 15h30
- Plenário de militantes do Sector de Empresas de Cascais, no CT de Tires, às 17h
- Plenário de militantes da Freguesia de Carcavelos, no CT, às 15h
- Plenário de militantes da Freguesia de Lousa, na Adega do Nuno, às 21h
- Plenário de militantes da Freguesia de Almargem do Bispo na casa do camarada Miguel Rodrigues em Almornos, às 21h30

#### 24 Janeiro - Domingo

- Assembleia da Organização e Electiva da Freguesia de S. Brás, no CT da Amadora, às 15h
- Assembleia Electiva do Organismo para o Trabalho com a Juventude, no CT da Amadora, às 15h
- Assembleia Electiva das Freguesias da Buraca e Alfragide, no CT da Buraca, às 15h

#### 15 Janeiro - 2.ª Feira

- Plenário de Militantes da Célula dos Trabalhadores Municipais no Refeitório da Câmara, às 17h45
- Plenário de militantes das Freguesias de Moscavide e Portela, na Associação de Reformados, às 21h

#### NOTA:

Todas estas reuniões elegerão delegados das organizações respectivas à IV Assembleia.

## 5.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal

20 Fevereiro 1999 - Reuniões preparatórias

- Assembleia plenária da célula dos trabalhadores da CM Setúbal - hoje, dia 21, às 16h30, no Refeitório dos Serviços Sociais (Fogueteiro), com a participação de Jorge Pires
- Assembleias de organizações de Almada: da freguesia da Caparica - Sábado, 23, às 15h, no CT de Monte da Caparica; da célula do Arsenal do Alfeite - Quarta-feira, 27, às 18h, no CT concelhio de Almada
- Assembleia plenária de organizações de Alcochete: do Centro da Vila - Sexta-feira, 22, às 20h30, no CT de Alcochete; de São Francisco - Sábado, 23, às 20h30, na Junta de Freguesia
- Assembleia plenária de organizações da Moita: da Organização Sul-A/Vila da Moita e Brejos - no CT da Moita, Sábado às 16h; da Organização Sul-B/Vila da Moita e Carvalhinho - no CT da Moita, Domingo às 16h; da Organizações Têxteis e Santa Casa da Misericórdia - no CT de Alhos Vedros, Quarta-feira, 27, às 17h30

## 3.ª Assembleia do Sector Sindical da OR de Setúbal

Sábado, 23, a partir das 14h30 - no Salão dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo com a participação de Jerónimo de Sousa

## Forum

promovido pela Organização das Mulheres Comunistas

### A situação das mulheres no limiar do séc. XXI

- A mulher no mundo do trabalho
- A participação das mulheres: direitos políticos e sociais
- As mentalidades

Forum Picoas, Sábado, 23, das 10 às 18h  
com a participação de CARLOS CARVALHAS,  
que intervirá no final do debate

## Assembleia constituinte da Organização Concelhia de Odivelas

Sábado, 23, às 14h30, na Biblioteca D. Dinis  
com a participação de Luís Sá

## JCP Algarve

Encontro Regional sob o lema  
*O futuro conquista-se à esquerda*  
Sábado, 23, a partir das 15h,  
no CT do PCP de Faro

## JCP Vila Franca de Xira

Reunião concelhia de militantes  
Sábado, 23, às 15h30, no CT do PCP de Alhandra



## Vila Franca de Xira

Sexta-feira, 22,  
às 21h, no  
Auditório  
Municipal Scala,  
em Alverca

## Reunião concelhia de quadros

com a participação  
de António Andrez

\*

## Sintra

Hoje, 21, às  
21h30, no CT do  
PCP do Cacém  
Reunião  
concelhia com  
camaradas  
do Movimento  
Associativo

## CDU Entonamento

Plenário de eleitos e activistas residentes  
no Entonamento  
Sexta-feira, dia 22 às 21h no CT do PCP

## CDU Vale de Santarém

Jantar-convívio - Balanço de um ano de  
mandato  
Sábado, dia 23 às 19h30 no Refeitório da  
EZN

## CDU Sintra

Reunião de eleitos nas Freguesias, Câmara  
e Assembleia Municipal  
Quinta-feira, dia 28 às 21h30  
no CT do PCP do Cacém

## CDU Azambuja

Plenário de eleitos da CDU no Concelho  
Sexta-feira, dia 29 às 21h no Salão da JF  
de Vila Nova de S. Pedro

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

HOJE, Quinta-feira,  
21 de Janeiro

## O poder dos media, o poder nos media

- debate com a participação de  
Fernando Correia, Mário  
Mesquita, Miguel Portas,  
Paquete de Oliveira,  
Ruben de Carvalho, Vítor Dias  
Lisboa, Auditório da Radiodifusão  
Portuguesa (Av. Duarte Pacheco, 6)  
- 21h

## Sábado, 23 de Janeiro Que Ensino Superior para o Alentejo?

- debate com a participação de  
Adérito Serrão, Carreira  
Marques, Cláudio Torres,  
Edgar Correia, Rosa Fernandes,  
Rui Namorado Rosa  
Beja, Auditório da Biblioteca  
Municipal José Saramago - 15h

## Terça-feira, 26 de Janeiro Advogados e Advogacia - presente e futuro

- debate com a participação de  
Alfredo Gaspar, Fernando  
Fontinha, João Correia,  
José Manuel Galvão Teles,  
Lopes de Almeida, Luís Sá  
Lisboa, Hotel Continental  
(R. Laura Alves, 9) - 18h

## TELEVISÃO

## Quinta, 21

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.10 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.55 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.35 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra-Infomção  
21.00 As Lições do Tonecas  
21.30 Grande Entrevista  
23.05 Anúncios de Graça  
00.45 24 Horas  
01.35 Norma Jean e Marilyn  
(de Tim Fywell, EUA/1996, com Mira Sorvino, Ashley Judd, Josh Charles. Telefilme/Biográfico)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Dois Honrados Vigaristas  
(Longa-metragem)  
17.30 Euronews

## Sexta, 22

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.10 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.55 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.35 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.00 Uma Casa em Fancios  
22.10 Jet Set  
22.45 Serviço de Urgência  
23.45 Radar  
00.20 24 Horas  
01.10 Máquinas  
01.45 O Assassino das Trevas  
(de Bill Condon, EUA/1995, com Tony Todd, Kelly Rowan, Timothy Carhart. Terror)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 A Terra  
16.35 Encontros Imediatos

## Sábado, 23

## RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Made in Africa  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Top+  
15.05 Saber & Fazer  
15.35 Amigos  
16.15 O Rapaz e o Mundo  
16.45 Primeira Vez  
18.05 Estrada Viva  
18.40 Santa Casa  
20.00 Telejornal  
20.55 Futebol: Chaves-Sporting  
23.25 Miguel Angelo ao Vivo  
00.45 24 Horas  
01.25 Virus Mortal  
(de Roland Susorichter, Alem./1996, com Maria Schrader, August Zimer, Adolf Lainbock. Drama)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Sem Fronteiras  
13.00 Cidade Louca  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.40 Caminho das Estrelas  
19.30 2001

## Domingo, 24

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
15.00 Que Vida Esta!  
16.10 Sub 26  
17.55 Bugs  
18.45 GLX  
19.30 Domingo Desportivo  
20.00 Telejornal  
20.50 Casa Cheia  
21.30 Débora  
22.05 Docas 2  
23.15 Domingo Desportivo  
00.40 Millennium  
01.45 24 Horas

## RTP 2

09.30 Novos Horizontes  
10.30 Missa  
11.30 A Grandes Viagens de Comboio  
12.10 Histórias do Muro  
13.10 Ela Voltou  
14.30 Sarilhos com Elas  
15.00 Desporto 2  
18.00 Jornal de África  
18.40 A História de Nikita  
19.30 Bom Bordo

## Segunda, 25

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.10 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.55 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.35 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra-Infomção  
21.00 Nós os Ricos  
21.35 Canções da Nossa Vida  
23.00 Sala de Conversas  
00.10 24 Horas  
01.00 Poltergeist

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Rumo ao Sul  
16.35 O Nosso Charly  
17.30 Açores  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.10 Um, Dó, Li, Tá

## Terça, 26

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.10 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.55 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.35 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.00 Espelho Meu  
21.35 Herman 99  
23.35 A Guerra Fria  
00.35 24 Horas  
01.10 Rotações

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Passagem por Lisboa  
(de Eduardo Gêda, Port./1994, com Anthony Story, Margarida Reis, Jennifer Hamilton, Tom Haroy, George Riichie. Ver Destaque)  
17.30 Euronews

## Quarta, 27

## RTP 1

08.00 Infantil  
10.10 Malha de Intrigas  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.55 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.35 O Amigo Público  
18.15 País País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.00 Diário de Maria  
22.05 Sete Pecados Mortais  
(de David Fincher, EUA/1995, com Brad Pitt, Morgan Freeman, Gwyneth Paltrow, John C. McGinley. Ver Destaque)  
00.25 24 Horas

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Derrick  
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa



A série documental "Salazar", uma visão dita "imparcial" do ditador

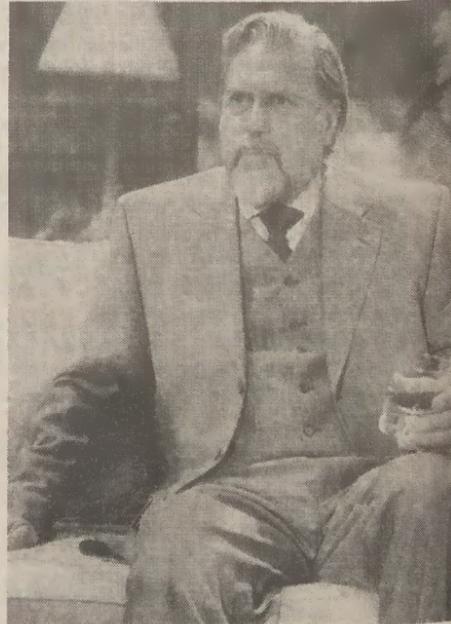


Na SIC ainda, o regresso (aliás, muito "como deve ser", com o Sr. Primeiro-Ministro a dar o pontapé de saída, há 8 dias...) de Margarida Marante e de "Esta Semana"



Pamplinas é o herói da "Noite Longa" da SIC. marcada para Quarta-feira. São seis pequenos filmes do genial Buster Keaton, a transmitir depois das 2 e meia (!)

Sinde Filipe, um dos intérpretes de "Os Lobos"



18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.20 Documentário  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 Stromboli  
(de Robert Rossellini, It./1949, com Ingrid Bergman, Mario Vitaler, Renzo Cesana, Mario Sponza, Robert Onorai. Drama)  
00.25 No Rasto de Alexandre, o Grande

## SIC

08.00 Buéréré  
12.30 Malucos do Riso  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
15.00 Fátima Lopes  
17.00 Camilo  
17.30 Meu Bem Querer  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.05 BBC - Vida Selvagem  
21.40 Torre de Babel  
23.15 Esta Semana  
01.00 Da Terra à Lua  
02.00 Último Jornal  
02.55 Vibrações

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 Sliders  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ficheiros Secretos  
23.00 Ameaça Solar  
(de Alan Smithee, EUA/1995, com Tim Matheson, Charlton Heston, Peter Boyle, Annabel Scofield. «Thriller» / Ficção Científica)  
01.00 Picar o Ponto  
01.50 O Mundo do Futebol  
02.15 PSI Factor

17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.20 O Sonho Americano  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 Noites Brancas  
(Debate, seguido do filme Armadilha em Waco, de Dick Lowry, EUA/1993, com Timothy Daly, Dan Lauria, William O'Leary, Marlee Shelton)

## SIC

08.00 Buéréré  
12.30 Malucos do Riso  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
15.00 Fátima Lopes  
17.00 Camilo  
17.30 Meu Bem Querer  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Um Sarilho Chamado Marina  
21.30 Ponto de Encontro  
22.40 Torre de Babel  
24.00 Donos da Bola  
02.10 Último Jornal

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 Sliders  
21.00 Directo XXI  
22.00 Primeira Vaga  
23.00 Polícias e Ladrões  
24.00 Paixões Perigosas  
(de Sam Irvin, EUA/1993, com C. Thomas Howell, Linda Fiorentino, Nancy Allen. Drama)  
02.00 Picar o Ponto  
02.55 PSI Factor

20.00 Os Simpsons  
20.30 Blake e Mortimer  
21.00 O Universo de Stephen Hawking (últ.º episódio)  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Lugar da História  
23.35 Allô, Allô!  
00.05 Crimes do Prior  
00.35 Smith e Jones  
01.00 Nuvem  
(de Ana Luísa Guimarães, Port./1991, com Afonso Melo, Rosa Castro André, Guilherme Filipe, São José Lapa, Diogo Infante, Henrique Viana. Ver Destaque)

## SIC

08.00 Buéréré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Street Fighter: A Batalha Final  
(de Steven E. de Souza, EUA/1994, com Jean-Claude Van Damme, Raul Julia, Kylie Minogue. Acção)  
16.00 Big Show Sic  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mundo VIP  
22.00 Futebol: Benfica-Rio Ave  
23.50 Mulher  
00.50 Afrodísia  
01.20 Raangoon  
(de John Boorman, EUA/1995, com Patricia Arquette, Frances McDormand, Spalding Gray, U Aung Ko. Ver Destaque)  
03.10 Último Jornal

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.35 Animação  
13.30 Desporto  
14.30 Roar  
15.15 Acção em Acapulco  
16.00 O Regresso de Lisa  
(de Alan Smythe, EUA/1994, com Justine Bateman, Peter Outerbridge, Kenneth Welsh. Drama)  
17.30 Rebeldes do Asfalto  
(de Robert Rodriguez, EUA/1994, com David Arquette, Salma Hayeh, Jason Willes. Acção)  
19.00 Casamento por Conveniência  
(de Peter Weir, Austrália/Fr./1990, com Gérard Depardieu, Andie McDowell, Gregg Edelman. Comédia Romântica)  
21.00 Directo XXI  
22.00 Sem Testemunha  
(de Dan Lerner, EUA/1998, com Margaret Colin, Lisa Vidal, Drew Pillsbury, Sherry Hursey. Drama)  
24.00 Kickboxer do Futuro  
(Longa-metragem)  
02.00 PSI Factor

20.00 Os Simpsons  
20.30 Onda Curta

(O Dia da Estreia de Close-up, de Nanni Moretti, It./1995; A Falésia, de Paouji Bensaidi, Fr./1998. Curtas - Metragens)  
21.25 Artes e Letras  
22.00 Jornal 2  
22.30 Horizontes da Memória  
23.00 Olhos nos Olhos

## SIC

08.00 Buéréré  
12.30 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Mulher Sofre!  
(de Nick Castle, EUA/1996, com Ellen DeGeneres, Bill Pullman, Joan Cusack, Dean Stockwell. Comédia)  
15.45 Buffy, Caçador de Vampiros  
17.55 Sócios à Força  
(de John Badham, EUA/1991, com Michael J. Fox, James Woods, Stephen Lang, Annabella Sciorra. Ver Destaque)  
20.00 Jornal da Noite  
21.05 Polícias à Solta  
21.30 Chuva de Estrelas  
22.45 Hilda Furacão  
23.45 Sem Escape, Vencer ou Morrer  
(de Robbert Harmon, EUA/1993, com Jean-Claude Van Damme, Rosanna Arquette, Kieran Culkin. Acção)  
01.45 Último Jornal  
02.20 Dra. Quinn  
03.30 Portugal Radical

## TVI

09.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.15 Missa  
13.00 Aventuras Selvagens  
14.00 Sétimo Céu  
14.50 A Valsa da Vida  
(de Ernest Thompson, EUA/1995, com Shirley MacLaine, Lizza Minelli, Kathy Bates. Telefilme / Comédia Dramática)  
16.10 O Furacão  
(de Marvin J. Chomsky, EUA/1993, com Ted Wass, Eileen Heckart, Brynn Thayer. Drama)  
17.45 Até as Vaqueiras Ficam Tristes  
(de Gus Van Sant, EUA/1995, com Keanu Reeves, Uma Thurman, Lorraine Bracco, John Hurt. Aventuras / Comédia)  
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)  
21.15 Directo XXI  
22.00 O Rosto da Lei  
23.00 As Advogadas  
(de Rod Holcomb, EUA/1996, com Stockard Channing, Michelle Forbes. Drama)  
01.00 PSI Factor

21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.50 Jogo Falado  
23.50 Nash Bridges

## SIC

08.00 Buéréré  
12.30 Malucos do Riso  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
15.00 Fátima Lopes  
17.00 Camilo  
17.30 Meu Bem Querer  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Roda dos Milhões  
00.10 Salazar  
01.15 Último Jornal  
01.50 Mónica e o Desejo  
(de Ingmar Bergman, Suécia/1951), com Harriet Andersson, Lars Ekborg, John Harryson. Ver Destaque)  
04.25 Vibrações

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 Heróis por Acaso  
21.00 Directo XXI  
22.00 O Anjo do Mal  
(de James Contner, EUA/1996, com Paula Abdul, Adrian Pasdar, Susan Ruttan, Tracy Nelson. Drama)  
24.00 Picar o Ponto  
01.35 PSI Factor

18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.00 Desporto 2  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 The Crown and the Country  
23.20 Ler para Crer  
00.20 À Noite com Jools Holland

## SIC

08.00 Buéréré  
12.30 Malucos do Riso  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
15.00 Fátima Lopes  
17.00 Camilo  
17.30 Meu Bem Querer  
18.45 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Médico de Família  
22.00 Torre de Babel  
23.15 Casos de Polícia  
00.15 Balada de Nova Iorque  
01.15 Toda a Verdade  
02.20 Último Jornal  
03.25 Vibrações

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
17.35 Asas nos Pés  
18.35 Heróis por Acaso  
19.30 Futebol (Liga Inglesa)  
21.30 Directo XXI  
22.00 Duro e Implacável  
(de Larry Ferguson, EUA/1994, com Charlie Sheen, Linda Fiorentino, Michael Madsen, Courtney Vance. Acção)  
24.00 Conflança Traída  
(de Rob Malenfant, EUA/1996, com Lisa Zane, John Stockwell, Janet Gunn. Drama)  
02.20 Picar o Ponto  
02.55 Feedback  
03.40 PSI Factor

## SIC

08.00 Buéréré  
12.30 Malucos do Riso  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Juiz Decide  
15.00 Fátima Lopes  
17.00 Camilo  
17.30 Meu Bem Querer  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Conversa da Treta  
21.30 Cantigas de Mal Dizer  
22.30 Torre de Babel  
23.45 Presumível Inocente  
(de Alan J. Pakula, EUA/1990, com Harrison Ford, Brian Dennehy, Raul Julia, Greta Scacchi. Ver Destaque)  
02.05 Último Jornal  
02.40 Noites Longas - «Buster Keaton, O Cómico do Século»

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
17.35 Asas nos Pés  
18.35 Heróis por Acaso  
19.30 Futebol (Liga Inglesa)  
21.30 Directo XXI  
22.00 Bela e Perigosa  
(de David Hogan, EUA/1995, com Pamela Anderson, Victoria Rowell, Temuera Robinson, Jack Noseworthy. Acção)  
24.00 Ally McBeal  
01.00 Picar o Ponto  
01.55 Lanterna Mágica  
02.20 PSI Factor

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

# Por isto e por aquilo...

## Morrer em Las Vegas

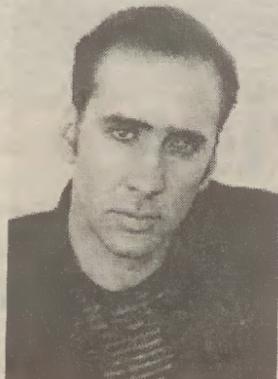
(Sexta, 22.55, RTP2)

Um produtor cinematográfico com a vida familiar destruída, cai no abismo da dependência alcoólica e, a certa altura, num fortuito encontro de rua, cruza a sua tragédia com a da solidão desamparada de uma prostituta, ambos tentando dar um pouco de calor humano às suas almas esvaziadas. A localização desta história é Las Vegas e a incomensurável frieza dos seus néons e dos seus postigos frenesins lúdicos ficam em plano secundário, como «ruído de fundo», rudemente captados pela câmara de 16 mm (!), num filme duro e trágico realizado por **Mike Figgis**, que também compôs a música e escreveu o argumento. Nos papéis principais encontramos **Nicolas Cage** e **Elisabeth Shue** que compõem de forma extraordinária as personagens de dois seres feridos, desesperados e marginais, numa tragédia do nosso tempo.

## Nuvem

(Sábado, 01.00, RTP2)

Segundo o *Boletim de Programas da RTP*, esta é a estreia da cineasta portuguesa **Ana Luísa**



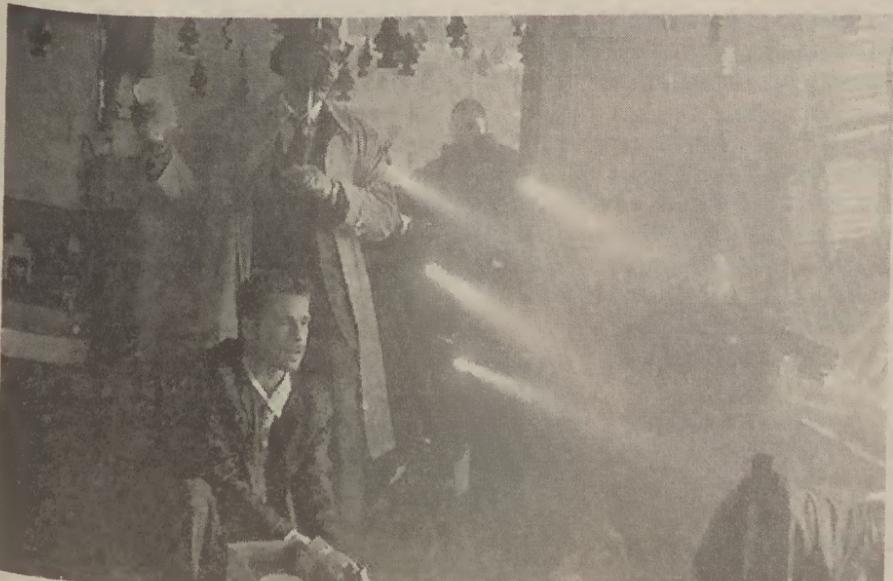
**Elisabeth Shue e Nicholas Cage, intérpretes principais de «Morrer em Las Vegas», filme de Mike Figgis**

**Guimarães** na longa metragem, «um genuíno filme policial sobre o caso do jovem marginal que se aproxima, seduz e casa com uma rapariga para evitar que ela possa, eventualmente, testemunhar contra ele num caso de homicídio». Um caso de amor, realizado sem espanto de meios mas traduzindo com realismo os meios nocturnos da marginalidade. Destaque para a jovem actriz **Rosa Castro André**, Prémio da Melhor Actriz no **Festival de Cinema Iberamericano** de Huelva.

## Rangoon

(Sábado, 01.20, SIC)

Uma turista americana encontra-se de visita à Birmânia no âmbito de umas férias em que procura ultrapassar diversos problemas de carácter emocional, mas acaba por envolver-se emocionalmente com um ex-professor universitário, o qual se vê forçado a fugir para a fronteira da Tailândia por motivos políticos. Realizado por **John Boorman**, este filme faz-nos acompanhar a tomada de consciência de uma cidadã americana que testemunha acontecimentos terríveis relacionados com a ditadura vigente naquele país. Um filme irregular, pela desadequada distribuição a **Patricia Arquette** do papel feminino principal, mas politicamente empenhado.



**Morgan Freeman e Brad Pitt são os dois polícias do terrível «Sete Pecados Mortais», esta semana em «Lotação Esgotada» (RTP 1)**

## Sócios à Força

(Domingo, 17.55, SIC)

Um jovem actor de cinema de acção (**Michael J. Fox**) pretende estudar melhor a composição de um «polícia duro» e, assim, segue a trajectória diária de um detective da polícia de Nova Iorque (**James Woods**) cuja «tarefa» actual é a perseguição e possível captura de um terrível criminoso em série. Já se vê que, com **Michael Fox** num tal papel, não poderíamos deixar de estar perante uma comédia vertiginosa, um filme apenas regular que, entretanto, funciona como um puro divertimento.

## Mónica e o Desejo

(Segunda, 01.50, SIC)

Considerado, ao tempo da estreia, como algo «subversivo» do ponto de vista da moral tradicional, *Mónica e o Desejo* acompanha a vida livre de um par de jovens - um caixeiro de livraria e uma vendedeira - que, fartos da vida vazia e rotineira, partem para uma temporada na Ilha de Orno. Regressados tempos depois a Estocolmo após um incidente mal sucedido, ambos constatam que **Mónica** está grávida e decidem casar-se. Mas a rapariga, sempre em busca de uma vida independente, acaba por afastar-se do jovem marido deixando-o com o filho recém-nascido nos braços. Este filme de **Ingmar Bergman** apresenta, já, nos seus melhores momentos, indícios claros do estilo e dos dispositivos técnicos que iriam transformar a obra do grande realizador sueco em páginas inesquecíveis da história do cinema - como é, aqui, o caso da sequência em que a personagem feminina, olhando a câmara, questiona o espectador. Uma personagem que ficou ligada, para sempre, à figura e ao talento de **Harriet Anderson**.

## Passagem por Lisboa

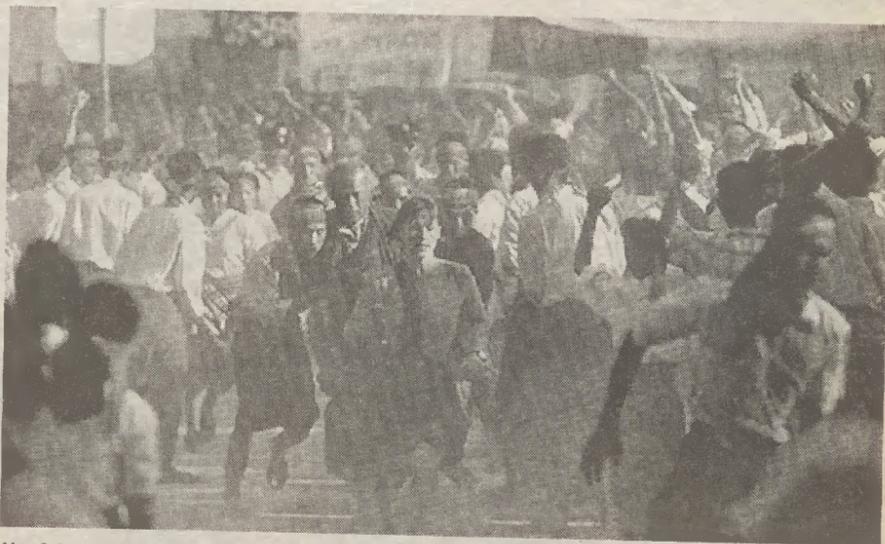
(Terça, 15.40, RTP2)

Este filme representa o regresso de **Eduardo Geadá** à realização cinematográfica, depois de uma pausa de dez anos, e constitui uma reconstrução cuidada da Lisboa dos anos 40, como importante centro de espionagem durante a II Guerra Mundial - precisamente o fulcro do argumento desta co-produção, que conta com uma distribuição nacional e internacional, em que se destacam, do lado português, **Margarida Reis**, **Benjamim Falcão**, **Armando Cortez** e **Manuela Maria**.

## Sete Pecados Mortais

(Quarta, 22.00, RTP1)

Um dos mais terríveis «thrillers» dos últimos tempos, com um argumento que, embora sinistro, é um verdadeiro «achado». Um implacável criminoso em série (mais um, esta semana!) escolhe as vítimas dos crimes que arquitecta em função dos sete pecados mortais e, quando dois polícias, o veterano **Somerset (Morgan Freeman)** e o jovem e ainda inexperiente **Mills (Brad Pitt)**, descobrem este esquema, estão longe de adivinhar os horrores que iriam ainda presenciar até dar caça ao tenebroso criminoso. Um fotografia escura e nocturna impressionante numa brilhante e assustadora realização de **David Fincher**.



Um fotograma de «Rangoon», um filme de **John Boorman**

## Presumível Inocente

(Quarta, 23.45, SIC)

Com argumento adaptado de um romance do advogado **Scott Turow**, que constituiu um *best-seller* nos EUA, *Presumível Inocente* é uma denúncia feroz do sistema judicial americano, da corrupção que nele campeia e dos protagonistas que lhe dão corpo. Tudo a propósito de um caso criminal em que um advogado de acusação investiga o assassinato de uma colega,

com quem tinha tido uma relação amorosa, acabando ele próprio por ser acusado do mesmo crime. Um filme cujas pistas são imediatamente sugeridas ao espectador, na voz *off* e insegura de **Harrison Ford** durante as suas reflexões acerca das contradições da profissão, sobre imagens de um tribunal vazio. Uma adaptação sólida, num filme que é eficazmente dirigido por **Alan J. Pakula** e tem, em **Harrison Ford**, um intérprete à altura.

## CABO & SATÉLITE

### Uma abordagem de actualidade

Com a presença em estúdio de **Patrick Hoguet**, director-adjunto da representação em Paris da Comissão Europeia, será debatida num programa especial apresentado por **Mady Tran**, incluído no espaço «Correspondência para a Europa» e intitulado «A Carne de Vaca na Europa», o problema actual do consumo da carne de vaca, na

sequência do problema suscitado pela doença que afecta o gado bovino e que dá pelo nome de «doença das vacas loucas». Numa reportagem, serão ouvidos simples consumidores mas também produtores e comerciantes do ramo bem como um responsável pelo controlo da qualidade alimentar nos Países Baixos.

(La Cinquième, Quinta, das 15.30 às 16 horas)



### Chick Corea em festival francês

Incluído no recente **Festival de Jazz de Vienne** (França, Junho de 98), o canal musical **Muzzik**, vai transmitir na próxima sexta-feira um concerto pelo novo grupo «Origin» do pianista **Chick Corea**, com **Steve Wilson**, **Bob Sheppard**, **Steve Davis**, **Avishai Cohen** e **Jeff Ballard**, precisamente a mesma constituição (com uma única excepção) do grupo que o pianista traria em Novembro último ao nosso **Festival de Jazz do Seixal'98**. A não perder pelos amadores do género. (Muzzik, Sexta, das 20.00 às 21.40)



### Regressa a patinagem artística

É tempo dos desportos de Inverno e, entre os que mais atraem as atenções dos espectadores portugueses, está a chamada patinagem artística. Assim, na próxima segunda-feira 25, têm início, em Praga, os **Campeonatos da Europa** deste ano que, como sempre, se dividirá em disciplinas técnicas e de dança, individuais e em pares, e cujos favoritos (como é habitual) se encontram entre os novos valores da Rússia, mas também da França e da Inglaterra. Um desporto-espectáculo a seguir nos próximos dias, sobretudo no **Eurosport**, que lhe dará maior espaço. (Eurosport, Segunda, entre as 18.30 e as 21.30 e nos dias seguintes)

# Vira o disco e toca o mesmo

Se o leitor ainda não foi apanhado pela indiferença, aparentemente generalizada, que se sente campear em relação à impune realidade do audiovisual português, talvez lhe tenha ocorrido uma série de perguntas que, no início deste novo ano, é impossível calar ao espectador minimamente preocupado com a nossa realidade televisiva.

Assim, por exemplo: alguém acredita que seria possível um grupo de técnicos e historiadores, pautados por uma inatacável seriedade intelectual e rejeitando do mesmo passo quaisquer sofismas quanto a alegadas e ilusórias «independências», proporem e verem aceite uma produção televisiva sobre, por exemplo, a chamada **Guerra Fria** – numa série que recusasse submeter-se em exclusivo aos ditames globalizantes do chamado «pensamento único» engendrado pela cabecinha do Tio Sam ou expresso na mais primária vulgata anticomunista, do género «O Livro Negro do Comunismo»?

Ou, ainda: seria hoje verosímil que uma outra imaginária produtora de televisão independente, recu-

sando também a habitual hipocrisia da «neutralidade» mas tão simplesmente empenhada em tomar partido face a um consensual conceito de ditadura e totalitarismo, se lembrasse de propor (e visse aceite!) a produção de uma série verdadeiramente honesta – e não de programas isolados e espaçados, destinados à periódica fabricação de álbis – sobre um ditador como **Salazar**, que ao longo de 48 anos matou, torturou, empurrou para as guerras coloniais e para emigração política e económica ou submeteu ao mais miserável obscurantismo, dezenas, centenas, milhares, milhões de cidadãos portugueses?

Perante o previsível e rotundo não que se faz ouvir desse lado, viremo-nos agora para outros aspectos da mesma realidade televisiva, porventura menos graves e de menores consequências (porque reduzidos à resvaladiza área do tão falado «entretenimento», mais ou menos tocado por preocupações culturais) mas cuja sistemática repetição é igualmente susceptível de gerar um sentimento de incontrolável apatia, provocada pelos fenómenos de habituação que arrasta con-

ciativa de prestígio – a programação durante o ano de 99 de «Os Filmes do Século» – de que a própria estação fez tão grande (e justificado) estardalhaço?

Como é possível que séries de qualidade técnica e inegável espectáculo como «Balada de Nova Iorque» ou «Da Terra à Lua» (na mesma SIC) sejam relegadas para altas horas da noite?

E, num outro registo dramático, que dizer, por exemplo, da colocação pela RTP 2, já ao princípio da madrugada, de uma série como «Crimes do Pior», recentemente estreada, exemplo acabado do melhor e mais irreverente humor britânico, assim totalmente desperdiçada num horário tão desadequado?

A resposta claríssima é a de que, para o Poder instalado, para o grande Capital, esta estratégia é essencial do ponto de vista ideológico, mesmo que sejam necessários inevitáveis sacrifícios em termos de prestígio e credibilidade.

Não deixa, aliás, de ser curioso que, em circunstâncias normais, ainda não há muitos anos, séries como as que foram apontadas revelar-se-iam preciosas

como alimento essencial para o chamado «período nobre» das programações dos canais portugueses. Hoje, pelo contrário, não é raro que o período de maior audiência seja preenchido, tanto na SIC como na RTP 1, por programas ditos de «divertimento», de produção dita «nacional», seguramente também para efeitos estatísticos quanto à percentagem de programas «em português».

Mas que dizer dos formatos desses programas, hoje imperantes e vulgarizados?

Para além de demonstrarem um esbanjamento por vezes escandaloso de meios de produção, rodeados que são de fausto e luxo verdadeiramente agressivos, acabam por girar à volta das mesmas e repisadas ideias, são protagonizados pela mesma meia dúzia de fiéis figuras televisivas e, no fundo, demonstram total falta de imaginação e originalidade, mais não sendo do que a importação de modelos estrangeiros, produzidos por empresas internacionais implantadas no nosso país ou por uma ou duas produtoras nacionais em regime de escandaloso monopólio.

Que seja inerente ao carácter comercial e

privado da SIC a postura «ruideira» com que faz rodear uma programação inteiramente destinada ao adormecimento da capacidade de indignação e ao nivelamento por baixo do gosto das audiências – é coisa que se lamenta, mas desgrazadamente faz

parte integrante da lógica implacável do grande Capital nesta rentável área de investimentos.

Que a empresa pública RTP, proclamada e reafirmada «estação de referência» no panorama televisivo nacional, continue a alinhar pelo mesmo caminho, embora com resultados e proveitos sistemática e ridiculamente insuficientes, é coisa que não só se revela condenável como reflecte inteiro desprezo pela rentabilização dos investimentos públicos – que o mesmo é dizer, do nosso dinheirinho.

E ainda nos querem convencer que foi uma benesse para as nossas algibeiras terem acabado com a taxa de televisão!

**TVISTO**

■ Francisco Costa



## Mistérios do Guadiana

Não é das raridades do curso do Guadiana que me proponho falar; nem das suas caprichosas nascentes que já intrigaram D. Quixote, originário de La Mancha como o rio; tão-pouco me quero referir a fenómenos como o Pulo do Lobo, a Rocha da Galé ou o Torno da Pinta. Os mistérios a que me reporto são as convenções internacionais que versam matéria relativa ao rio.

Na verdade, o título desta crónica devia ser, se não o desaconselhasse a extensão, mais adequadamente, o seguinte: mistérios das convenções luso-espanholas sobre o aproveitamento das águas da bacia hidrográfica do Guadiana.

De qualquer maneira, é esta a questão de que me quero ocupar.

Foi sempre um mistério para as populações ribeirinhas, mesmo as mais interessadas, dos dois lados da fronteira, o conteúdo das negociações e acordos das autoridades portuguesas e espanholas em relação ao Guadiana.

Esta desinformação levou, por exemplo, os habitantes do Pomarão, há alguns anos, a esfregarem as mãos de contentes, ao verem crescer as altíssimas paredes da barragem do Chança, e comentarem entre eles: finalmente vamos ter água abundante e de qualidade para o consumo e para a rega. Mas logo que a barragem ficou concluída tiveram a grande desilusão. A água ia toda para Espanha, para eles nem sequer uma gota para beber.

Antes do 25 de Abril pensava-se que este secretismo oficial fazia parte do autoritarismo opressor que as ditaduras faziam reinar nos dois países.

Vejo agora em face de certos trechos da última convenção que o secretismo continua. Reporto-me à «Convenção sobre cooperação para a protecção e aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas luso-espanholas», assinada em 30 de Novembro, em Albufeira, no seguimento da cimeira Guterres-Aznar, efectuada por essa altura, também no Algarve.

Lá se estipula que a prestação de «informação ao público» sobre matérias nela versadas fica condicionada, entre outras fortes razões, pela «segurança nacional», pela «confidencialidade dos procedimentos das autoridades públicas», pelas «relações internacionais dos Estados», pelo «segredo de justiça», etc.

Isto é, na prática a «informação ao público» pode ser sempre negada.

Não há nada melhor do que este secretismo oficial para dar todo o campo de manobra a fugas nada inocentes, às intrigas, às especulações e pressões de toda a ordem e também ao alarme das populações.

Julgo que um bom exemplo de tudo isto foram as notícias publicadas, no princípio do ano, pelo *El País* e outra imprensa espanhola sobre o convénio relativo ao Guadiana. Foram por este meio anunciadas novas exigências e imposições da parte da Espanha em relação à entrada de funcionamento do

Alqueva, nomeadamente novos estudos de impacto ambiental no curso internacional do rio e à construção do açude do Pomarão, alegadamente para garantir um adequado caudal de água doce na zona da sua foz.

É claro que quem conhece o rumo que seguem as águas do Chança não pode deixar de desconfiar que as do açude do Pomarão seguirão o mesmo destino, que não tem nada a ver com as condições ambientais do rio e das populações ribeirinhas, muito pelo contrário...

O que mais preocupa, no entanto, é a tímida reacção das autoridades de Lisboa. Dando a ideia que queriam desdramatizar a questão, acabaram por quase nada esclarecer e até confirmaram a realização dos tais estudos de impacte ambiental, chamando-lhes «puramente técnicos», e a eventualidade da construção do açude, que é de «interesse espanhol», como foi dito.

Não será possível às autoridades portuguesas fazerem um cabal esclarecimento à população sobre os compromissos e garantias que acabam de negociar com as autoridades espanholas, nomeadamente, no que respeita ao Alqueva e à protecção das condições ambientais no baixo Guadiana? Ou também estão tolhidas pelas razões que condicionam a «informação ao público»?

O Guadiana corre, no seu curso inferior, numa zona duramente atingida pela desertificação e pelo despovoamento, dos dois lados da fronteira. O rio é a última trincheira de um oásis que resiste. É por isso também a última esperança. Os que aqui habitam têm o direito de saber o que lhes preparam as engenharias hidráulicas e os transvases. Que destino é que estes lhes reservam. E têm o direito de dizer não!



«Crimes do Pior» - o grande humor inglês em horário impraticável

sigo. É que a manipulação ideológica não se exerce, apenas, nas mais óbvias áreas do histórico e do político; ela trama-se, também, de forma rasteira e imperceptível, em outras áreas à primeira vista inodoras e incolores...

Assim, tomando por base alguns inocentes e dispersos exemplos, um outro tipo de perguntas, aparentemente menos inquietantes, podem também ser feitas.

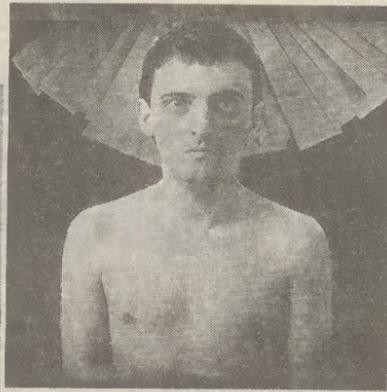
Como compreender, por exemplo, que um filme como «Mónica e o Desejo», de **Ingmar Bergman**, seja transmitido pela SIC, na próxima segunda-feira, a partir das duas da manhã (!) quando precisamente faz parte de uma ini-

## ESCAPARATE

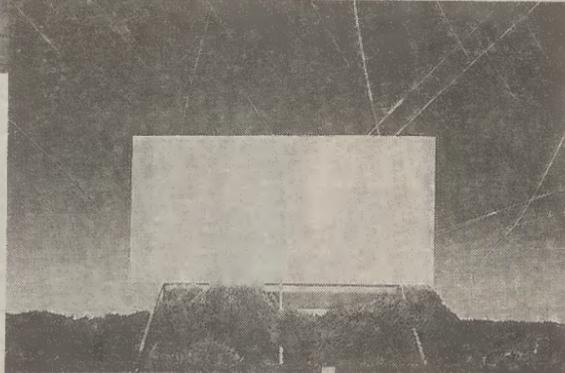
## As obras de grandes fotógrafos

Por feliz coincidência, encontram-se patentes ao público, tanto em Lisboa como no Porto, algumas exposições de fotografia que nos dão a ver trabalhos de grandes fotógrafos nacionais e internacionais.

Começando pelos primeiros, especial destaque tem de ir para a exposição que o Centro Português de Fotografia (Porto) neste



José Manuel Rodrigues  
Aurélio Paz dos Reis



Hiroshi Sugimoto

Douglas Gordon

momento apresenta no Edifício da Cadeia da Relação daquela cidade, até 28 de Fevereiro, do fotógrafo Aurélio Paz dos Reis (1862-1931), mais conhecido como um dos pioneiros do cinema português, e cujos trabalhos fotográficos podem agora ser vistos nesta primeira mostra do grande artista intitulada «Manuel do Cidadão Aurélio Paz dos Reis».

Outro fotógrafo português, José Manuel Rodrigues, apresenta a sua primeira exposição individual em Lisboa, concretamente na Culturgeste (Lisboa). Segundo o texto da apresentação, este fotógrafo «foi um dos fundadores do famoso grupo "Perspektief" (Roterão) que, nos anos 1980, animou a cena fotográfica europeia. "Ofertório" (assim se chama a exposição) põe também em confronto o trabalho mais pessoal e íntimo de José M. Rodrigues com o seu trabalho comercial, revelando insuspeitadas correlações numa unidade magnífica».

Por outro lado, no Centro Cultural de Belém, está neste momento patente na Galeria das Caravelas até ao próximo

domingo, uma outra exposição de fotografia, esta do japonês Hiroshi Sugimoto, que nos apresenta, pela primeira vez juntas, todas as séries em que o artista trabalha ao mesmo tempo. Segundo o programa, «a obra de Sugimoto é formalmente sóbria: preto e branco, enquadramento em série e repetição do tema, mas consegue bloquear a nossa consciência superficial, ao questionar a nossa percepção e obrigar-nos a meditar, levando-nos para outras vias de reflexão».

Já a obra do fotógrafo britânico Douglas Gordon, que poderá ser visitada na Galeria das Descobertas a partir de amanhã e até 9 de Maio «sai das categorias tradicionais do mundo da arte, introduzindo aspectos culturais que não estão totalmente integrados na cultura vigente: música pop, filmes de culto, televisão, publicidade ou vídeos amadores. Gordon utiliza este material de maneira diferente - envolve o espectador na memória dos eventos reintegrando-os numa arte pós-estruturalista».

## EXPOSIÇÕES REVISTAS

## Esculturas de Albert Giacometti

Continua patente até ao próximo dia 31 do corrente na Fundação Arpad Szènes-Vieira da Silva (Largo das Amoreiras, Lisboa) uma exposição de esculturas e desenhos do grande escultor suíço Albert



Giacometti que, durante anos, esteve radicado em Paris, sendo considerado um dos mais originais artistas plásticos do nosso século. Composta por obras provenientes da colecção da Fundação Maeght (França), a exposição está aberta à segunda-feira e de quarta a sábado das 12 às 20 horas e, aos domingos, das 10 às 18 horas.

## Tapeçarias de Clara de Ovar

A Câmara Municipal de Vendas Novas vai inaugurar no próximo sábado, no Espaço de Exposições do Auditório Municipal daquela cidade, uma exposição de tapeçarias de Clara de Ovar. Na ocasião, será apresentado o mais recente livro da artista, «A Odisseia de Uma Garrafa Azul» e a obra de Anita Mósca intitulada «A Clandestina».



## O Militante

Reflectindo sobre o passado, eis o novo número de O Militante todo voltado para o futuro. Com efeito, o primeiro número desta revista do PCP saído este ano, evocando os 25 anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, chama a atenção do leitor para as comemorações que se preparam. Trazendo na capa a reprodução de uma bela serigrafia de Armando Alves, O Militante obteve e publica depoimentos de Carlos Brito e de Avelino Gonçalves e também uma entrevista com o almirante Rosa Coutinho. Mas outros temas completam e enriquecem este número de Janeiro/Fevereiro agora em distribuição. Questões de organização partidária, de lutas a travar contra a política de direita, artigos sobre agricultura e economia, notas e comentários diversos, para além da publicação na íntegra de documentos do PCP são outros tantos motivos de interesse e de leitura de O Militante.

## TEATRO

## Espectáculos da Companhia da Malaposta e do Instituto de Artes do Espectáculo

Prosseguindo a série de espectáculos que está a apresentar na Amadora, a companhia do Teatro Malaposta, depois de ter levado à cena no Recreios

da Amadora a peça «Na Hora de Ir para a Cama» irá agora apresentar de 26 a 31 do corrente, na mesma sala, a peça «I Stand Before You Naked», de Joyce Carol Oates, um grande êxito da companhia. Com encenação de Ana Nave e interpretação de Andreia Bento, Carla Bolito, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Isabel Abreu, Maria José Pascoal, Rafaela Santos e Sofia de Portugal, estas actrizes «vestem a pele de dez mulheres que atiram a sua revolta contra o rosto dos espectadores, desnudam-se até à alma, à espera de serem amadas».

Entretanto, o Instituto de Artes do Espectáculo estreou no passado dia 13, no Teatro Municipal Maria Matos, o espectáculo «O Poeta é Um Fingidor», encenado com base em textos de poetas portugueses como, entre outros, Fernando Pessoa, Álvaro de Campos, Florbela Espanca, Guerra Junqueiro, Miguel Torga, José Saramago e Luís de Camões. Com cenografia de Renato Godinho, encenação de Nuno Miguel Henriques e interpretação deste último e, ainda, de Victor de Sousa e Lucília São Lourenço, «o espectáculo tem como base "a palavra", em jogos cénicos e teatrais, dizendo os actores os textos poéticos em estéticas opostas, criando uma diversidade de estilos».

## ESPECTÁCULOS

## Raízes e Paixões no S. João do Porto

Ainda está a tempo de assistir até sábado 23 no Teatro Nacional S. João (Porto) - ou, então, nos dias 29, 30 e 31 no Teatro Viriato (Viseu) - à reposição do espectáculo «Raízes Rurais, Paixões Urbanas», uma proposta musical de Mário Laginha com encenação de Ricardo Pais. Neste espectáculo, que terá em primeiro plano, como géneros musicais, o Fado, o Jazz e as Músicas Tradicionais, participam as vozes de Maria João, Argentina Santos, Carlos Zel e Teresa Tapedas, bem como os músicos Mário Laginha (piano), José Luís Nobre Costa (guitarra), Francisco Gonçalves (viola) e Joel Pina (viola-baixo). E ainda, na música tradicional, as Adufeiras de Monsanto, Os Camponeses de Riachos e o Grupo Instrumental de Constantim.



## «O Último Espectáculo» de Jérôme Bel no CCB

É assim intitulado o espectáculo que será apresentado desde amanhã até domingo, às 21.30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém. Segundo o programa de apresentação, «Jérôme Bel está de volta com um vídeo encomendado pela Culturgeste e com a estreia portuguesa da sua nova criação "O Último Espectáculo", co-produzido pelo Centro Cultural de Belém. (...) Reutilizando uma antiga coreografia da coreógrafa alemã Susanne Linke, Jérôme Bel investiga o estatuto do autor, a unicidade da sua obra e a identidade do artista. O resultado é um mergulho vertiginoso nas questões básicas da nossa existência». Música de Franz Schubert, concepção e direcção de Jérôme Bel e interpretação de Claire Haenni, António Carallo, Frédéric Seguet e o próprio Jérôme Bel.



## Agit

«JCP em luta pelo futuro!», com esta manchete se apresenta o n.º 45 do Agit, referente a Dezembro de 98 e Janeiro de 99 do jornal da Juventude Comunista Portuguesa, agora em distribuição. Os vários artigos que aí se propõem à leitura fazem juz ao lema, pois que de muitas lutas e actividades falam. E não apenas das que por cá acontecem, como as dos estudantes do Superior, mas também de outras que acontecem mais longe, como as dos estudantes gregos. Temas de política nacional e internacional, notas e crónicas, sempre com sabor a intervenção, compõem este número, que não deixa de relembrar os 40 anos passados sobre o triunfo da Revolução cubana. O Agit não esquece ainda a preparação do Congresso da JCP, que vai realizar-se em Almada, nos próximos dias 27 e 28 de Março.



## ATALHE DE FOICE

### Elementar

«Os jornalistas parecem ter sido os únicos a não saber que a Unscm estava empenhada em actividades de espionagem» — as palavras são do embaixador do Yémen, Abdallah Al-Ashtal, em declarações ao *Le Monde*, a propósito do escândalo da utilização da comissão especial das Nações Unidas para o desarmamento do Iraque para espiar o regime de Saddam Hussein. Segundo o diplomata, nem sequer há motivo para espantos: «O Conselho de Segurança é dominado pelos Estados Unidos, a Unscm é um órgão subsidiário do Conselho de Segurança, logo a Unscm é dominada pelos Estados Unidos e eles fazem dela o que querem. É tão simples quanto isso.»

Elementar. O diplomata vai ainda mais longe ao acrescentar que teria preferido que «este assunto não tivesse vindo a público, porque o golpe dado à credibilidade da ONU é enorme». O que conta é a aparência, não é verdade?

Nesta história de espionagem ninguém é inocente. Segundo declarações dos próprios inspectores da Unscm, citados pelo *Le Monde*, «todos os governos se aproveitaram do nosso mandato para melhorar o seu conhecimento do dossier iraquiano». Se se tiver presente que a missão da Unscm dura há mais de oito anos, isso significa que a espionagem envolveu «milhares de inspectores de mais de sessenta nacionalidades», e que o facto era do conhecimento «de todos os membros do Conselho de Segurança».

A hipocrisia que desde a primeira hora presidiu aos destinos da pseudomissão de desarmamento da ONU para o Iraque só tem paralelo no «silêncio escandaloso no seio do Conselho», como não hesitou em afirmar Hasmy Agam, representante da Malásia, o novo membro não permanente do Conselho de Segurança desde o passado dia 1 de Janeiro.

Desmascarada a Unscm, o Conselho de Segurança aos costumes disse nada. Não é pois de estranhar que Nizar Hamdoon, embaixador iraquiano na ONU que domingo terminou as suas funções, se tenha despedido com amarga ironia: «Bagdad espera para ver que solução miraculosa nos reserva este agosto órgão das Nações Unidas. Mas temo que as bombas americanas tornem a cair antes da solução do Conselho, no fim do mês do ramadão.»

O caso da Unscm não é certamente único.

Na Europa assiste-se desde há anos à transformação do presidente jugoslavo Slobodan Milosevic no Saddam Hussein dos Balcãs, à diabolização dos sérvios e à vitimização dos independentistas albaneses, enquanto as missões da NATO, da OSCE e quejandas vão preparando o terreno para a secessão do Kosovo.

Em África, e só para citar o exemplo mais actual, a Monua (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola) está de malas aviadas quando se prepara o enterro do Protocolo de Lusaca e já começou a terceira guerra civil desde a independência angolana, proclamada em 1975. No terreno fica uma Unita rearmada com o mais sofisticado material de guerra, quando o desarmamento era uma das funções da Monua; dominando parte significativa do território, quando os acordos pressupunham a extensão da autoridade do Estado a todo o país; violando todos os embargos, seja para a venda de diamantes ou para a compra de armas, sem que a Monua e o Conselho de Segurança tivessem movido um dedo para o impedir. Ainda há dias os EUA vetaram a imposição de novas sanções à Unita, sem que a comunidade internacional esboçasse o mais pálido protesto.

Parafraseando Abdallah Al-Ashtal: «O Conselho de Segurança é dominado pelos Estados Unidos, as missões da ONU são órgãos subsidiários do Conselho de Segurança, logo as missões da ONU são dominadas pelos Estados Unidos e eles fazem delas o que querem. É tão simples quanto isso.»

■ Anabela Fino

## PCP suscita debate no Parlamento

# Contra o livre arbítrio das multinacionais

Ontem, a bancada do PCP levou a debate de urgência da Assembleia da República a forma como as multinacionais estão a fechar unidades em Portugal, rompendo compromissos e acordos com o Estado português e deixando atrás de si um rasto de desemprego.

O encerramento de empresas multinacionais ocorrido sobretudo nos finais de 1998, bem como o desinvestimento evidenciado por outras transnacionais instaladas no nosso país, tem sido acompanhado por uma deslocalização das suas unidades de produção para outros países. Trata-se de um fenómeno que está a suscitar crescente preocupação e que não pode ser dissociado do problema mais geral da globalização da economia. Na perspectiva da bancada comunista, urgem regras e medidas que disciplinem este processo, uma vez que é de todo inaceitável que muitas destas empresas, depois de terem recebido fortes apoios do Estado português para a sua instalação, fechem as suas portas e vão de malas aviadas para outro país (geralmente a Ásia e o Leste europeu), deixando atrás de si um rasto de desemprego.

Bem vivos e presentes estão ainda os casos da Texas Instruments/Samsung, na Maia, da Longa Vida (grupo Nestlé), em Matosinhos, da Siemens, em Évora e Vila do Conde, ou da Renault de Setúbal.

A juntar-se a estes casos está o fim anunciado da produção da Ford Transit na Azambuja, sem que até agora tenha sido anunciado a produção de um novo modelo, receando-se que possa vir a ocorrer uma situação idêntica à da Renault de Setúbal após o termo da produção do modelo «Clio».

No âmbito da preparação do debate de ontem, no decorrer do qual estava pre-

vista a apresentação de um projecto de resolução da sua autoria contra a deslocalização das empresas transnacionais, o Grupo Parlamentar do PCP realizou terça-feira na Sala do Senado um encontro

com comissões de trabalhadores, comissões sindicais e federações de sindicatos representativos das unidades afectadas pelo encerramento e deslocalização das empresas multinacionais.



Deputados do PCP e representantes dos trabalhadores debateram na terça-feira o encerramento de empresas multinacionais no nosso país

## Comunistas de Setúbal preparam assembleia

Mais de 700 delegados irão debater, no próximo dia 20 de Fevereiro, o trabalho do PCP no distrito de Setúbal, o estado da sua organização e aprovar uma resolução política, cujo anteprojecto se encontra já em discussão.

Os trabalhos da 5.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal decorrerão no pavilhão da Siderurgia Nacional, com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

O documento que circula entre os militantes está estruturado em quatro capítulos, o primeiro dos quais caracteriza o distrito identificando as principais mutações, enquanto o segundo avança propostas da organização para uma política alternativa e de desenvolvimento. O terceiro capítulo é dedicado às questões de organização e o último aponta as principais prioridades e tarefas para os pró-

ximos quatro anos, designadamente a organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores, o trabalho com a juventude, o desenvolvimento integrado e sustentado da região, a participação das populações e as batalhas eleitorais.

Até 20 de Fevereiro, milhares de militantes irão participar na preparação da 5.ª Assembleia, contribuindo para a busca colectiva de soluções e medidas que assegurem o reforço do Partido e da sua influência na sociedade.

## Novo buzirão na Telecom

A Comissão de Utentes tinha marcado para ontem, quarta-feira, um buzirão junto da Portugal Telecom, nas Picoas, em Lisboa, para protestar contra os anunciados aumentos das chamadas locais, assinatura mensal e taxa de activação.

Acusando a empresa de repetir a manobra do ano passado ao anunciar uma redução média de

quatro por cento nos custos das chamadas, o facto é que, segundo a Comissão de Utentes, aquela redução se faz à custa das chamadas locais que sofrem um agravamento de 8,2 por cento. Também a taxa de activação, que a Comissão considera ilegal, não só se mantém como sofre igual agravamento aos dos impulsos, 8,2 por cento.

Do mesmo modo, a assinatura mensal aumenta quatro por cento, depois de já ter aumentado no ano passado 8,9 por cento, enquanto que por outro lado a Portugal Telecom decidiu adiar para o segundo semestre a facturação ao segundo. Por tudo isto, a Comissão de Utentes acusa a PT de gerir a empresa em benefício dos accionistas e em prejuízo dos clientes, à custa dos quais obteve lucros no ano passado superiores a 70 milhões de contos.

## CGTP-IN promove acção nacional sobre Saúde

A CGTP-IN considera que está em marcha um vasto ataque ao Serviço Nacional de Saúde em que «se alia um vastíssimo número de interesses (produtores de medicamentos, farmácias, medicina convencional)» com a intenção de o desarticular e desumanizar, provocando o descontrolo das despesas para depois facilitar a sua privatização.

Criticando a «revolução pacífica» que o Governo diz quer fazer no sector, a Central sublinha

que «as corporações impõem-se pelo poder reivindicativo que têm e a população é que sofre».

Neste quadro, o conselho nacional da CGTP-IN decidiu realizar uma acção nacional em defesa dos utentes e do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito da qual estão previstas iniciativas várias junto dos utentes do SNS e dos trabalhadores em geral.

Entre a última semana de Janeiro e a primeira de Fevereiro, a Central promove uma acção

junto dos principais hospitais e centros de saúde, onde serão distribuídos documentos. Até finais de Março circulará um abaixo-assinado a entregar ao Governo.

No âmbito desta acção serão ainda solicitadas reuniões como a Comissão de Saúde da Assembleia da República, Associação de Municípios e Associação Nacional de Freguesias. Para Abril/Maio, a CGTP-IN conta realizar um debate com a participação de personalidades ligadas à Saúde.

